

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

**A Organização Social do Conhecimento no Instituto
Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil:**

da terminologia à ideologia

MARÍLIA/SP

2025

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

**A Organização Social do Conhecimento no Instituto
Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil:
da terminologia à ideologia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Faculdade de
Filosofia e Ciências da Universidade Estadual
Paulista - Unesp, como requisito para a obtenção
do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e
Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da
Informação

Orientador: Prof. Dr. Walter Moreira

MARÍLIA/SP

2025

O48o

Oliveira, Alessandra Nunes de

A Organização Social do Conhecimento no Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil : da terminologia à ideologia / Alessandra Nunes de Oliveira. -- Marília, 2025
180 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Walter Moreira

1. Estado Novo - Brasil. 2. Instituto Nacional do Livro. 3.
Organização Social do Conhecimento. 4. Discurso. 5. Terminologia. I.
Título.

Impacto potencial desta pesquisa

A pesquisa avança no campo da Ciência da Informação, especialmente na Organização Social do Conhecimento (OSC), ao integrar métodos de Análise Crítica do Discurso e análise terminológica, ela refina a compreensão sobre como documentos e instituições moldam a memória coletiva e os valores culturais. Ela aprofunda o entendimento sobre o papel do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o Estado Novo no Brasil, elucidando como discursos e termos específicos foram usados estrategicamente para promover ideologias do governo de Getúlio Vargas. Esse foco oferece interpretações sobre a interseção entre linguagem, política e cultura que não apenas analisa o passado, mas também oferece um ponto de partida para reflexões sobre o uso da linguagem e da terminologia em contextos políticos contemporâneos, ressaltando a importância de uma análise crítica sobre essas relações. O desenvolvimento de um glossário funcional baseado em termos utilizados no período do Estado Novo demonstra a aplicabilidade prática da pesquisa, servindo como recurso para educadores, pesquisadores e estudantes interessados em história, ciência da informação e políticas culturais. Ao conectar áreas como linguística, história, ciência da informação e sociologia, a pesquisa provoca uma abordagem interdisciplinar, ampliando as bases teóricas e metodológicas do campo da Organização do Conhecimento.

Potential impact of this research

The research advances the field of Information Science, particularly in Social Organization of Knowledge (SOK), by integrating methods of Critical Discourse Analysis and terminological analysis. It refines the understanding of how documents and institutions shape collective memory and cultural values. It deepens the comprehension of the role played by the National Book Institute (Instituto Nacional do Livro - INL) during the Estado Novo period in Brazil, elucidating how specific discourses and terms were strategically used to promote the ideologies of Getúlio Vargas's government. This focus provides interpretations of the intersection between language, politics, and culture, which not only analyze the past but also offer a starting point for reflections on the use of language and terminology in contemporary political contexts, emphasizing the importance of critical analysis of these relationships. The development of a functional glossary based on terms used during the Estado Novo demonstrates the practical applicability of the research, serving as a resource for educators, researchers, and students interested in history, information science, and cultural policies. By connecting areas such as linguistics, history, information science, and sociology, the research fosters an interdisciplinary approach, expanding the theoretical and methodological foundations of the field of Knowledge Organization.

Impacto potencial de esta investigación

La investigación avanza en el campo de la Ciencia de la Información, particularmente en la Organización Social del Conocimiento (OSC), al integrar métodos de Análisis Crítico del Discurso y análisis terminológico. Refina la comprensión de cómo los documentos e instituciones moldean la memoria colectiva y los valores culturales. Profundiza en la comprensión del papel desempeñado por el Instituto Nacional del Libro (INL) durante el período del Estado Nuevo en Brasil, aclarando cómo discursos y términos específicos fueron utilizados estratégicamente para promover las ideologías del gobierno de Getúlio Vargas. Este enfoque ofrece interpretaciones sobre la intersección entre lenguaje, política y cultura que no

solo analizan el pasado, sino que también ofrecen un punto de partida para reflexiones sobre el uso del lenguaje y la terminología en contextos políticos contemporáneos, resaltando la importancia de un análisis crítico de estas relaciones. El desarrollo de un glosario funcional basado en términos utilizados durante el período del Estado Nuevo demuestra la aplicabilidad práctica de la investigación, sirviendo como recurso para educadores, investigadores y estudiantes interesados en historia, ciencia de la información y políticas culturales. Al conectar áreas como lingüística, historia, ciencia de la información y sociología, la investigación promueve un enfoque interdisciplinario, ampliando las bases teóricas y metodológicas del campo de la Organización del Conocimiento.

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

**A Organização Social do Conhecimento no Instituto
Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil:
da terminologia à ideologia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Walter Moreira

Orientador

Universidade Estadual Paulista – (PPGCI/UNESP)

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida

Examinador Interno

Universidade Estadual Paulista – (PPGCI/UNESP)

Prof. Dr. Mario Guido Barité Roqueta

Examinador Externo

Universidad de la Republica – Uruguay – (UDELAR)

Profª. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag

Examinador Interno

Universidade Estadual Paulista – (PPGCI/UNESP)

Profª. Dra. Luciana de Souza Gracioso

Examinador Externo

Universidade Federal de São Carlos – (PPGCI/UFSCAR)

Marília, 13 de dezembro de 2024.

Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)

Câmpus de Marília

Dedico este trabalho ao meu filho, Alefe Castro de Oliveira, para que ele compreenda o valor e os frutos que o conhecimento pode proporcionar; inspirando-o a trilhar caminhos de sabedoria e realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu esposo e companheiro de vida, Jetur Lima de Castro, por ser meu parceiro incondicional nesta jornada acadêmica. Desde 2011, traçamos juntos nossos objetivos de vida e, hoje, tenho a felicidade de comemorar mais uma etapa concretizada com sua constante presença e apoio. Sua dedicação, paciência e amor se manifestaram em cada momento, especialmente naqueles em que precisei de ajuda para superar certos desafios. Este trabalho é, também, uma prova de sua parceria inestimável, sempre repleta de encorajamento e esforço mútuo. Temos ainda muitos objetivos a alcançar juntos, e sei que continuaremos a trilhar esse caminho lado a lado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Walter Moreira, expresso minha mais profunda gratidão e admiração. Seu profissionalismo, empatia e simplicidade marcaram profundamente a minha trajetória no Doutorado. Suas orientações não apenas proporcionaram um direcionamento técnico e científico, mas também transmitiram uma energia motivadora, que me inspirava após cada conversa a me dedicar ainda mais à escrita e à pesquisa. O equilíbrio entre rigor acadêmico e leveza no trato é uma característica rara, e tê-lo como orientador foi um privilégio que jamais esquecerei.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP, minha eterna gratidão pela oportunidade de integrar um programa de excelência reconhecida, avaliado com nota 7 pela CAPES, e por possibilitar uma experiência acadêmica rica em diálogos, trocas de saberes e aprendizados. As contribuições do corpo docente foram preciosas para meu desenvolvimento, oferecendo bases sólidas e estímulo intelectual em todas as etapas desta caminhada. A seriedade, transparência e apoio do PPGCI foram muito importantes para a realização de um dos maiores sonhos da minha vida: tornar-me Doutora em Ciência da Informação.

Agradeço, ainda, ao grupo de estudos e pesquisa Organização e Representação do Conhecimento (GEORC), cujas discussões e reflexões críticas contribuíram significativamente para o amadurecimento das ideias que compõem esta pesquisa. As leituras conjuntas e os diálogos produzidos no grupo também foram fundamentais para ampliar minhas perspectivas acadêmicas e aprofundar a compreensão das temáticas da nossa linha de estudo.

A todos, meu muito obrigada por fazerem parte dessa jornada e por contribuírem para a construção de mais um marco em minha trajetória acadêmica e pessoal.

RESUMO

A presente tese examina o papel do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o Estado Novo (1937-1945) no Brasil, período liderado por Getúlio Vargas, com a abordagem voltada para o modo como a linguagem e os termos utilizados em jornais e livros promovidos pelo INL contribuíram para a Organização Social do Conhecimento (OSC) no período. O objetivo geral da tese é investigar a OSC no INL durante o Estado Novo no Brasil por meio da análise discursiva e terminológica. Como objetivos específicos tem-se: a) analisar as práticas de OSC implementadas pelo INL durante o Estado Novo, examinando as motivações políticas e disciplinares por trás dessas ações; b) discutir a materialidade discursiva dos jornais e sua influência para a OSC e o movimento bibliográfico no Estado Novo. c) mapear e sistematizar os principais termos utilizados para promover a literatura e as publicações em jornais e livros editados pelo INL durante o Estado Novo no Brasil. Para tanto, o problema de pesquisa é delineado da seguinte forma: de que maneira a linguagem utilizada em jornais e livros sobre o INL foi estrategicamente empregada para transmitir conceitos e influenciar socialmente, promovendo literatura e publicações? Como essas estratégias terminológicas contribuíram para a OSC no contexto do Estado Novo?. Nesse contexto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa exploratória-descritiva, utilizando métodos de pesquisa documental e bibliográfica. Dois procedimentos principais foram empregados: Análise Crítica do Discurso (ACD), e análise terminológica. A ACD examina como os discursos foram construídos e as estratégias linguísticas utilizadas para influenciar a opinião pública. A análise terminológica focou na investigação dos termos específicos utilizados e seu impacto na construção de significados. Os resultados indicam a relevância do INL como uma instituição basilar na articulação de uma ideologia de Estado, que utilizou a OSC como um dispositivo estratégico para consolidar os valores do regime estadonovista. A análise das obras publicadas pelo INL demonstra como a escolha e o uso de termos ajudaram a construir um imaginário simbólico que sustentava a visão de modernidade do governo. Apresenta-se ainda um minissistema no formato de glossário, destinado à OC, construído a partir de descritores extraídos de fontes jornalísticas, documentos e livros do Estado Novo. O estudo contribui para o campo da Ciência da Informação, especialmente para a Organização do Conhecimento (OC), ao mostrar como documentos e instituições foram usados como aparelho ideológico e preservação da memória coletiva. Ao observar os termos e os discursos promovidos nos jornais, livros e documentos da época, constatou-se que o INL utilizava um discurso estratégico e carregado de “termos ideológicos” para legitimar o governo. De outra forma, a materialidade discursiva presente nesses documentos contribuiu para a construção de uma narrativa alinhada aos preceitos políticos do regime.

Palavras-chave: Estado Novo - Brasil. Instituto Nacional do Livro. Organização Social do Conhecimento. Discurso. Terminologia.

ABSTRACT

This thesis examines the role of the National Book Institute (Instituto Nacional do Livro – INL) during the Estado Novo (1937-1945) in Brazil, a period led by Getúlio Vargas, focusing on how the language and terms used in newspapers and books promoted by the INL contributed to the Social Organization of Knowledge (SOK) during this time. The general objective of the thesis is to investigate the SOK at the INL during the Estado Novo in Brazil through discursive and terminological analysis. The specific objectives are: (a) to analyze the SOK practices implemented by the INL during the Estado Novo, examining the political and disciplinary motivations behind these actions; (b) to discuss the discursive materiality of newspapers and their influence on the SOK and bibliographic movement during the Estado Novo; and (c) to map and systematize the main terms used to promote literature and publications in newspapers and books published by the INL during the Estado Novo in Brazil. The research problem is outlined as follows: how was the language used in newspapers and books about the INL strategically employed to convey concepts and influence society, promoting literature and publications? How did these terminological strategies contribute to the SOK in the context of the Estado Novo? In this context, the research adopts a qualitative exploratory-descriptive approach, using documentary and bibliographic research methods. Two main procedures were employed: Critical Discourse Analysis (CDA) and terminological analysis. The CDA examines how discourses were constructed and the linguistic strategies used to influence public opinion. The terminological analysis focuses on investigating the specific terms used and their impact on the construction of meanings. The results highlight the relevance of the INL as a foundational institution in articulating a state ideology that used SOK as a strategic device to consolidate the values of the Estado Novo regime. The analysis of the works published by the INL demonstrates how the selection and use of terms helped construct a symbolic imaginary that supported the government's vision of modernity. Additionally, a mini-system in the form of a glossary for knowledge organization was developed, based on descriptors extracted from journalistic sources, documents, and books from the Estado Novo period. This study contributes to the field of Information Science, particularly to Knowledge Organization (KO), by demonstrating how documents and institutions were used as instruments of ideological apparatus and preservation of collective memory. Observing the terms and discourses promoted in the newspapers, books, and documents of the period revealed that the INL employed strategic discourse laden with "ideological terms" to legitimize the government. Furthermore, the discursive materiality present in these documents contributed to constructing a narrative aligned with the political precepts of the regime.

Keywords: Estado Novo - Brazil. National Book Institute. Social Organization of Knowledge. Political discourse. Terminology.

RESUMEN

La presente tesis examina el papel del Instituto Nacional del Libro (INL) durante el Estado Novo (1937-1945) en Brasil, período liderado por Getúlio Vargas, con un enfoque en cómo el lenguaje y los términos utilizados en periódicos y libros promovidos por el INL contribuyeron a la Organización Social del Conocimiento (OSC) en dicho período. El objetivo general de la tesis es investigar la OSC en el INL durante el Estado Novo en Brasil mediante el análisis discursivo y terminológico. Los objetivos específicos son: a) analizar las prácticas de OSC implementadas por el INL durante el Estado Novo, examinando las motivaciones políticas y disciplinarias detrás de estas acciones; b) discutir la materialidad discursiva de los periódicos y su influencia en la OSC y el movimiento bibliográfico durante el Estado Novo; c) mapear y sistematizar los principales términos utilizados para promover la literatura y las publicaciones en periódicos y libros editados por el INL durante el Estado Novo en Brasil. Para ello, el problema de investigación se plantea de la siguiente manera: ¿de qué manera el lenguaje utilizado en periódicos y libros sobre el INL fue empleado estratégicamente para transmitir conceptos e influir socialmente, promoviendo literatura y publicaciones? ¿Cómo estas estrategias terminológicas contribuyeron a la OSC en el contexto del Estado Novo? En este contexto, la investigación adopta un enfoque cualitativo exploratorio-descriptivo, utilizando métodos de investigación documental y bibliográfica. Se emplearon dos procedimientos principales: el Análisis Crítico del Discurso (ACD) y el análisis terminológico. El ACD examina cómo se construyeron los discursos y las estrategias lingüísticas utilizadas para influir en la opinión pública. El análisis terminológico se centró en la investigación de los términos específicos utilizados y su impacto en la construcción de significados. Los resultados indican la relevancia del INL como una institución fundamental en la articulación de una ideología de Estado, que utilizó la OSC como un dispositivo estratégico para consolidar los valores del régimen del Estado Novo. El análisis de las obras publicadas por el INL demuestra cómo la elección y el uso de términos ayudaron a construir un imaginario simbólico que sustentaba la visión de modernidad del gobierno. Además, se presenta un minisistema en formato de glosario destinado a la OC, construido a partir de descriptores extraídos de fuentes periodísticas, documentos y libros del Estado Novo. El estudio contribuye al campo de la Ciencia de la Información, especialmente a la Organización del Conocimiento (OC), al mostrar cómo documentos e instituciones fueron utilizados como aparatos ideológicos y para la preservación de la memoria colectiva. Al observar los términos y los discursos promovidos en los periódicos, libros y documentos de la época, se constató que el INL empleaba un discurso estratégico y cargado de "términos ideológicos" para legitimar el gobierno. De otro modo, la materialidad discursiva presente en estos documentos contribuyó a la construcción de una narrativa alineada con los preceptos políticos del régimen.

Palabras clave: Estado Novo - Brasil. Instituto Nacional del Libro. Organización Social del Conocimiento. Discurso. Terminología.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	- Plano geral de divulgação sobre Instituto nacional do livro.....	80
Figura 2	- Colaboração ao Instituto nacional do livro.....	82
Figura 3	- Plano geral de divulgação: matéria para divulgação.....	84
Figura 4	- Gazeta de notícias, 1937, p. 1.....	84
Figura 5	- Jornal do Brasil, 14 junho, 1938, p. 15.....	85
Figura 6	- À noite, 9 de outubro de 1940, p. 1.....	88
Figura 7	- Correio Paulistano, 22 dezembro de 1940, p. 14.....	90
Figura 8	- A manhã, 9 agosto 1941, p. 19.....	91
Figura 9	- Correio da Manhã, 16 junho de 1943, p. 4.....	92
Figura 10	- A manhã (RJ), 28 de março de 1943, p. 3.....	93
Figura 11	- À noite, 10 setembro de 1944, p. 3.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e problema	22
1.2 Hipótese	23
1.3 Objetivos	25
1.4 Justificativa	26
1.5 Estrutura da Tese	29
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2.1 Procedimento Coleta de dados	31
2.1.1 Revisão Bibliográfica	32
2.1.2 Pesquisa Documental	33
2.2 Procedimento de análise de dados	35
2.2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD).....	36
2.2.2 Análise Terminológica.....	39
3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	45
3.1 A organização social do conhecimento: uma perspectiva através dos jornais como instituição informativa	49
3.2 Jornal: memória do tempo e documento	58
3.3 Método de análise discursivo nos jornais	63
3.4 Materialidade discursiva dos jornais	68
4 UM BREVE PANORAMA SOBRE O ESTADO NOVO NO BRASIL	71
4.1 Instituto Nacional do Livro	75
4.2 Gestão do INL: o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB)	79
4.3 Movimento Bibliográfico	100
5 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA NO ESTADO NOVO: ELEMENTOS PARA UM GLOSSÁRIO SOBRE O INL	106
6 GLOSSÁRIO: ESTRUTURA POLÍTICA, IDEOLÓGICA E CULTURAL DO INL.....	145
7 CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

Ao observar certos eventos que se manifestam ao longo do tempo e permanecem na memória coletiva, possibilita-se refletir sobre períodos específicos da história, os quais serão abordados neste estudo. A recorrência de acontecimentos históricos relevantes desperta o interesse em processos de reconstrução que nem sempre se fundamentam em evidências tangíveis, cujos efeitos no presente passam frequentemente despercebidos.

Uma das formas de realizar essa reconstrução é por meio da interpretação, um processo indispensável para o entendimento dos acontecimentos de cada época, considerando a natureza da investigação. Documentos, por exemplo, atuam como registros que preservam as vozes de uma determinada sociedade, cultura, ideologia, ciência ou comportamentos específicos.

Ao examinar a interpretação histórica, observa-se que as singularidades que moldaram as trajetórias sociais e culturais em meados do século XX revelam uma conexão intrínseca entre a materialidade do conhecimento e a configuração de uma nova sociedade, alinhada às perspectivas da modernidade. Esse período testemunha uma disseminação maciça de informações consideradas fundamentais para a sociedade, com potencial de gerar novos conhecimentos para impulsionar a expansão e o desenvolvimento social.

Esse acúmulo de informação identifica uma interrelação crescente com o desenvolvimento histórico da informação na sociedade, cuja origem remonta à era moderna. Os campos científicos, com destaque para a Ciência da Informação, como evidenciado por Saracevic (1996), foram moldados no contexto da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, caracterizada por um aumento exponencial no volume de informações e registros documentais. Tal fenômeno foi impulsionado por avanços tecnológicos e transformações nos métodos de produção, armazenamento e compartilhamento de informações, bem como pela expansão das redes de comunicação.

Alicerçado nesse novo cenário informacional, o aumento bibliográfico na história da sociedade brasileira durante a década de 1940 está ligado à influência política de Getúlio Vargas, no período denominado Estado Novo. No âmbito político, a busca por organização social, o alcance das massas e a obtenção de apoio social constituíram elementos centrais nas estratégias políticas que refletiam os ideais da época.

Nas esferas política, cultural e social, essas estratégias se concretizaram por meio de um modelo de organização moral e cívica da sociedade brasileira, que promovia a ordem, a obediência à autoridade e a aceitação de uma visão de sociedade militarizada e coesa (Parada, 2009). A influência sobre a estrutura social foi alcançada através da criação e divulgação de conhecimento, associadas a discursos políticos voltados para direcionar a sociedade segundo o ideal de um Estado-nação moderno (Parada, 2009).

O contexto da explosão informacional está, portanto, vinculado a uma das estratégias políticas do governo do Estado Novo. Para atingir os objetivos de modernidade, a criação de instituições no Brasil e a (re)modernização das existentes tornaram-se imperativas, com a necessidade de produzir e agir segundo os padrões regimentares alinhados ao plano político-institucional estabelecido para o desenvolvimento nacional e embasado nos preceitos do Estado Novo.

Com a implementação do Estado Novo no período de 1937 a 1945, Getúlio Vargas cerca-se de poderes excepcionais, buscando transformar um Brasil essencialmente agrário e exportador em uma nação urbana e industrial. Como promotor da industrialização e interveniente em diversas esferas da vida social, o Estado volta-se para a consolidação de uma base de modernização centrada nas bases ideais políticas (Pandolfi, 1999).

Nesse cenário, as instituições são organizadas em todas as suas estruturas para relacionar suas realizações à proposta de uma nova nação, fundamentada no ideal de desenvolvimento interno. Assim, as informações, materializadas em registros documentais, como produto das instituições, recebem os olhares significantes do poder como meio discursivos na busca por exercer influência social e política.

No contexto delineado, as relações políticas estabelecidas pelas instituições e os documentos por elas gerados representam o contexto político no qual estão inseridas. Essa abordagem sugere que, ao examinar os produtos documentais produzidos, como os documentos, podemos utilizá-los como ferramentas para entender melhor como as ideias e valores foram disseminados em um determinado período. Os documentos não apenas refletem, mas também desempenham um papel determinante na formação e na propagação dessas ideias e valores, fornecendo um guia valioso para compreender o contexto político e social da época.

Essa relação encontra eco nas considerações de Hegel (2001) sobre o “espírito do tempo” de uma época específica (*Zeitgeist*), conceituando o tempo não apenas como um espaço

físico, mas como um fenômeno de consciência compartilhada em prol de uma razão para o progresso, denominado “tempo da consciência do espírito” (Hegel, 2001, p. 22).

Para implementar essas estratégias, as diversas formas discursivas no regime do estado novo às mídias, que foram meios de divulgação como rádio, cinema, música e jornal, estavam como principais dispositivos de propaganda política para o exercício de influência social. O rádio, em particular, desempenhou um papel protagonista ao alcançar um público diversificado. Mas, com o jornal, através da função da imprensa, é possível analisar a materialidade discursiva em seus registros e nas formas de linguagem empregadas no contexto histórico e cultural, para causar feitos de propaganda pública do governo estado-novista.

Nesse contexto, Garcia (2005) destaca que os registros nos jornais têm a função de formar a maioria das ideias e convicções dos indivíduos, orientando assim todo o seu comportamento social. Por meio das notícias lidas, ou como conceitua Xifra-Hera (1975) quando se refere às notícias, por meio da informação cotidiana, os jornais propagam o denominado “burburinho”, em termos de conversas e comentários, difundindo-se assim no cotidiano da sociedade.

Os jornais se inseriam na ordem do dia, sendo objetos de conversas e casos narrados pela cidade. Portanto, o discurso presente em suas páginas pode exercer uma influência social significativa e os criadores de notícia, cientes do poder de seus discursos, buscavam empregar toda a sua criatividade em elementos como manchetes, fotografias e leiaute de texto para assim capturar a atenção do leitor (Barbosa, 2010).

Assim, os jornais não apenas testemunhavam o tempo vivido, mas buscavam influenciar ativamente o espaço social para dentro das diretrizes estabelecidas por aqueles que narravam, testemunhavam e discursavam. Essa interação entre o jornal e discurso durante o Estado Novo no Brasil evidencia como a divulgação do conhecimento estava ligada à construção de uma nova ordem social. Há que se notar que alguns jornais formaram uma estrutura de apoio ao governo de Getúlio Vargas e divulgaram as criações institucionais do seu governo.

Os jornais possuíam a capacidade de divulgar, por meio de seus discursos, um modo pelo qual a população brasileira poderia compreender o Instituto Nacional do Livro (INL). Observa-se que essa prática é comum em todos os modos de governo, nos quais a tomada de decisões políticas depende de algum nível de interação com a esfera popular (Gomes, 2004).

Em função disso, verifica-se que a criação do imaginário coletivo está vinculada à disseminação contínua de informações cotidianas efetuada pelos jornais e aliada ao desenvolvimento político.

Além da informação cotidiana, os livros criados pelo INL seriam mais uma máquina do Estado Novo; a propaganda, mesmo de forma velada, veiculava-se por meio das imagens e discursos disseminados nas páginas dos livros. Conforme Vidal (1998), durante a década de 1930, a leitura e os livros e/ou impressos escolares receberam forte atenção dos políticos e do próprio estado. O livro passou a ser visto como uma fonte de experiência e a leitura, não somente como acesso à informação, mas, sobretudo, como elemento (con)formador do imaginário coletivo, uma representação.

Nessa lógica, este estudo se torna relevante, uma vez que contribui para o entendimento sobre o conhecimento da memória e da sociedade leitora brasileira entre os anos de 1937 e 1945. Para nós, constitui-se a revitalização da memória do INL que, segundo Silva e Oliveira (2014, p. 142), “[...] manterá um laço com a temporalidade através dos registros e testemunhos das informações rememoradas que foram produzidas pelo sujeito tanto individualmente quanto coletivamente em uma ordenação potencial em um tear social”. Pelo viés da Ciência da Informação, pode-se aprimorar os artefatos teóricos e práticos na abordagem documental com os jornais impressos.

Ao estudar a trajetória dos livros e a expansão das bibliotecas promovida pelo INL, a pesquisa lança luz sobre os mecanismos institucionais que facilitaram a difusão de saberes e consolidaram a base cultural e informacional do Brasil. Nesse sentido, a relevância do estudo se amplifica, pois não apenas revisita o papel do INL no cenário cultural brasileiro, mas também contribui para a compreensão das políticas de difusão do livro e da leitura em um contexto político autoritário, refletindo sobre o impacto dessa instituição na formação da sociedade leitora brasileira.

Considera-se que o livro e a leitura constituíram a política de Vargas com o Estado Novo, sobretudo com a criação do INL, visando livrar a sociedade dos “livros maus” para a “construção da imagem do novo homem brasileiro” instanciado em nome da moral e dos bons costumes.

Em outras palavras, são ações práticas que passam pelo tratamento da informação como a descrição, apresentação, organização, descoberta, seleção e recuperação de conceitos e conhecimentos (Buckland, 2018). Por outro lado, são ações que dizem respeito à organização

do conhecimento quando se trata de todos os esforços intelectuais para apreender o documento. Toda essa prática de compreensão das estruturas documentais envolve a atividade intelectual.

Nos bastidores da edição de livros e jornais têm início as ações investigativas que irão produzir a leitura, imagem, notícias, definir as manchetes, a apresentação de editoriais, entre outros aspectos físicos que envolvem especialistas que são formadores de opinião para difundir a informação.

Essa realidade contempla o processo físico de fabricação de livros e jornais, com a participação de uma gama de atores institucionais e especializados, como diretores, jornalistas e editores. Ao examinar o impacto desses diversos atores sociais na gênese e na interpretação dos documentos, torna-se manifesto que esses não são apenas produtos estáticos, mas sim entidades dinâmicas que refletem e modelam a sociedade na qual surgem e são consumidos.

A interação entre esses atores sociais ao longo do ciclo documental torna-se importante para uma compreensão abrangente não só do conteúdo do documento, mas também de sua repercussão e relevância em um contexto social específico. McKenzie e Buckland (1986; 2018) dialogam com esse pensamento e discutem o papel social do documento desde sua produção física, subjugando as etapas de sua produção em relação aos múltiplos atores sociais presentes no desenvolvimento, desde o valor cognitivo social desse documento até a construção intersubjetiva dos sujeitos sociais diante da informação revelada.

É um percurso que se alinha à estrutura da composição do sentido amplo da Organização do Conhecimento, mas é preciso destacar que há um sentido estrito ligado aos instrumentos (Hjørland, 2008). Nesse cenário, as instituições são organizadas, suas informações e suportes são produzidos e organizados no exercício das formas de linguagem diante dos domínios aos quais estão inseridos para que os conhecimentos possam ser divulgados, percebidos e interpretados.

A visão ampla da OC tem como características: a divisão social do trabalho; instituições; linguagens e símbolos; sistemas conceituais e teorias; literatura e gêneros. Trata-se de um contexto que inclui aspectos construtivos de documentos físicos, bem como aspectos sociais e cognitivos, e está ligado ao processo de interação entre atores institucionais, mediados por documentos como, por exemplo, os jornais e a sociedade.

Em tal caso, o fenômeno da “quase-interação mediada”, conforme caracteriza Thompson (1995), ocorre quando o documento é exposto em seu aspecto físico aos campos de interação temporal e espacialmente expandidos, os da complexidade dos intérpretes localizados em contextos institucionais e estruturais.

Dessa forma, a visão ampla da OC ressoa uma problemática nos estudos amplos da OC e da OSC quando em suas relações teóricas, conceituais e práticas com a sociedade são examinadas a partir da perspectiva unilateral das “grandes instituições” e pouco estudadas no sentido de tentar entender o que a sociedade contemporânea apreende, interpreta e usa, dada a recepção da pluralidade documental (Hjørland, 2008).

Tendo em vista essa pluralidade, o campo da OC aspira por novas relações teóricas e metodológicas para a compreensão da informação em diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao processo de acesso e difusão do conhecimento socializado. Este contexto sobre o processo da informação e sua socialização diz respeito à sua relação com a exploração de campo interdisciplinar que dialoga com a linguística, documentação, filosofia, história, informática e ciência cognitiva, e de como esse conhecimento é registrado e expressado por meio dos documentos como portadores das realidades do saber humano (Barité, 2001).

A organização social do documento, conforme discutido por Andersen (2004), destaca o papel dos documentos como suportes de dados que requerem uma estruturação para sua inserção na sociedade. Esses documentos não apenas facilitam a comunicação em várias esferas da sociedade, mas também apoiam a produção de atividades comunicativas em diferentes domínios.

Por sua vez, as ações organizacionais sobre a base material documentária, conforme destacado por Carvalho e Ortega (2024), envolvem a identificação, seleção, produção de registros, ordenação, conservação e exposição dos documentos. Essas atividades estão relacionadas à mediação documental, formando diferentes camadas de significado sobre o objeto documental. Essa abordagem amplia a noção de documento para o público, promovendo a comunicação da informação e enriquecendo sua compreensão de dispositivo documentário.

Por outro lado, ainda segundo Carvalho e Ortega (2024), o dispositivo documentário desempenha um papel importante como uma interface elaborada para auxiliar o usuário nos processos de interpretação necessários para a construção do conhecimento. Dentro dessa dinâmica, o mediador atua como um elemento intermediário que harmoniza as necessidades de

informação dos usuários e os conhecimentos representados na forma de documentos. Vale ressaltar que os significados atribuídos às interfaces documentárias pelos profissionais e os significados elaborados sobre essas interfaces pelo público são resultados de construções situacionais, não sendo estáveis ou unívocos.

Além disso, Carvalho e Ortega (2024) direcionam sua discussão para os objetos do campo da mediação documentária ao enfatizarem que, associados à atividade documentária, estão elementos como o usuário, as ideias, o contexto técnico, os conteúdos e a prática (social, econômica, política, entre outros), privilegiando determinados objetivos.

Nesse sentido, a OSC deve direcionar seus esforços para as atividades de comunicação mediadas pelos documentos, os quais desempenham um papel na orientação e estruturação da sociedade, ao mesmo tempo, em que contribuem para a formação da ordem social. Tal contribuição se dá por meio da implementação de sistemas, estruturas e práticas que promovam a disseminação e o acesso ao conhecimento, garantindo a amplificação tanto da linguagem quanto dos suportes documentais produzidos.

Observa-se que a investigação no âmbito da OSC parece concentrar-se predominantemente nas instituições de ensino superior e pesquisa, deixando potencialmente de lado outras entidades que também desempenham papéis relevantes. Isso se deve ao fato de que o processo de organização documental e disciplinar abarca não apenas as instituições acadêmicas, mas também uma gama variada de organizações que lidam com a produção, processamento e disseminação de documentos em diferentes áreas e contextos.

Nesse sentido, a documentação não deve ser compreendida apenas como uma técnica neutra e imparcial destinada à coleta, organização e disseminação de informação, mas sim como uma prática que reflete escolhas e perspectivas específicas em cada área de atividade humana, como observado por Cedelac (1981), a documentação é um produto social que, muitas vezes, está distante da prática popular, seja devido à falta de acesso do público aos documentos que contêm informações essenciais, seja pela ausência de registro da própria prática das pessoas em documentos

A documentação popular pode ser elencada aqui como um exemplo significativo desse cenário. Segundo Almeida Júnior (1997), os Centros de Documentação Popular desempenham um papel fundamental como instrumentos de libertação popular, proporcionando informações verdadeiras e objetivas aos setores populares, atendendo às suas necessidades e interesses e

contribuindo para criar consciência em vez de alienação. Esses centros produzem e traduzem informações de maneira acessível para a população, seja por meio da escrita, imagem, som, entre outros meios, e promovem espaços para debates, discussões e defesa dos interesses da comunidade. Além disso, é importante ressaltar que a biblioteca pública pode e deve apoiar esses movimentos populares, desde que haja reciprocidade.

Nesse sentido, requer-se uma mudança estrutural que permita uma abordagem diferenciada aos tipos de documentos e seu significado social. Thompson (1998) propõe uma perspectiva “de baixo para cima”, na qual as culturas, a partir de suas tradições, utilizam e consomem seus meios de comunicação e informação. Essa mudança de perspectiva enfatiza a importância de reconhecer e valorizar as práticas culturais locais na criação e consumo de documentos, promovendo uma compreensão mais inclusiva e sensível às diversas realidades sociais.

Considerando a visão ampla da OC, a OSC está presente em diferentes instituições que utilizam suportes documentais em seus processos organizacionais. Hjørland (2008), ao afirmar que “o sentido amplo é, portanto, tanto sobre Biblioteca e informações”, defende que essa concepção não se restringe ao espaço da biblioteca, mas abrange diversas organizações que utilizam a informação. Sob essa perspectiva, ele destaca a “organização social da mídia, a produção e divulgação do conhecimento”, compreendendo essas instituições que lidam com múltiplos registros informacionais em diferentes suportes, organizando-os para difundir conhecimento na sociedade (Hjørland, 2008).

Tem-se, portanto, um circuito que dialoga com o conceito de “esfera pública” de Habermas (2003), pois mostra que na teoria da esfera pública, as diferentes esferas desenvolvem necessidades e propósitos comunicativos particulares, ou seja, o jornal como documento, ou mesmo como mídia resultante de um projeto de instituição privada, não só ocupa seu papel funcional de divulgação, mas também tem sua função de influenciar a opinião pública.

A partir do plano de interesse do governo estado-novista, o ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, adere à iniciativa de criar o INL como forma de “zelar” pela educação brasileira. Gustavo Capanema toma a iniciativa de emitir uma carta para o presidente Getúlio Vargas, falando sobre a importância de se criar um Instituto do Livro.

Apresenta-se um parágrafo da carta emitida que chama a atenção para a comparação entre os prós e os contras de Gustavo Capanema a respeito do livro:

O livro não é apenas o companheiro, amigo, que instrui, diverte, consola. É também, sobretudo, o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas também vigiando no sentido de que ele seja não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (Capanema, 1937, p. 25586).

Em meio ao contexto, Gustavo Capanema dá motivos para se criar o INL, a fim de ter uma instituição que promoverá livros como os de interesses mencionados na carta. Assim, impulsionado pelo populismo da modernização, Getúlio Vargas atende ao pedido do Ministro Gustavo Capanema e cria o INL, que entra em vigor em 1937, e nomeia Augusto Meyer para assumir sua direção. O INL localizava-se no quarto andar da Biblioteca Nacional Brasileira. Com sua criação, é preciso estabelecer seus objetivos. Por essa razão, entra em vigor o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que responsabiliza o INL pelas publicações e pela circulação de livros e pela criação de bibliotecas no território brasileiro.

Durante o Estado Novo no Brasil, que perdura de 1937 a 1945, o INL cumpre um papel decisivo na configuração do cenário cultural e literário do país. Esse período é marcado pela presidência de Getúlio Vargas e caracteriza-se por um governo que busca consolidar seu controle sobre diversos setores da sociedade, incluindo a produção e disseminação do conhecimento.

No contexto político da época, o INL se afirmou como uma instituição estratégica, encarregada não apenas de fomentar a produção literária, mas também de estabelecer um paradigma que se insere no conceito de OSC. Essa estrutura, orientada por motivações políticas e disciplinares, buscava promover a identidade cultural brasileira, ao mesmo tempo, em que visava influenciar a narrativa literária nacional. Por isso, analisar a difusão cultural de livros e bibliotecas promovida pelo INL durante o Estado Novo sem levar em consideração o papel dos jornais é ignorar um dos principais meios de comunicação de massa do século XX, cuja influência foi importante na formação da opinião pública.

Torna-se central reconhecer a relevante importância e influência do jornalismo impresso no contexto político e social. Ao longo do tempo, observa-se uma interação essencial entre o jornalismo e a política, resultando em um complexo sistema de ação e reação. Esse fenômeno é evidenciado naquilo que pode ser caracterizado como uma “atitude noticiosa” ou na maneira como a informação do cotidiano é apresentada e abordada (Barreto, 2006).

Nas décadas de 30 e 40, os jornais surgem como um dos favoritos meios de representar a informação cotidiana, perdendo apenas para o rádio, que consegue o papel de protagonista por alcançar um público diversificado, uma vez que os jornais, conforme Garcia (2005, p. 10), “[...] têm a função de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social”. Mesmo com parte da população iletrada, os jornais ainda conseguem ter seu papel de destaque na sociedade. Notícias lidas podem circular por meio de burburinhos, conversas e assim virar notícias do cotidiano na fala do povo.

De outra maneira, estudar como os jornais fazem os seus discursos constitui um dos primeiros pontos centrais dessa pesquisa para desvelar o que está implícito nos jornais em relação à imagem da difusão cultura do livro, tão objetivada pelo Estado Novo.

Alicerçado na pesquisa dos discursos dos jornais, ressalta-se também o estudo da investigação da análise dos termos presentes nos livros criados pelo Departamento de imprensa e propaganda (DIP) com base nas diretrizes do INL como, por exemplo, 'Getúlio Vargas amigo das crianças', “biografia para gente boa” e “A juventude no estado novo”.

1.1 Tema e problema

Os documentos produzidos e difundidos pelo INL, tais como jornais e livros, desempenham um papel central na configuração do conhecimento durante o Estado Novo. O Instituto torna-se um instrumento através do qual o Estado exerce influência direta sobre a produção intelectual e cultural. Através do controle editorial e da promoção de uma determinada ideologia, o INL busca alinhar a produção literária com os interesses do governo.

A materialidade discursiva presente nesses documentos constitui um elemento importante para o diálogo com a OSC, uma vez que a seleção de termos e a imposição de padrões literários preestabelecidos resultaram na construção de uma narrativa cultural uniformizada, alinhada aos preceitos políticos do regime. Portanto, a linguagem utilizada, por exemplo, nos jornais e livros do INL, não serviu apenas como meio de comunicação, mas também como ferramenta de controle ideológico.

Assim, durante o Estado Novo, o INL desempenhou um papel significativo na OC, promovendo uma visão específica da cultura e da literatura brasileira. Esse período deixa um

legado marcante na história intelectual do país, destacando a interseção entre a produção literária, a política e a OC.

A proposta de OSC durante o Estado Novo levanta uma série de questionamentos pertinentes sobre o papel do Estado na regulação cultural e a relação entre produção literária e estratificação social. Ao buscar classificar e direcionar obras conforme as classes sociais, a política do Estado Novo parece refletir uma visão específica sobre o papel da literatura na construção da identidade e na formação ideológica da sociedade. Uma problematização possível seria questionar a legitimidade e eficácia desse tipo de intervenção estatal na produção literária.

A ideia de que, se há literatura destinada aos operários, deve haver necessariamente um leitor operário, levanta questões sobre a receptividade e o interesse das diferentes classes sociais por determinados tipos de literatura. Isso sugere uma visão determinista sobre as preferências literárias, desconsiderando a possibilidade de interseções e diversidade de interesses dentro de cada classe.

Ao mencionar a característica da OSC que se assemelha ao movimento bibliográfico europeu, é relevante explorar como essas práticas se relacionam com a OC. Este estudo visa aprofundar a compreensão da OSC no contexto do INL durante o Estado Novo no Brasil. Para tanto, o problema de pesquisa é delineado da seguinte forma: De que maneira a linguagem utilizada em jornais e livros sobre o INL foi estrategicamente empregada para transmitir conceitos e influência social, destinada a promover literatura e publicações, como foram efetuadas essas estratégias terminológicas que contribuíram para a Organização Social do Conhecimento nesse contexto da memória? De que maneira se estabeleceu essa conexão entre a OSC e seus instrumentos efetivos nesse processo?

Em última análise, a problematização da organização política da literatura durante o Estado Novo não apenas destaca as implicações sociais e culturais desse movimento, mas também permite uma análise mais profunda das relações entre poder, cultura e conhecimento na sociedade da época.

1.2 Hipóteses

O período do Estado Novo no Brasil, sob a liderança de Getúlio Vargas, caracterizou-se por uma combinação de centralização política e fervor nacionalista, influenciando todos os

setores da sociedade. No campo cultural e intelectual, o INL teve um papel significativo ao afetar diretamente como o conhecimento foi organizado e disseminado, moldando os padrões literários e culturais do período.

No entanto, torna-se relevante reconhecer que essa perspectiva não foi a única a impactar a organização e produção do conhecimento. Outras variáveis, como os interesses políticos de Vargas e as demandas nacionalistas, também exerceram influência nas ações do INL. Portanto, ao realizar uma análise mais abrangente, deve-se considerar não apenas o papel do INL, mas também o contexto político e social mais amplo, para compreender de que maneira esses fatores moldaram a organização e produção do conhecimento na época.

Nesse contexto, apresentam-se os pressupostos e hipóteses que buscam entender como as ações do INL, influenciadas pelas motivações políticas de Vargas e pelas demandas nacionalistas, moldou alguns aspectos da organização e a produção do conhecimento no Brasil daquela época.

Sustentam essa reflexão os seguintes pressupostos:

- a) durante o Estado Novo no Brasil, o Instituto Nacional do Livro desempenhou um papel importante na Organização do Conhecimento literário e na promoção da cultura, influenciado pelo contexto político da época;
- b) a Organização Social do Conhecimento, implementada pelas políticas do estado Novo com o INL, foi moldado por motivações políticas e disciplinares que buscavam consolidar a identidade cultural e o controle do Estado sobre a produção e organização do conhecimento;
- c) os documentos produzidos e disseminados pelo INL, como jornais e livros, exerceram uma influência significativa na organização do conhecimento e no movimento bibliográfico no Brasil durante o Estado Novo;
- d) a materialidade discursiva desses documentos, incluindo o uso de terminologia específica, desempenhou um papel determinante na formação da Organização Social do Conhecimento e na promoção da literatura e publicações.

As hipóteses do trabalho são as seguintes.

Hipótese principal: Durante o Estado Novo, a Organização Social do Conhecimento, conforme interpretada pelo INL, não é apenas uma manifestação acadêmica, mas sim uma ferramenta ativa de influência ideológica. Acredita-se que a análise detalhada do discurso e terminologia utilizados revela como as ações do INL são estratégias deliberadas de controle e disseminação da ideologia do Estado Novo. Essa hipótese central visa compreender como a OSC é instrumentalizada como parte integrante da estratégia política de Vargas.

Hipótese secundária - I: A materialidade discursiva nos documentos produzidos pelo INL, com um foco especial em termos e conceitos, é uma chave para desvendar a construção da narrativa cultural durante o Estado Novo. Acredita-se que esses elementos não apenas refletem a cultura da época, mas também contribuem significativamente para influenciar a percepção da literatura e da produção editorial. Esta hipótese secundária visa explorar de que maneira a materialidade discursiva colabora para a formação da identidade cultural durante esse período histórico.

Hipótese secundária - II: A utilização estratégica da linguagem e a construção cuidadosa de conceitos pelo INL, exerce uma função importante na promoção da literatura, ao mesmo tempo, em que molda a compreensão e recepção das obras literárias segundo os princípios do Estado Novo. A hipótese busca examinar como a linguagem é empregada como uma ferramenta dupla: impulsionando a literatura e alinhando-a com os valores ideológicos do regime. Essa análise pretende oferecer sentidos discursivos sobre as conexões entre linguagem, literatura e poder durante esse período histórico.

1.3 Objetivos

Dessa forma, o **objetivo geral** é investigar a Organização Social do Conhecimento no Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil por meio da análise discursiva e terminológica.

Para alcançar esse objetivo, indicam-se os seguintes **objetivos específicos**:

- a) analisar as práticas de organização social do conhecimento implementadas pelo Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo, examinando as motivações políticas e disciplinares por trás dessas ações;
- b) discutir a materialidade dos jornais e sua influência para a organização social do conhecimento e movimento bibliográfico no Brasil do estado novo;

- c) mapear e sistematizar os principais termos utilizado para promover a literatura e as publicações em jornal da época e livros editados pelo INL durante o Estado Novo no Brasil.

1.4 Justificativa

A presente pesquisa encontra sua fundamentação e justificativa nos princípios teóricos da Organização Social do Conhecimento (OSC), conforme delineados por Hjørland (2003, 2007). A perspectiva de Hjørland argumenta que os elementos da organização cognitiva do conhecimento estão vinculados à estruturação dos documentos no ambiente acadêmico e na pesquisa, considerando a configuração disciplinar da divisão social do trabalho na sociedade.

Dessa forma, a construção social do conhecimento, enfatizando a relevância da materialidade da documentação, fundamenta-se nas influências sociais sobre os membros das comunidades discursivas.

Hjørland (2003) estabelece uma correlação com a dimensão ampla da OC, destacando que o conhecimento é estruturado pela “divisão social do trabalho (por exemplo, as disciplinas), instituições sociais e linguagens e sistemas simbólicos, sistemas conceituais e teorias, literaturas e gêneros” (Hjørland, 2003, p. 88). Essa abordagem sugere que a estruturação do conhecimento abarca aspectos sociais, institucionais e simbólicos em diversas esferas da sociedade.

O escopo da pesquisa vai ao encontro da documentação e da compreensão das práticas da OSC no INL durante o Estado Novo; busca-se contextualizar essas práticas no cenário político e cultural da época. O intuito é oferecer uma análise e profunda, contribuindo para a compreensão mais ampla do desenvolvimento do conhecimento no Brasil durante esse período específico. Abordam-se os sentidos discursivos por meio de um mapeamento dos termos e conceitos investigados nos jornais e livros da época pela perspectiva da teoria comunicativa da terminologia.

No contexto histórico, o estado novo procurou influenciar a estrutura social e intervir politicamente nas esferas política, cultural e social. O regime promoveu um modelo de organização moral e cívica, visando uma sociedade militarizada com coesão social (Parada, 2009). No que concerne à divulgação dos ideais de “brasilidade”, o crescimento exponencial das obras bibliográficas e diretrizes de distribuição durante o Estado Novo com o movimento bibliográfico, esses apontamentos destacam-se como elementos central desta pesquisa.

Schneiders (2012b) salienta que o movimento bibliográfico do século XIX teve suas raízes em aspectos histórico-culturais associados à modernidade, envolvendo ferramentas informacionais de acesso a uma variedade de documentação organizada com a participação ativa de estudiosos, pesquisadores, bibliotecários e bibliógrafos (Santos, 2006). Essa abordagem conceitual alinha-se de maneira coesa com as intenções do movimento bibliográfico durante o Estado Novo, cuja política estava vinculada à modernidade em todas as esferas da OSC.

A relevância desta pesquisa apresenta-se como uma contribuição significativa para o campo da Ciência da Informação, com ênfase na OC, ao propor uma análise discursiva e terminológica que examina os modos pelos quais linguagem e discurso foram historicamente construídos e utilizados como ferramentas de controle ideológico. A importância da pesquisa também reside ao abordar de maneira efetiva da OSC, já que, apesar de reconhecida por Hjørland (2000, 2007), permanece insuficientemente investigada. Dessa forma, destaca-se a pertinência desse aspecto no presente estudo, evidenciando seu aprofundamento.

Para além do impacto acadêmico, a pesquisa destaca-se por sua relevância social. O Estado Novo, com sua influência significativa na cultura e política brasileira, emerge como contexto primordial para analisar a utilização de estratégias de controle por parte dessa conjuntura política. Essas estratégias, que se valeram da linguagem e do discurso mediados pelo INL foram empregadas com o intuito de organizar o conhecimento para promover os interesses políticos do Estado. A análise crítica das estratégias de linguagem e controle ideológico apresenta importância contemporânea, especialmente no contexto político global atual.

A contextualização histórica do Estado Novo no Brasil não apenas destaca a necessidade de compreender as origens históricas da cultura e política brasileiras, mas também posiciona a pesquisa como uma ferramenta para iluminar o passado em que a linguagem do Estado Novo foi empregada como um mecanismo de controle ideológico.

Além disso, oferece uma análise crítica e reflexiva das questões contemporâneas, destacando o papel da linguagem como um instrumento para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas em andamento. Nesse sentido, defende-se a importância de discutir não apenas a OC e a OSC, mas também os fundamentos epistemológicos e discursivos que regem essa relação em diversos âmbitos da sociedade.

Partindo dos princípios da OC na CI, há uma abordagem interdisciplinar que envolve disciplinas como Lógica, Linguística, Comunicação, Psicologia, Computação, entre outras. Essas disciplinas se integram em termos de referenciais teóricos para os estudos da área, fornecendo uma base científica sólida para analisar os estudos da linguagem como um fenômeno representativo na compreensão de como se estabelece a organização do conhecimento em uma sociedade.

Considerando que a OC está ligada ao processo de socialização na construção e análise do conhecimento, torna-se evidente que a sociedade registra e adquire informações, ideias e dados provenientes de diversos dinamismos sociais. Nesse contexto, os registros documentais servem de pilar na projeção do saber humano, como destacado por Barité (2001).

Nesse contexto, a organização do conhecimento aponta para os estudos de investigação dos registros de como a sociedade busca representar o conhecimento nos quais a linguagem é analisada, utilizada e organizada nos processos de significação e representação social, conforme Hjørland (2003, p. 98) considera que “quando os indivíduos aprendem uma língua, aprendem os conceitos dessa língua e, conseqüentemente, classificam o mundo da maneira que é dada por aquela língua específica”. Com isso, compreende-se que a relação entre linguagem, sociedade e a representação de objetos constitui-se um componente decisivo no processo comunicativo, servindo como um mecanismo para a organização social. Indivíduos que integram um grupo social, ao participarem de um processo dialógico que interliga as consciências individual e coletiva, criam representações e classificações do mundo ao seu redor. Este fenômeno ocorre por meio do emprego da linguagem, que se manifesta como uma ferramenta poderosa na moldagem das percepções sociais (Arboit, 2017).

A OC está ligada ao sistema de organização social, especialmente no que diz respeito às comunidades discursivas e suas práticas linguísticas. Essas comunidades constroem entendimentos por meio de performances discursivas que utilizam a linguagem natural. Quando expressas no contexto cotidiano e social, essas interpretações discursivas têm o potencial de serem carregadas de significados sociais, os quais atuam como códigos de significação para os indivíduos envolvidos no processo de comunicação.

Os SOC's, compreendidos como dispositivos de informação e conhecimento, estruturam-se como sistemas conceituais que articulam os termos, as definições, os relacionamentos e as propriedades dos conceitos em um domínio específico (Moura, 2018, p. 122).

Nesse sentido, ao olhar para os discursos de poder, a utilização das ações instrumentais com que os termos são utilizados nas performances discursivas, apoia-se a compreensão da performatividade da linguagem terminológica para uma perspectiva política socio-plural que os sistemas de organização contribuem ao processo de apreensão dos códigos culturais.

1.5 Estrutura da Tese

Nesta primeira seção, apresentam-se os elementos fundamentais da pesquisa, tais como o tema, o problema, os pressupostos e hipóteses, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa que orienta a construção textual do estudo. Na segunda seção, os procedimentos metodológicos são elencados.

A terceira seção da tese, intitulada “A Organização do Conhecimento na Ciência da Informação”, detalha-se a partir de uma abordagem que investiga o conceito abrangente da OSC. Nessa seção, explora-se como as instituições empregam a produção e a organização disciplinar do conhecimento por meio da linguagem especializada, estabelecendo-se, assim, uma ordenação social em um domínio específico. Discutem-se as atividades de OSC promovidas pelo INL, as quais se alinham à diretriz político-educacional do governo do Estado Novo, cujo objetivo consistia em ordenar a sociedade por meio de estratégias relacionadas à linguagem e ao conteúdo das obras bibliográficas.

Além disso, analisa-se a utilização massiva de jornais como meio de divulgação de obras e feitos intelectuais, reconhecendo-se o jornal como uma mídia rica em material discursivo, que servia aos interesses do Estado Novo. Os jornais são examinados sob a ótica da teoria do documento, considerando-se seu valor cognitivo, sua articulação de linguagem e seu impacto social ao influenciar o imaginário público. A materialidade discursiva e a escolha dos termos utilizados para promover a ideologia governamental configuram-se como aspectos centrais dessa análise. A seção inclui ainda uma discussão acerca do papel da OSC no contexto dos jornais, investigando-se como a linguagem foi utilizada para influenciar o público e promover os interesses do regime, com especial atenção ao uso da terminologia e do discurso na formação de uma narrativa cultural que sustentasse a política do Estado Novo.

A quarta seção, dedica-se ao período da Revolução de 1930, com foco na figura de Getúlio Vargas e o Estado Novo no Brasil. Examina a organização política, social e ideológica implementada durante o Estado Novo, particularmente pelo INL. O Estado Novo foi um

período de modernização centralizada, no qual Vargas exerceu um controle significativo sobre a cultura e o conhecimento, utilizando o INL como ferramenta para promover uma identidade cultural brasileira alinhada aos preceitos do regime.

Ainda, na quarta seção discute-se o Instituto Nacional do Livro e está dividida em duas subseções principais. A primeira subseção intitula-se “Gestão do INL: o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB)” e aborda a gestão do INL durante o Estado Novo, com foco no Plano Nacional de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB), cujo objetivo era promover a produção e disseminação de livros no Brasil. A gestão do INL é apresentada como parte das estratégias governamentais para a organização cultural e literária. A segunda subseção, intitulada Movimento Bibliográfico, explora como o INL impulsionou o movimento bibliográfico no Brasil, com o intuito de organizar e promover o conhecimento literário e bibliográfico. Nessa subseção, são discutidas as ações do governo para consolidar um projeto nacional de leitura e educação, utilizando o INL como aparelho ideológico e cultural.

Na quinta seção apresentam-se os resultados da investigação que está organizada com foco nas estratégias discursivas e terminológicas que o INL utilizou durante o Estado Novo para promover sua ideologia e legitimação. A análise concentra-se em três conceitos principais: *estrutura política*, *imagem pública de Getúlio Vargas* e *o Instituto Nacional do Livro*. A seção explora dentro da estrutura os termos relacionados como “democracia autoritária”, “educação moral e cívica” e “amigo das crianças” dentre outros, para demonstrar como o INL moldava a opinião pública e promovia a ideologia do regime de Getúlio Vargas. A seção também discute como as terminologias e estratégias discursivas eram usadas para construir narrativas que apoiavam o regime, influenciando a sociedade e consolidando o controle ideológico por meio da literatura e da produção cultural promovida pelo INL.

A sexta seção apresenta o minissistema no formato de glossário funcional, destinado à OC, construído a partir de descritores extraídos de fontes jornalísticas e documentos e livros do Estado Novo.

Por fim, a sétima seção apresenta a conclusão sobre os principais resultados e reflexões da pesquisa, incluindo a síntese dos resultados, a função ideológica do INL, a retórica e o controle terminológico, as contribuições teóricas e metodológicas, além das reflexões para pesquisas futuras.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma estratégia metodológica de cunho qualitativo, caracterizada como exploratório-descritiva, com o propósito de aprofundar a compreensão que envolve a OSC no contexto das ações e práticas do INL durante o período do Estado Novo no Brasil. Nesse sentido, optou-se pela utilização do método de pesquisa documental como principal ferramenta para a coleta de dados, delineando uma abordagem que prioriza a análise de materiais já existentes, bem como daqueles que ainda não foram submetidos a processos de investigação, visando a construção de uma base sólida para a pesquisa e com base em uma revisão bibliográfica que aborda o contexto da OC e política do estado novo no Brasil.

Assim, a combinação de dois tipos distintos de métodos para a análise de dados adiciona uma camada de complexidade e profundidade à abordagem metodológica. A Análise Crítica do Discurso, conforme proposta por Van Dijk (2018; 2020), traz uma perspectiva valiosa para examinar como as representações linguísticas influenciam a construção de significado e poder nas práticas discursivas.

Além disso, a análise terminológica comunicativa, conforme proposta por Cabré (2008), destaca a atenção aos termos e conceitos específicos utilizados no discurso e na documentação, promovendo uma compreensão detalhada da linguagem técnica empregada e seu impacto na comunicação.

Essa escolha de métodos revela uma intenção de abordar o objeto de estudo de maneira abrangente, combinando análise crítica de documentos e atenção detalhada à terminologia. Assim, a interação sinérgica entre esses métodos pode oferecer uma compreensão mais completa e rica do fenômeno investigado, permitindo que o pesquisador explore camadas mais profundas de significado e contexto.

2.1 Procedimentos de coleta de dados

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados. A revisão bibliográfica foi direcionada à reserva das interconexões entre os autores que abordam a teoria do documento e a OC para se chegar à perspectiva central da pesquisa que é a investigação documental que engloba a consulta de periódicos acessíveis na Hemeroteca

Digital da Biblioteca Nacional, além de obras raras na seção correspondente da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bem como os arquivos disponíveis no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

2.1.1 Revisão Bibliográfica

O estágio inicial desta pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, seguindo a metodologia delineada por Gil (2010). Durante a revisão bibliográfica, foram examinados diversos conceitos relacionados à OC. Inicialmente, foram abordadas as perspectivas de autores que concebem a OC como uma prática voltada para a representação do conhecimento, por meio da análise e interpretação de sistemas e processos organizacionais, com vistas a estabelecer uma relação interpretativa (Dalbergh, 1993, 2006; Guimarães, 2003; Medeiros e Café, 2003; Gomes, 2004, 2006). Esta análise contribui para uma compreensão mais abrangente sobre como diferentes abordagens sobre a OC e sua aplicabilidade em diversos contextos práticos.

A revisão ampliou-se ao considerar a discussão sobre a materialidade discursiva do documento, com foco específico em autores que abordam o jornal como a arte de criar e classificar notícias para atingir diversos destinatários. Destaca-se a complexa relação entre a subjetividade do leitor e o capital político do jornal, assim como a função deste como mediador e suporte de discurso, exercendo influência em transformações coletivas (Noblat, 2002; Thompson, 2002; Bourdieu, 1989; Martín-Barbero, 2006).

A compreensão de tais discussões conceituais e autores amplia-se na abordagem ampla da OC, também discutida no sentido de que ela contribui de maneira indispensável na categorização disciplinar, conforme destacado por Hjørland em (2016) na Ciência da Informação. A discussão promovida por Hjørland (2003, 2007, 2016), destaca também a perspectiva OSC pela qual se refere à sua disposição na sociedade, permeando não apenas as disciplinas, mas também a estrutura social do trabalho.

Ao considerar como o conhecimento é divulgado por meio de sistemas sociais, conforme mencionado por Burke (2016), e a importância da materialidade documental, conceituada por Frohmann (2008) essa linha de investigação, que também engloba a memória político-cultural do Estado Novo e a OSC, está relacionada à construção de conhecimentos associados à materialidade da informação, essenciais para a construção e projeção política do estado novo.

A construção da OSC durante o Estado Novo, sobretudo por meio do INL, foi influenciada por considerações políticas e disciplinares cujo objetivo era fortalecer a identidade cultural e o controle estatal sobre a produção e OC. Estudiosos como Capelato (1999), Velloso (1987), Hallewell (2017), Pandolfi (1999) e Oliveira, Castro e Silva (2018, 2021) oferecem uma análise sobre a história do período em questão e o papel do livro no contexto brasileiro, explorando aspectos que vão desde a cultura bibliográfica, o envolvimento dos intelectuais para a formação do discurso no estado novo, destacando como a esfera literária se entrelaçou com os objetivos políticos e a política institucional.

No campo da documentação e de sua organização social, destacam-se autores como Briet (2016); Buckland (2016, 2018); Burke (2010); Cabré (1999, 2017); Capelato (1999); Dalbergh (1993, 2006); Frohmann (2004, 2006, 2008); Guimarães (2003); Hallewell (2017); Hjørland (2003, 2007, 2016); Juvêncio (2012); Lund (2010); Medeiros e Café (2003); Mendes (2016); Moura (2018); Oliveira, Castro e Silva (2018, 2021); Otlet (2002); Pandolfi (1999); Velloso (1987) os quais salientam a interrelação entre a teoria do documento, a OC e a OSC, explorando diversas facetas da representação do conhecimento.

2.1.2 Pesquisa Documental

Os jornais e livros que foram pesquisados caracterizam-se como materiais de pesquisa documental, considerando-se que esse tipo de pesquisa consiste “[...] num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados documentos” (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244). Nesse sentido, a pesquisa destaca-se como sendo documental por tratar de uma fonte primária, riquíssima e estável em dados históricos que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, de modo a facilitar a condensação, a análise e a compreensão da informação (Marconi; Lakatos, 2010; Bardin, 2009).

O período estudado parte desde a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, compreendendo o início do estado novo, com a criação da Constituição de 1937 que legitimava o seu governo por meio de decretos e a criação instituições favoráveis ao plano do Estado. A pesquisa se estendeu até 1945, quando o Estado Novo foi encerrado. No período de 1937 a 1945, foi feita uma análise sobre como ocorreu o plano de organização do INL e com seus documentos criados,

como os jornais e alguns livros utilizados como forma de propaganda para um ideal de estado nacional.

A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental, iniciada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Durante essa fase, foram analisados jornais no período entre 1937 a 1945. A análise foi conduzida com o auxílio da ferramenta denominada pela HDBN de “busca de ocorrências”, utilizada para recuperar termos de busca. A pesquisa utilizou o termo “instituto nacional do livro” no intervalo temporal de 1937 a 1945.

A relevância dos periódicos selecionados para consulta na Hemeroteca Digital pode ser justificada por alguns critérios específicos de seleção e recuperação de conteúdo acadêmico e jornalístico. Primeiramente, a HDBN é uma plataforma de grande prestígio e reconhecimento no Brasil, que concentra uma vasta coleção de periódicos históricos e contemporâneos, fornecendo uma base de dados para a pesquisa sobre temas históricos e culturais brasileiros.

Além disso, a HDBN proporciona acesso digital a esse vasto acervo de publicações seriadas, incluindo jornais, revistas, anuários e boletins, o que facilita a recuperação de documentos essenciais para estudos em áreas específicas. Esse acervo, composto por publicações de ampla circulação e impacto histórico, reforça sua importância no contexto acadêmico.

Nesse sentido, a relevância dos periódicos disponibilizados pela HDBN foi determinada pelo próprio pesquisador na manipulação da plataforma durante sua busca e recuperação, que priorizou a inclusão dos principais jornais brasileiros que falam sobre o INL. Neste estudo, 11 jornais foram analisados: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *Diário de Notícias*, *Correio Paulistano*, *Gazeta de Notícias*, *A Manhã*, *O Jornal*, *Jornal do Commercio*, e *A Batalha*, totalizando 58 notícias consultadas.

Além disso, o critério para a seleção das notícias foi a abrangência e contextualização detalhada dos aspectos políticos, culturais e sociais relacionados ao INL. Embora houvesse menções frequentes ao Instituto, muitas dessas ocorrências consistiam em pequenos informes e notas sobre a criação de bibliotecas ou a distribuição de livros em determinadas cidades. Assim, apenas as notícias que apresentavam maior detalhamento e permitiam a extração de termos relevantes para a pesquisa foram incluídas no estudo, contribuindo significativamente para os objetivos da investigação.

A escolha pela utilização da HDBN se deve à conveniência de acesso direto às notícias pertinentes ao tema em estudo. Por meio do contexto da divulgação do INL nos jornais, configura-se como construtos de memória, delineando a influência do estado novo na OSC que possui como instrumento os livros no contexto social e cultural da época. Essas publicações cotidianas desempenharam um papel que foi importante na construção de narrativas e representações, sobretudo na percepção do que entende a OSC durante esse período.

Para tal, a coleta de dados incluiu também os livros produzidos pelo próprio INL, e os documentos oficiais, como os decretos, disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), particularmente na seção dedicada ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Essa documentação revelou-se interessante para compreender as estratégias políticas e midiáticas do governo Vargas, especialmente no que tange à criação e funcionamento do INL.

2.2 Procedimentos de análise de dados

Nesta seção, serão abordados os procedimentos de análise dos dados que concentrar-se-ão na investigação dos termos presentes nos livros e jornais circulados durante o Estado Novo. Esses procedimentos serão embasados em dois procedimentos principais: Análise Crítica do Discurso (ACD) e a análise terminológica.

A ACD permitiu examinar como os discursos presentes nessas fontes foram construídos e organizados para estarem no cotidiano das notícias. A análise terminológica buscou investigar as estratégias de códigos linguísticos empregados para transmitir determinadas ações para influenciar a opinião pública.

Esses procedimentos de análises tiveram como objetivo desvendar as camadas mais profundas da manipulação linguística e das estratégias de influência implementadas pelo estado novo e pelo INL, revelando assim aspectos cruciais da política discursiva que fizeram parte da organização social naquele período histórico.

2.2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD)

Considera-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), de vertente inglesa, pois, propicia a base analítica da pesquisa, sobretudo, para pensar como os jornais e livros que cooperaram para divulgar a produção bibliográfica e a imagem sobre o INL durante o Estado Novo.

Além disso, a sociedade elabora diversas formas simbólicas por meio de diferentes meios documentais para expressar suas ações discursivas. Os discursos, conforme destacado por Van Dijk (2018), são atos fundamentados nas relações e eventos comunicativos do cotidiano, manifestando-se por meio de variados modos de expressão humana. O autor ressalta a complexidade na conceptualização do discurso, apontando para a multiplicidade de sentidos e respostas diante da aparente simplicidade da pergunta sobre o que constitui um discurso.

A produção discursiva visa influenciar o meio social ao qual se destina por meio de sua recepção, envolvendo estruturas que se relacionam com o contexto em que são expressas, considerando os costumes e época. A criação de significados por meio da linguagem abrange fenômenos sociais, destacando o sujeito como construtor. As narrativas apresentam múltiplos lados e histórias, enquanto o uso estratégico da linguagem constitui o corpus da intencionalidade. Como a linguagem se expressa, por meio de suas combinações, representa um campo de informação que busca alcançar a subjetividade subjacente.

Nesse contexto, o domínio da linguagem e do discurso não se limita apenas à análise de elementos culturais e valores, como propõe a hermenêutica. Ele também abarca considerações ideológicas, relacionadas ao esforço de defesa ideológica, construção argumentativa e expressão verbal. Essa abordagem discursiva visa entender a interseção de signos linguísticos e como eles podem beneficiar ou favorecer o indivíduo, ao mesmo tempo, em que explora os motivos subjacentes a determinadas posturas e como estas refletem a relação com as estruturas sociais.

A Análise Crítica do Discurso (ACD), por sua vez, adota a perspectiva de Van Dijk (2020) sobre a interação entre discurso e contexto. Segundo o autor, não é a situação social em si que influencia o discurso, nem é influenciada por ele, mas sim a maneira como os participantes definem essa situação. Essa visão reconhece a complexidade do contexto, indo além da mera condição social objetiva, já que diferentes indivíduos inseridos na mesma situação social podem expressar-se de maneiras diversas.

Na perspectiva de Van Dijk (2018, p. 251), a manipulação de imagem “transcende o discurso verbal, englobando também aspectos não verbais como gestos, expressões faciais, layout de texto e imagens”. Nesse contexto, a análise dos discursos veiculados pelos jornais emerge como uma peça-chave no âmbito da Análise Crítica do Discurso (ACD). Essa análise visa desvendar as representações subjacentes à disseminação da cultura do livro, especialmente à luz das políticas culturais durante o Estado Novo. Ao examinar os discursos jornalísticos, é possível identificar os elementos implícitos que moldam a imagem da cultura do livro e compreender as estratégias empregadas em sua promoção durante esse período histórico específico.

Nesse sentido, o papel do analista crítico do discurso é “[...] mostrar, em detalhes, como tópicos, manchetes e *leads* do discurso [...] ou *slogans* no discurso político, de que forma essas estruturas discursivas podem ser usadas para construir as estruturas mais elevadas de fatos.” (Van Dijk, 2018, p. 253). Sobre a forma como são usados os discursos ideológicos nos jornais e livros para evidenciar os objetivos propostos, temos a manipulação, que constitui um dos objetos de estudos da ACD. Para Van Dijk (2018, p. 234), a manipulação de imagem refere-se às “[...] formas comunicacionais ou simbólicas de manipulação como uma forma de interação, tal como os políticos ou a mídia manipulam seus eleitores e leitores, ou seja, com alguma categoria de influência discursiva.”.

Dessa forma, ao estudar e revitalizar a memória de Getúlio Vargas, é essencial considerar a definição de memória apresentada por Silva e Oliveira (2014), que a veem como uma retrospectiva aproximativa das representações relacionadas aos atos de memória na conjuntura social. Nesse contexto, a teoria do imaginário popular de Laplantine e Trindade (1996) é relevante, pois sugere que o imaginário que temos de um objeto não é o próprio objeto, mas uma faceta do nosso conhecimento sobre ele.

É importante ressaltar a necessidade de investigar o imaginário de Getúlio Vargas e os elementos relacionados ao estado novo presentes nos livros produzidos pelo INL. Exemplos desses elementos incluem títulos das obras como “Getúlio Vargas amigo das crianças”, “A juventude no estado novo”.

As representações visuais e discursivas que se encontram nos jornais e livros são qualificados de análise de imagens, em que se visou refletir, compreender, descrever e contextualizar diferentes perspectivas e teorias dessa abordagem visando decifrar as

significações que a “naturalidade” aparente das mensagens visuais implica. Analisando uma combinação de imagens e palavras que representa uma abundante massa de informação iconográfica teatralizada e ao apostar no personagem que a política tenta criar do seu protagonista a partir da compreensão de Van Dijk (2018). Embasa-se a compreensão para alcançar, da melhor forma possível, uma mensagem visual, para construir e desconstruir as formas imagéticas que se expressam e têm como alvo o público, visando provocar algum efeito.

Em consonância com a observação de Brandão (2004, p. 6), percebe-se que o discurso transcende sua função meramente comunicativa ou de suporte ao pensamento, desempenhando um papel significativo como uma forma de produção social. Isso implica que o discurso não é “neutro, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (Brandão, 2004, p. 11). A autora esclarece que aquele que discursa ocupa uma posição socioideológica, carregando consigo suas crenças, ideologias e a posição social que ocupa, expressando-se através dessas ideologias como parte de um jogo estratégico que desencadeia ação e reação.

O discurso, conforme comparado por Brandão (2004), assemelha-se a uma arena de lutas verbais, travadas através da palavra. Nesse cenário, ocorre um jogo dinâmico de dominação ou aliança, submissão ou resistência. O discurso é, portanto, o terreno onde o polêmico é intensamente debatido, tornando-se o espaço por excelência em que as diversas forças ideológicas entram em conflito.

Analisando essa perspectiva discursiva de forma mais detalhada, possibilita-se interpretar que o discurso não apenas reflete a visão de mundo do emissor, mas também atua como um meio pelo qual as ideologias são propagadas e eventualmente contestadas. A dinâmica do discurso revela-se como um jogo complexo em que as palavras não são apenas veículos de informação, mas também instrumentos estratégicos que moldam e contestam a realidade social.

A compreensão analítica por meio da ACD, implica em reconhecer que o discurso, ao ser interpretado, não deve ser visto de maneira isolada, mas sim num contexto mais amplo, considerando não apenas o significado aparente das palavras, mas também as intenções, os valores e as relações de poder que permeiam a produção discursiva. Essa análise analítica revela, assim, as complexidades e as relações inerentes ao papel do discurso como um fenômeno social e ideológico.

ACD ajudou, nesse sentido, a validar os resultados a partir da sua forma reflexiva, por descortinar sentidos quando se observa criticamente os acontecimentos por meio do discurso escrito presente nos jornais e livros.

2.2.2 Análise Terminológica

A comunicação humana, quando inserida em um contexto social, apoia-se nas dinâmicas interrelacionais presentes na sociedade, nas quais os indivíduos empregam códigos linguísticos como instrumentos para a representação de objetos e a atribuição de significados em seus discursos. Essa forma de comunicação permanece influenciada por elementos como tradições, identidades culturais e processos identitários. Nesse âmbito, os termos desempenham um papel de grande relevância ao possibilitar a representação e contextualização da realidade social de comunidades discursivas. De forma que o termo é uma unidade linguística que designa um conceito, um objeto, ou um processo. O termo “é a unidade terminológica de designação de elementos do universo percebido ou concebido” (Gouadec, 1990, p. 3).

Os termos expressam e representam a realidade identitária de uma comunidade ou especialidade específica. Eles funcionam como um código cultural cuja significação é percebida e compreendida por aqueles familiarizados com seu contexto e uso. Portanto, a terminologia existe e circula em distintos cenários comunicativos, desempenhando um papel social significativo, onde a padronização linguística se estabelece como um fator informativo e comunicativo crucial (Krieger; Finatto, 2018).

As unidades terminológicas como componentes integrados nos processos discursivos, estabelecem conexões substanciais com outros elementos da linguagem natural e com sistemas simbólicos que transcendem o âmbito linguístico. Essa perspectiva abre caminho para uma descrição mais abrangente dos termos, superando as limitações das teorias mais restritivas (Cabré, 2005).

Nesse contexto, a terminologia relaciona-se aos domínios da informação e comunicação, atuando como um instrumento para sua análise e implementação na vida cotidiana, na qual os discursos são socialmente estruturados, refletindo uma variedade de identidades culturais. Assim sendo, a terminologia assume um papel importante e representativo como uma prática simbólica presente nos discursos, manifestando-se em diversas dimensões

que incluem a comunicação de identidades nacionais, regionais, político-identitárias ou de grupos (Barros, 2004).

Os termos são ações comunicativas em qualquer fenômeno linguístico. Na comunicação, utilizam-se termos com significados específicos, surgindo de maneira complexa e refletindo as estruturas e variações da linguagem nos contextos sociais. Estes termos não são meras palavras isoladas, mas partes de um sistema lexical abrangente que evolui através das interações sociais.

Desempenham um papel na descrição das especificidades cognitivas e linguísticas, abrangendo aspectos gramaticais, pragmáticos, textuais e discursivos nas ações comunicativas. Em contextos específicos, transformam-se em representações, tornando-se símbolos de ideias, valores e conhecimentos compartilhados em uma comunidade.

Essas representações organizam-se e compreendem-se por meio de unidades terminológicas, compostas por palavras ou expressões que encapsulam significados especializados. Essas unidades terminológicas reforçam a identidade e os valores da comunidade que as emprega, promovendo reflexão e coesão social.

Nesse contexto, os estudos terminológicos encontraram na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) uma perspectiva interdisciplinar para a compreensão da “variedade dialetal”, conforme ressaltado por Almeida (2006), que se manifesta em “situações discursivas” da linguagem natural dos falantes, segundo van der Lann (2005). Dessa forma, a TCT alcança uma nova dimensão metodológica que difere da tradicional Teoria Geral da Terminologia (TGT), cuja origem remonta historicamente a Eugene Wüster, em 1931. Enquanto a TGT concebe os termos como unidades de princípios padronizados para facilitar a comunicação e a troca de informações especializadas (Barité, et al., 2015), a TCT propõe uma visão diferente. Ao focar nas interações sociais e contextuais, a TCT oferece uma perspectiva mais dinâmica e comunicativa sobre o papel dos termos.

A comunicação abordada e aplicada na TGT refere-se a um modelo universalista e padronizado, que busca analisar um determinado conhecimento especializado de forma uniforme, sem levar em consideração as particularidades geográficas, socioeconômicas, culturais e linguísticas de contextos distintos. Embora seja uma teoria sistemática e coerente, essa abordagem acaba por limitar-se ao não conseguir representar adequadamente as diferentes realidades que acompanham a evolução dinâmica do conhecimento (Almeida, 2003).

É nesse sentido que, a partir dos anos 1990, começam a surgir críticas à TGT, pois, de acordo com alguns especialistas em terminologia, a teoria de Wüster não permite descrever satisfatoriamente o léxico especializado. A pluralidade tipológica dos trabalhos causada pelas distintas necessidades terminológicas a dinâmica constante dos domínios especializados e, fundamentalmente, a diversidade da terminologia determinada pelas características pragmáticas da comunicação contribuem para que a TGT seja tomada hoje como uma teoria insuficiente (Cabré, 2005, p. 129).

Para este sentido, surge a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) que propugna que os termos não devem ser considerados isoladamente, mas sim como elementos intrínsecos ao léxico de um indivíduo em uma abordagem mais aberta e contextualizada, ao possui implicações substanciais para a compreensão da terminologia e sua aplicação na comunicação especializada e no campo da linguagem. Não aderindo rigidamente a uma perspectiva estritamente sintática, mas reconhece a mutabilidade e a natureza não redutiva das unidades terminológicas, tendo em conta as características textuais e dimensão discursiva dos termos e de comunidades que delas utilizam (Cabré, 2005).

Barité *et al.* (2015) observam que a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) emerge das limitações encontradas na Teoria Geral da Terminologia (TGT) para abordar todas as situações que envolvem termos e linguagem especializados. A TCT adota uma abordagem descritiva em contraposição à normativa, permitindo assim uma maior flexibilidade e aceitação da variedade terminológica. De acordo com essa teoria, os termos são:

Unidades lexicais que são singularmente ativadas pelas suas qualidades pragmáticas de adaptação a um determinado tipo de comunicação. Para os defensores desta teoria, a Terminologia é um campo temático de natureza interdisciplinar, construído a partir de uma teoria do conhecimento, de uma teoria da comunicação e de uma teoria da linguagem. Essa teoria também é identificada pela sigla tct (Barité et al, 2015, p. 152).

A TCT mostra-se como uma teoria descritiva de base linguística e perspectiva funcionalista focada no carácter comunicativo do termo; não considera os termos como unidades isoladas que constituem seu próprio sistema, mas sim, como unidades que se incorporam ao léxico de um falante quando essa precisa lidar com conhecimento especializado. Dando ênfase ao exame da estrutura e do funcionamento terminológico e levando em conta o aspecto da variação, o termo é visto na TCT como uma unidade denominativo-conceitual, como uma unidade de conhecimento. Assim, com base em orientações epistemológicas voltadas à dimensão comunicativa das línguas naturais (Selistre; Silveira, 2013).

Dialogando com esta abordagem que a TCT propõe, é possível também analisar as unidades terminológicas por uma ótica discursiva, por estarem relacionadas a fenômenos sociais linguísticos, a partir de onde o falante está situado, por meio da heterogeneidade

cognitiva e comunicativa, apresentando e representando sobre a sua realidade situada e corporificada através da fala. Sugere-se a possibilidade de reinterpretar o conceito de linguagem especializada, incorporando-o a um contexto mais amplo do conhecimento cotidiano, incluindo exemplos de linguagem específica associada a domínios de conhecimento (Almeida, 2006).

Dessa forma, Cabré (2005) aborda que a TCT fundamenta seus estudos na relação da própria terminologia, mas por um olhar interdisciplinar, apoiando em três teorias, as quais são:

a **teoria do conhecimento** que explica como a realidade é conceituada, os tipos de conceituação que podem ocorrer e a relação dos conceitos entre si e com seus possíveis nomes; **teoria da comunicação** que descreve, com base em critérios explícitos, os tipos de situações que podem ocorrer, o que permite contabilizar a correlação entre tipo de situação e tipo da comunicação em toda a sua amplitude e diversidade, e isso explica as características, possibilidades e limites de o diferentes sistemas de expressão de um conceito e das suas unidades; **teoria da linguagem** que dá conta das próprias unidades terminológicas da linguagem natural, levando em conta que elas participam de todas as suas características, mas destacando seu caráter terminológico e explicando como esse caráter é ativado na comunicação (Cabré, 2005, p. 215, grifos da autora).

Logo, o conhecimento se constrói no seu processo ao longo do tempo, as bases que fundamentam os velhos paradigmas, dão suporte para que novos paradigmas sejam alcançados conforme a necessidade da perguntas que sociedade precisa serem respondidas, um processo evolutivo em decorrência sobre as novas formas de apreender, relacionar e comunicar. Assim, a comunicação humana, é relacional e mutável, é onde a teoria da comunicação entende como através de seus códigos linguísticos, alcançou através de suas unidades terminológicas diversas formas de ter sua autorrepresentação em meio as às distintas representações discursivas.

A análise dos dados da tese foi contemplada pela aplicação de uma abordagem terminológica comunicativa, conforme proposta por Cabré (2004), para compreender as estratégias de divulgação implementadas pelo INL. Esse processo foi conduzido por meio da análise dos discursos presentes no cotidiano durante o regime, que revelam a construção de uma identidade cultural e nacional exigida pelo governo de Getúlio Vargas. Ao considerar a conjuntura política e ideológica do Estado Novo, foi possível interpretar os discursos como instrumentos terminológicos que refletem as intenções do regime.

Na análise das notícias para extração dos termos centrou-se naquelas com maior ênfase na divulgação das atividades do INL, destacando-se os artigos que buscavam chamar a atenção dos leitores para os temas promovidos pelo Instituto. Os jornais, como produtos de divulgação política, estavam ligados à construção ideológica arquitetada pelo INL. Dessa forma, tornou-se

necessário contextualizar as notícias dentro dos planos de organização e administração do Instituto, que precediam a publicação nos periódicos.

A investigação incluiu também a análise de documentos primários (relatórios, decretos e organogramas) do INL, que detalhavam os planos de divulgação e as diretrizes para os jornais. Esses documentos forneceram termos e expressões que sistematizam a estrutura política do Estado Novo e influenciaram a base política para as notícias cotidianas.

Dessa forma, as criações do Estado Novo, como o INL, tinham entre suas principais funções a promoção de seu líder político, Getúlio Vargas e seus feitos políticos. A análise também se estendeu aos livros “Getúlio Vargas amigo das crianças” e a “Juventude no Estado Novo”, produzidos pelo INL. Nesse contexto, obteve-se a partir da leitura a extração dos termos e os sentidos empregados nessas obras sobre a imagem de Vargas, analisados sob a perspectiva da terminologia comunicativa, a fim de compreender a estratégia de divulgação do conhecimento bibliográfico conduzida pelo INL.

Portanto, a análise desses materiais – como os jornais, os planos de divulgação e os livros – revela o papel fundamental do INL na organização social e na promoção de práticas editoriais que reforçam a construção de enunciados. Esse contexto documental não apenas ilumina a produção editorial do INL, mas também oferta sentidos sobre as estratégias utilizadas pelo Estado Novo para moldar a percepção social do conhecimento e da cultura brasileira, destacando as interrelações entre práticas editoriais, memória social e construção de sentido, exploradas por meio da terminologia.

Ao tratar-se dos estudos que envolvem a teoria da terminologia encontra-se em sua historicidade diferenças entre os anos e contextos sociais em que ela foi estabelecida e serviu como disciplina investigava, ao ponto de reverberar a falta de consenso ou uma definição do que é a terminologia.

Conforme Cabré (2011), ao explicitar sobre a evolução das áreas do conhecimento, essas são estabelecidas e especificadas com base em condições sociais e políticas dos contextos em que aparecem, e são essas condições que explicam as diferentes abordagens que qualquer objeto científico pode dar origem.

As diferentes as áreas que estruturam os campos científicos, legitimam-se como campo de investigação científica, quando os especialistas constroem e passam a possuir os seus

próprios vocabulários, como forma de comunicação eficaz. Nesse sentido, a criação de termos especializados ao qual fazem parte de determinado domínio constitui-se através da aplicação da terminologia (Cabré, 1993).

Portanto, o vocabulário terminológico, conforme Sager (1993) desempenha um papel necessário na comunicação, onde as linguagens especializadas são analisadas e estruturadas em relação aos fenômenos sociais em que a linguagem se manifesta e é adotada por diferentes especialidades e culturas. Isso levanta questões sobre a interação entre conhecimento e linguagem, evidenciando a complexidade do tema e suas diversas ramificações.

3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo da história, o conceito de conhecimento tem sido objeto de análise e definição por teóricos das áreas da filosofia, história e sociologia. O historiador Peter Burke (2003; 2016) destaca essa conjuntura, em que diferentes estudiosos abordam o conceito de conhecimento, resultando em diversas interpretações e ramificações. Por exemplo, na cultura empirista dos Estados Unidos, o conhecimento muitas vezes se equipara à informação, enquanto na tradição alemã é associado mais amplamente à ciência.

Entretanto, com base nas obras de Burke (2003, 2016), possibilita-se estabelecer uma diferenciação conceitual entre informação e conhecimento, com o propósito de contextualizar devidamente o escopo da presente pesquisa. De acordo com Burke (2003, p. 17), de forma didática, o termo “informação” se refere ao que é percebido como “cru”, específico e prático, enquanto “conhecimento” é empregado para descrever o resultado de um processo cognitivo mais elaborado, no qual a informação passa por um refinamento, processamento ou sistematização pelo pensamento humano. Assim, sugere-se uma relação evolutiva e processual entre os dois conceitos, indicando que o conhecimento emerge como uma progressão natural da informação por meio de atividades cognitivas e interpretativas.

A informação designa um fenômeno, sua interpretação está no valor como ela se apresenta, logo pela afetação da sua recepção. Pela apreensão abstrata nos indivíduos que dela se apropriam, pois, sua apresentação e interpretação recaem conforme o domínio ao qual está sendo investigada para fazer relações aos diferentes objetos de pesquisa. Assim, seu conceito pode ter uma interpretação “flutuante” conforme ressaltado por Gómez (2000) ao processo ou construção vinculados a diversas “camadas” ou “estratos” de realização em suas formas plurais de expressão (Gómez, 2000).

Trançando os distintos conceitos entre informação e conhecimento, Capurro e Hjørland (2003) buscam esclarecer o conceito de informação ao ressaltar a importância de relacioná-la a outros conceitos como, por exemplo, documentos e mídias, isto é, atribuindo valor para sua prática investigativa segundo a disciplina em que está inserida. Pois, sem as devidas relações pode ocorrer a infeliz consequência de aumentar o nível de confusão de sua interpretação. A importância de criar redes, é devido ao quadro teórico em que se deseja que ela ocupe ou ainda

mais amplo o seu significado vem das formas de vida com os quais estão entrelaçados (Hjørland, 2021).

Destarte, o conhecimento encontra um caminho para sua contextualização, explorando as lacunas nas quais a informação busca interpretação em um determinado domínio. Nesse sentido, Burke (2016) contextualiza o conhecimento conforme a perspectiva de Francis Bacon, referindo-se às “cadeiras” de conhecimento, sejam elas grandes ou pequenas, que oferecem estruturas para sua localização, além de sua interação com os microespaços de Foucault (1979), que delineiam os locais onde o conhecimento está situado. O conhecimento, por sua vez, pode ser comparado a uma jornada contínua de construção, em que a informação é processada evolutivamente através da percepção, análise e reflexão em cada estágio de seu desenvolvimento.

Essa análise remete ao que Dalbergh (2006) elucidou sobre o objeto, reconhecido de maneira mais específica dentro do contexto do que é denominado conhecimento. A autora ressalta que o conhecimento reside na certeza subjetiva, surgida do processo cognitivo individual, derivado das percepções e reflexões adquiridas pelo sujeito.

Assim, embora seu caráter autêntico seja intransferível, tal fato não impede que seja compartilhado e comunicado ao longo do espaço e do tempo, mediante representações linguísticas que nos auxiliam a compreender, permitindo sua interpretação e/ou comparação nas ações de comunicação humana, o que gera um impacto de novas informações, relações e interpretações sobre determinado objeto. Isso significa que, de um modo objetivo, o conhecimento, alcança o uso intersubjetivo na construção de novos conhecimentos, em que as relações individuais são comunicadas, mas afetam o cognitivo de outros que se apropriam do conhecimento que foi gerado e representado.

Por conseguinte, trata-se de espaços e cadeias onde a informação precisa estar situada para transcender para o conhecimento. Nesse contexto, direciona-se ao campo disciplinar da Ciência da Informação, que pauta a sua prática e investigação nas estruturas de organizar as informações de valor científico dentro dos centros de informação. Esse direcionamento é conceituado por Capurro e Hjørland (2003, p. 344) como um “conhecimento comunicado”, referindo-se ao processo de evolução para chegar ao conhecimento divulgado e/ou disseminado, a partir da seleção e interpretação num contexto específico.

Conforme Burke (2003) sobre a evolução do conhecimento, observa-se uma abordagem direcionada ao processamento de suas categorias e à sua inserção social. Nesse sentido, o conceito de OC está estreitamente relacionado à sua aplicação prática, conforme conceituado por Dalbergh (2006), que argumenta que, para que uma ciência seja compreendida teórico-cientificamente, é constitutivo que ela possua tanto seu próprio objeto quanto sua área de aplicação específica. Os conceitos de “conhecimento”, entendido como aquilo conhecido, e “organização”, que delinea sua perspectiva na atividade de construir algo de acordo com um plano predefinido, naturalmente indicam seu objeto e sua respectiva área de atuação.

Observa-se que a OC se fundamenta na categorização da informação para facilitar a organização do conhecimento comunicado, conforme definido por Hjørland (2008, p. 96), que a descreve como “um campo que consiste em algumas unidades, elementos ou entidades a serem organizadas e algumas relações entre essas unidades, suas relações semânticas e relações bibliográficas”. Isso implica o estabelecimento de estruturas de padronização e sistematização, para atender à necessidade de acesso à informação organizada dentro do domínio do conhecimento científico. Essa perspectiva é apoiada pela afirmação de Dalbergh (1993, p. 214), que define o “conhecimento como informação ordenada e digerida”.

Dessa maneira, para a comunidade dos estudos da Ciência da Informação, Hjørland (2003, p.88), organiza o conhecimento de modo interdisciplinar por meio da: Divisão social do trabalho (por exemplo, em disciplinas); Instituições sociais (por exemplo, em universidades); Linguagens e sistemas simbólicos; Sistemas e teorias conceituais; Literaturas e gêneros. A divisão social do trabalho, se delinea através dos diferentes domínios de conhecimento, que conforme Barité (2015) o domínio se caracteriza, a partir das práticas ou interesses de uma comunidade, seja de área do conhecimento ou experiência humana, que possuem suas próprias estruturas de conceitos relacionados entre si sob uma perspectiva de um universo autônomo e temático comum.

Este universo, tem como base os processos discursivos presentes nos campos de comunidades científicas. Entretanto, não se limita aos processos científicos, pois também está presente nas formas discursivas de ações socioculturais. Nesse sentido as “comunidades de pensamento ou comunidades discursivas integram a divisão social do trabalho” (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p.401). O que pode ser considerado a reunião de indivíduos em situações concretas dentro de organizações sociais e domínios de conhecimento que utilizam suas

próprias linguagens como fundamento de apreensão e compreensão de determinada informação do seu campo (Capurro; Hjørland, 2003).

Nesse sentido, a OC por investigar e aplicar as representações discursivas, tem como trabalho técnico e metódico a análise das linguagens que estão presentes em diferentes domínios do conhecimento, por meio do seu caráter interdisciplinar, traz sua contribuição para outras áreas, como antropologia, computação, filosofia, linguística, psicologia, sociologia, entre outras, estando estar presente nos vastos campos do conhecimento onde é possível tratar os produtos intelectuais do homem e da sociedade, que se constitui “conhecimento” e “informação” (Lima; Alvares, 2012)

Este argumento é o que Dahlberg (2006) aborda sobre o contexto universal dos campos do conhecimento que estão presentes nas diversas instituições sociais e em todos os tipos de trabalhos relacionados ao campo da informação. A autora abordou os campos de conhecimentos que os aspectos teóricos sobre a comunicação da informação, Ciência de Massa, estudos da teoria da imprensa e informação. Ao qual se propõe a aplicação do OC nas instituições pelo esforço conjunto com cientistas, organizadores do conhecimento e terminólogos na coleta, definição e sistematização de conceitos e assuntos dos campos do conhecimento.

Nesse sentido, a OC legitima sua identidade no campo da ciência através da prática que se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo, através dos fenômenos que é apresentado ao sujeito cognitivo (Medeiros; Café, 2008). A OC contribui para a comunicação humana, ao enfatizar suas investigações na comunicação de algum tipo de documentos produzido pelas instituições que tem de uso potencial representativo para outros seres humanos. Por isso, no ensino e investigação em que a OC busca seus fundamentos e sua aplicação, pela perspectiva histórica e teórica, por meio dos estudos de conceitos e do desenvolvimento interdisciplinares que são importantes tópicos considerados para o progresso de estudos do campo (Broughton; Hansson; Hjørland; López-Huertas, 2005).

Por isso, a OC deve ser vista como um diálogo em “comunidade de discurso” trabalhando para resolver alguns problemas para a sociedade em geral através de seus sistemas de OC (por exemplo, bases de dados, sistemas de classificação, catálogos de bibliotecas, internet, bibliotecas, arquivos etc.), mecanismos para organizar a informação que tem com o propósito de mediar, apoiar e produzir conteúdo sociais. Este diálogo compreende para a fiabilidade de fazer a representação, classificação e categorização, que estão presentes nas

comunidades em que o conhecimento necessita ser organizado e sistematizado. Seja por diferentes abordagens, “paradigmas”, que têm diferentes implicações para a sua categorização (Hjorland, 1994).

Nesse caminho teórico, a OC utiliza-se de dois modos de análise, estrito e amplo, como prática que busca representar o conhecimento analisado e interpretado, utilizando através dos sistemas e processos de organização, como o que representem a percepção subjetiva para se alcançar a relação intersubjetiva, através da descrição, indexação e classificação de documentos. Nessa vertente, Guimarães (2003) aborda que em se tratando de conhecimento, há ramificações que ainda necessitam ser direcionadas para os níveis mais profundos e longínquos das inúmeras especialidades que exigem olhar crítico de ordenações do conhecimento.

Este contexto dialoga com que Andersen e Skouvig (2006) sobre o discurso que os estudiosos da OC, geralmente abordam que a atividade de OC é indispensável para a sociedade e suas formas de organização social mediadas pela informação. Contudo, os respectivos autores, defendem:

para que a sociedade reconheça os méritos e a relevância proclamados da organização do conhecimento, toda a compreensão e análise da organização do conhecimento deve avançar para discussões que abordem a natureza social e histórica da sociedade e como esta influencia as suas formas de organização social historicamente desenvolvidas. investigação da organização do conhecimento desta forma, a LIS pode ligar-se a outras ciências sociais e campos humanísticos abordando questões da organização de poder, conhecimento e textos na sociedade e na cultura (Andersen; Skouvig, 2006, p. 9).

Esse entendimento exige que a OC seja interpretada em função das formas sociais historicamente desenvolvidas e do modo como a sociedade se organiza ao longo do tempo. Dessa forma, a investigação nesse campo, ao reconhecer tais influências, pode estabelecer um diálogo interdisciplinar com outras ciências sociais e campos humanísticos, abordando as relações entre poder, conhecimento e cultura na sociedade.

3.1 A Organização Social do Conhecimento: uma perspectiva através dos jornais como instituição informativa

A construção de um jornal impresso tem início com o conceito de “instância de produção”. Quando a técnica é o foco da construção da comunicação midiática. Ao perceber que há vários tipos de profissionais que trabalham com a instituição do jornal, de acordo com

suas especialidades, e que agem conforme as diretrizes da política editorial, como diretores, jornalistas e redatores (Charaudeau, 2018).

Com base nas concepções de Foucault, Frohmann (2006) sustenta que a documentação adquire uma importância além da simples transmissão de informações, em razão do que ele denomina de 'escrita disciplinar', envolvendo indivíduos e estruturas institucionais específicas. Nesse contexto, a documentação é vista como o meio para estabelecer uma ligação entre a análise do discurso ou enunciações de Foucault (1986) e os estudos acerca da materialidade da informação. De acordo com Frohmann (2006), as práticas documentárias institucionais operam por meio da materialização da informação, cujas propriedades, como peso, massa, inércia e estabilidade, exercem uma influência significativa na vida social.

Os jornais iniciam suas atividades de investigação para divulgar notícias, planejar as manchetes, apresentar os editoriais que envolvem os especialistas que formam opiniões e, por fim, a entrega de um produto a uma comunidade potencial, na qual se considera como um fenômeno informacional.

Meyriat (2006) conduz uma revisão conceitual do termo documento, salientando que a atividade documentária resulta na geração de documentos quando há uma intenção explícita de fornecer informações. É ressaltado pelo autor que os documentos têm uma existência latente mesmo antes de serem reconhecidos como tal pelos usuários, o que ocorre quando há a intenção de buscar informações. De acordo com Meyriat (2006), o conceito de documento por intenção refere-se àqueles elaborados especificamente para a transmissão de informações, destacando-se a relevância do papel desempenhado pelo autor no processo de produção documental e de documento por atribuição.

Em uma análise mais recente, a concepção de que a conversão de um objeto em documento em um sistema de informação é influenciada por uma política que favorece certas visões institucionais e comunidades discursivas em potencial é discutida pelas pesquisadoras Lara e Ortega (2012). Essa transformação é conduzida por práticas documentárias que envolvem uma série de decisões, uma vez que os documentos são classificados com base em critérios que recebem prioridade em relação a outros, resultando em uma estrutura permeada por elementos ideológicos. Consequentemente, o documento, enquanto símbolo, representa uma interpretação da realidade a partir de uma perspectiva específica.

Essa perspectiva indica que a interpretação de documentos é sempre influenciada por aspectos sociais, políticos e culturais. A abordagem linguística adotada pela documentação sugere que a língua é um elemento intrínseco da cultura, de forma que lidar com a linguagem implica imersão em contextos delimitados por essa cultura, e vice-versa (Lara; Ortega, 2012).

A análise do jornal como instituição não deve ser confundida com o conceito de jornal institucional, que se distingue do jornal de notícias. O jornal institucional está inserido em organizações ou instituições de pesquisa, geralmente com caráter empresarial, e tem como finalidade promover os aspectos positivos dessas organizações, evitando a exposição de questões problemáticas (Santo, 2011).

Em contrapartida, o segundo tipo de jornal, foco desta pesquisa, caracteriza-se como uma fonte de informação voltada a influenciar e atender às necessidades humanas amplas. Quando disponibilizado para a sociedade, assume o papel de produto de massa. O jornal informativo, por sua vez, ao não estar vinculado às grandes instituições tradicionais, como a igreja, a escola e os principais investimentos estatais, são comumente subvalorizados como uma instituição capaz de produzir informação, gerar documentos e exercer influência significativa na construção de sentidos humanos.

Com base nas perspectivas Foucaultianas (1986) que abordam, respectivamente, a relação entre linguagem e poder, e a linguagem como instrumento de dominação, Frohmann (2000) desenvolve a concepção do documento como resultado de uma prática social. Nessa perspectiva, o documento abrange uma variedade de mídias e suas interações socioculturais, o que implica em uma ampliação conceitual na abordagem contemporânea do termo 'documento'.

Todavia, Guerreiro Neto (2012) demonstra que o jornal é uma instituição intermediária que medeia entre a experiência coletiva formada pelo primeiro contato para o desenvolvimento humano e o individual, desenvolvido pela tradição.

Por outro lado, o jornal surge como uma instituição moderna, caracterizada pelo seu aspecto mercadológico, demonstrado pela produção em larga escala, pelo armazenamento de informação, pela circulação e transmissão ao público por meio de um suporte técnico, como um documento. Dessa forma, acontece a troca de informação que acompanha o cenário social através do seu conteúdo. Os meios de comunicação selecionam, organizam, transformam e decidem como será a divulgação de análises da realidade e princípios criados por outras organizações, conforme apontam Berger e Luckmann (2004) e Thompson (1998).

A produção de um jornal envolve uma estrutura que, ao divulgar notícias para o público, conversa com o pensamento de McKenzie e Buckland (1986, 2018) ao considerar o documento como um produto social, desde sua criação física até os múltiplos atores sociais envolvidos em cada estágio de sua produção. Sua presença é necessária para que este documento seja socialmente valorizado, ou seja, para que a sociedade possa ter um entendimento compartilhado das informações nele simbolicamente divulgadas.

Esse contexto está ligado a elementos construtivos do documento físico, cognitivo e social, e está alicerçado ao processo de interação entre agentes institucionais, mediados por documentos, como jornais, para com a sociedade. Thompson (1995) descreve esse contexto como o fenômeno da “quase-interação mediada”, no qual o documento fica fisicamente acessível para interações que se prolongam no tempo e no espaço, criando um ambiente favorável para uma diversidade de interpretações complexas.

Ao considerar o percurso da instância de produção e a representação do jornal como um fenômeno partilhado na esfera social, destaca-se a complexidade e a influência desse meio de comunicação na OSC. Nesse cenário, estabelece-se um diálogo com a estrutura teórica da CI no que concerne ao conceito ampliado de OC, com ênfase na OSC.

Segundo Hjørland (2008), a OSC envolve um esforço intelectual das instituições para estruturar as especialidades dos agentes que compõem o corpo institucional. Esse processo baseia-se na divisão social do trabalho, que se dedica à produção e à organização de documentos, mantendo-se em interação com os campos de conhecimento e possibilitando a disseminação, percepção e interpretação desses documentos pela sociedade.

Considerando que um documento possui uma história, um ou mais autores, ou produtores e uma conexão com outros documentos, esses aspectos são amplamente conhecidos e compreendidos em diversas áreas das humanidades, como a história da literatura e os estudos críticos de documentos. Por isso, a avaliação do conteúdo informativo de um documento não pode ser feita apenas por princípios empiristas ou racionalistas, mas por uma combinação de conhecimento teorias pautadas nos objetivos da memória e valores humanos. Assim, o conhecimento se torna muito mais contextualizado, o que coloca os documentos e seu conteúdo em foco (Hjørland, 2000).

Hjørland (2007) aponta que a OSC se manifesta “na maneira como o conhecimento é organizado nas instituições de ensino superior e de pesquisa”. Com base na sua avaliação,

esclareceu os tipos de organizações sociais, a partir de uma análise que não se limita as instituições produtoras de conhecimento apenas àquelas que fomentam o ensino e a pesquisa.

Mas lança-se a interpretações que a sociedade atual atribui e consome em relação às diferentes formas de instituição que surgiram na modernidade que dão significado para determinada comunidade. Como bem pontuado por Berger e Luckmann (2004, p. 68), “a sociedade moderna criou novas instituições especializadas na produção e comunicação de sentido”.

Isto é relevante para uma problemática que repercute nos estudos da OC e OSC quando as relações teóricas, conceituais e práticas da sociedade são investigadas pelo ponto de vista das “grandes instituições” ao invés de buscar compreender o que a sociedade moderna apreende, interpreta e utiliza diante da pluralidade documental e discursiva. Sem uma crítica rigorosa, há o risco de não serem explorados novos modos de compreender a informação e produzir conhecimento.

Considera-se, portanto, que existem lacunas nos estudos sobre a OC e em OSC, as quais ultrapassam limites institucionais e documentais e projetam diálogos para outras formas de organizações e representações da informação e do conhecimento, também caracterizadas pelas amplas e sociais propriedades da OC.

Os limites entre OC e OSC apresentam questões relevantes: em que momento a OC deixa de ser OSC? Embora interligadas, as abordagens de OC e OSC possuem nuances teóricas e práticas que as diferenciam, especialmente em relação a objetivos e métodos de análise. A OC concentra-se no conhecimento em si, ou seja, na estrutura e categorização da informação, visando à eficiência e utilidade na recuperação da informação. Esse enfoque inclui sistemas de classificação, taxonomias, ontologias e outros instrumentos que buscam estruturar o conhecimento de forma racional e sistemática.

Por outro lado, a OSC compreende o conhecimento amplamente como um constructo social e, portanto, sua organização deve considerar os valores, interesses e práticas culturais da comunidade ou sociedade na qual está inserida. A OSC aborda como o conhecimento é moldado por dinâmicas sociais, políticas e econômicas, considerando que OC reflete relações de poder, interesses de grupos e a valorização de determinados saberes em detrimento de outros. Em outras palavras, a OSC observa o conhecimento como um produto e reflexo das práticas sociais,

envolvendo aspectos de autoridade epistêmica, legitimidade, exclusão/inclusão e dinâmicas de controle de acesso.

A dissociação entre OC e OSC situa-se, assim, na natureza e função atribuídas ao conhecimento e à sua organização. A OC pode ser compreendida como uma abordagem tecnocêntrica, interessada na eficiência e neutralidade dos sistemas organizacionais de informação, buscando uma suposta universalidade e imparcialidade na OC. Em contraste, a OSC é essencialmente contextual e relacional, compreendendo o conhecimento em um quadro de práticas e significados sociais específicos, o que implica uma organização que considera valores e construções culturais.

A OC se distancia da OSC principalmente quando adota uma perspectiva objetiva e técnica, focada exclusivamente em estruturar a informação para recuperação e acessibilidade, desconsiderando os aspectos sociais e culturais de quem acessa ou produz o conhecimento. Esse afastamento ocorre em sistemas de classificação padronizados, como a Classificação Decimal de Dewey, que não incorporam elementos que reflitam a dinâmica social da produção, circulação e legitimação do conhecimento.

Embora os limites entre OC e OSC sejam porosos, muitos sistemas contemporâneos de organização tentam integrar aspectos de ambas as abordagens, reconhecendo que a OC não é um ato neutro e que, inevitavelmente, reflete escolhas que podem ser analisadas sob uma perspectiva social.

A organização, ao analisar, classificar e disciplinar o documento, já representa o objeto, de forma simbólica, como um registro da realidade ou das ideias presentes em diferentes suportes (Lima; Alvares, 2012). A linguagem nos jornais, por exemplo, é usada para simbolizar ideias, fatos e a realidade de uma maneira mais ampla, expressando o 'espírito do tempo' que é noticiado, repercutindo na ideia de representação ao conectar sentidos.

Durante a produção do jornal, as informações são examinadas e dispostas segundo a linha editorial em que serão publicadas sob a forma de notícias. O conhecimento demonstrado inclui a capacidade de organizar, compreender e apreender o jornal e seu fenômeno. A tradição cultural, os valores, os princípios, o modo de ser e a maneira de ver e compreender o mundo estão atrelados ao papel social de indivíduos. São processos que se comunicam com a estrutura organizacional do conhecimento para, dessa forma, atingir um objetivo coletivo.

O conhecimento organiza-se em um contexto amplo, envolvendo a divisão social do trabalho (como ocorre nas disciplinas), as instituições sociais, as linguagens e os sistemas simbólicos, bem como as literaturas e os gêneros, conforme apontam Whitley (1984) e Hjørland (2003). Essa estrutura contribui para a formação de campos epistêmicos que moldam a produção, a disseminação e a aplicação do saber.

Lima e Alvares (2012) destacam que a OSC constitui um fenômeno social, dado que a organização do pensamento, o agrupamento, a separação e a hierarquização – princípios fundamentais da organização – permeiam a vida cotidiana, a organização dos seres e a divisão social do trabalho. Essas estruturas, entretanto, não se restringem aos regimes institucionais de ensino e pesquisa, mas se manifestam de maneira mais ampla.

Segundo Hjørland (2003), o conhecimento é gerado por produtores de conteúdo, sendo estes, na CI, representados principalmente por autores, usuários, intermediários e produtores de informação. As lacunas na esfera política, social e produtora de documentos influenciam diretamente a dialética social por meio da divulgação de informações, promovendo a construção da identidade individual e contribuindo para a formação do cidadão na sociedade.

No que diz respeito aos jornais como documento social, existe uma correlação entre essas características com a amplitude da OC, uma vez que envolve uma instituição que reúne diversos atores sociais, produtores de informação, que de acordo com suas especialidades, entre diretores, redatores e editores organizam-se para gerar informações relevantes para a sociedade e envolver comunidades discursivas.

Informações organizadas estruturadas para a construção do que seja uma notícia, nesse sentido Charaudeau (2018) aborda que há um processo de organização das informações tanto no sentido técnico sobre a sua estrutura física, ao seu tamanho, diagramação, formatos de letras. Quanto ao sentido de valor discursivo de informações elaboradas pelos produtores de informação que dirigem um sistema de enunciações, para tornar o pensamento e o conhecimento legíveis para um efeito social de um mundo a ser comentado.

No sentido de organização no valor discursivo, reincide o ponto de vista da seleção da informação. Essa construção é seletiva. Seleciona-se parte da realidade, escolhendo a forma da narrativa, a partir do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber. Constituindo-se assim, o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade (Barbosa, 2007).

Dessa forma, a notícia é:

resultado da atividade diária dos jornalistas que, a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens, no trabalho da enunciação, produzem discursos. A operação sobre os vários discursos a operação sobre os vários discursos resulta em construções que, no jargão jornalístico, são chamadas de notícias (Pereira Junior, 2005, p. 3).

Ao analisar a instância de produção da instituição intermediária que acompanha a modernidade, na qual o jornal se fundamenta enquanto instituição, torna-se evidente o papel desempenhado na formação de opinião pública. Isso porque são percebidas evidências válidas para que o conhecimento seja avaliado por outras instâncias institucionais que ocupam seu papel de produzir informações, gerar conhecimento e compartilhar a suas obras produzidas.

Para entender como os documentos evoluem e são percebidos pela sociedade, é importante considerar como a comunicação influencia esse processo. Hjørland (1998, p. 616) enfatiza que a “teoria geral de documentos em ciência da informação deve estar atrelada a uma teoria da comunicação” no sentido de que os documentos têm o seu valor na comunicação e na preservação do conhecimento, e trazem, em seu núcleo, vestígios discursivos da memória, linguagem que se relacionam com a prática da sociedade.

Essa visão ressoa com a compreensão de que a comunicação é um processo dinâmico de criação e troca de significados entre os indivíduos, ao refletir sobre a teoria da comunicação. Nesse contexto, a abordagem pragmatista se destaca ao considerar a comunicação como uma ação permeada pela reflexão e pela capacidade constituinte da linguagem. Assim, a linguagem não apenas reflete, mas também molda a realidade, sendo a expressão sensível dos eventos concretos em nosso cotidiano, presente em diversas formas de comunicação, desde imagens televisivas até mensagens online e textos impressos em jornais (França, 2016).

Esse olhar da comunicação como um processo dinâmico de criação e troca de significados entre os indivíduos se conecta diretamente com as características da OC e suas expressões por meio da OSC. Ao refletir sobre como o conhecimento é organizado pela perspectiva da OC e manifestado pela OSC, torna-se evidente que isso oferece oportunidades para a aplicação de teorias de sentidos culturais e discursivos, especialmente ao considerar as divisões do trabalho, bem como as questões de linguagem que dão margem para assuntos e discussão de natureza social, dado que a linguagem é um ponto de abrangência social que fazem as instituições serem reconhecidas pelos seus indivíduos.

Andersen (2004) aponta essa reflexão para a organização social do documento e do conhecimento, ao abordar que os documentos, por desempenharem papel sociocomunicativo na atividade humana, sustentam a produção da atividade comunicativa sendo produzidas por vários domínios ou esferas da sociedade.

Dessa forma, a OSC oferece contributo teórico para as relações que envolvem a comunicação humana em meio aos registros documentais, uma vez que tem o apoio dos sistemas e processos organizacionais, para contribuir na formação da organização social, através da linguagem, discurso e suportes documentais produzidos.

Para situar a posição da organização do conhecimento na sociedade e na história, temos de olhar para as estruturas da sociedade, determinar como se desenvolveram historicamente e identificar o que isso pode implicar para a comunicação social e a organização do conhecimento na sociedade (Andersen; Skouvig, 2006, p. 309).

Nesse contexto, a OC pode ser compreendida por meio de estruturas que orientam os processos organizacionais das diversas instituições. Essas instituições lidam com o processo comunicativo, que exige uma organização informacional e disciplinar das especialidades, centrada na organização da materialidade discursiva, onde o documento desempenha um papel central na comunicação com a sociedade.

Hjorland (2007) enfatiza que as investigações sobre a OSC não devem se limitar unilateralmente às instituições de ensino superior e pesquisa, mas devem considerar as diversas dimensões institucionais e documentais que a sociedade consome como informação e que requerem sua organização.

As diversas esferas presentes nas organizações estão inseridas em suas próprias divisões sociais do trabalho e em seus processos sociocomunicativos. Esses processos, moldados pela linguagem, compõem e representam o retrato identitário das organizações, uma delas é por meio de mídias que informam e se comunicam com a sociedade.

Em relação a isso, há uma diferença nos tipos de documento e na sua importância social após as discussões de Thompson (1998), onde o olhar “de baixo para cima” analisa as culturas que, a partir de suas tradições, produzem, utilizam e consomem os seus meios de comunicação e informação.

Essa discussão é ampliada pelo conceito de “esfera pública” de Habermas (2003), em que as mídias são usadas como representação pública, consoante o domínio e contexto político e cultural dos indivíduos que se organizam e consomem determinadas informações.

A teoria da esfera pública é uma teoria social que explica como diferentes tipos de gêneros de comunicação se desenvolvem e são utilizados na organização social e ideológica de diversas esferas e áreas da sociedade. Os gêneros documentais e o seu papel funcional na sociedade determinam, portanto, como procurá-los. Ou seja, procurar por gêneros documentais, é envolver-se com formas particulares de organização social (Andersen, 2006, p. 218).

Dessa forma, o conhecimento que envolve a esfera de organização, representação e compreensão do jornal e de seu fenômeno, está ligado ao papel social de indivíduos que, guiados por sua tradição cultural, seus valores e princípios ao que consome como valor informativo e potencial valor para geração de conhecimento.

A teoria que descreve a sociedade como uma esfera de informação ilustra como as fontes de informação são organizadas na sociedade, independentemente de seu valor histórico, cultural ou político. Isso implica que o conhecimento sobre as fontes de informação e sua busca e utilização são influenciados por uma compreensão de como o conhecimento é socialmente organizado na sociedade (Andersen, 2006).

Portanto, o modo de ser e a perspectiva de um indivíduo sobre o mundo podem afetar como ele adquire informações, as quais se convertem em conhecimento quando relacionadas às estruturas mentais e aos conhecimentos existentes, permitindo a compreensão e, potencialmente, a criação de novos conhecimentos (Lima; Alvares, 2012).

3.2 Jornal: memória do tempo e documento

O jornal desempenha um papel basilar na apresentação dos aspectos políticos, culturais e sociais de sua época, fornecendo não apenas um relato dos eventos do presente, mas também registrando a memória do tempo vivido e relatado. Além disso, as notícias jornalísticas vão além de simples relatos neutros; representam poderosos instrumentos de influência e persuasão, elaborados cuidadosamente para engajar a audiência de forma atrativa e cativante. Por meio de uma seleção metódica de enunciados, as notícias direcionam a atenção dos leitores para os assuntos em destaque, situando-os no cerne dos acontecimentos e proporcionando uma visão abrangente dos eventos (Charaudeau, 2018).

A análise da estrutura temporal dos acontecimentos jornalísticos revela três níveis distintos. Primeiramente, há a presença da “temporalização” na trama narrativa, que organiza os eventos ao longo do tempo na história narrada. Em segundo lugar, observa-se a “perspectiva temporal” no nível da enunciação, que expressa a percepção e a expressão do tempo pelos narradores ou fontes de informação dentro do contexto da reportagem jornalística. Por fim, há as “referências temporais” que caracterizam o próprio evento, como os marcos temporais utilizados para situar e contextualizar o acontecimento num período específico. Esses três níveis contribuem para a análise da construção dos eventos no jornalismo, oferecendo perspectivas sobre como o tempo é empregado e percebido na apresentação e interpretação das notícias (Arquembourg, 1996).

A construção da narrativa e do discurso jornalístico é realizada de forma calculada para estabelecer uma conexão emocional com o público-alvo. Essa conexão busca persuadir os leitores a adquirirem o jornal em busca de uma compreensão mais profunda dos assuntos abordados, ao mesmo tempo, em que molda sua percepção da realidade e influencia suas decisões. Dessa forma, a venda do jornal transcende sua função meramente comercial, tornando-se um meio pelo qual os consumidores interagem com a informação e são influenciados em suas perspectivas e escolhas.

O jornal não se limita a ser apenas um meio utilitário de informação; também desempenha um papel significativo como documento discursivo, representando e construindo ideias projetadas sobre determinado tempo histórico. No entanto, é categórico destacar que, até meados do século XX, poucos eram os indivíduos capazes de adquiri-lo em questões de custos e devido à necessidade do saber da leitura.

Ao analisar sobre o papel da imprensa, torna-se necessário identificar o público-alvo de cada jornal e consequente sua diretriz, conforme demonstrado por Cruz (2013) em sua pesquisa sobre a evolução da imprensa paulista. A historiadora examina os perfis de diversos periódicos durante um período de intensa atividade jornalística em São Paulo, destacando a distinção de públicos com base em diferenças sociais e ideológicas. Além disso, a autora enfatiza a importância da publicidade como meio de aumentar a visibilidade dos produtos, especialmente em uma imprensa ávida por receitas (Cruz, 2013).

A ampliação do conceito de fonte documental na historiografia, influenciada pelo movimento dos Annales, permitiu uma abordagem mais ampla e interdisciplinar na pesquisa

histórica. Essa “revolução documental” expandiu o escopo das fontes históricas para incluir objetos de cultura material, obras literárias, dados estatísticos e imagens iconográficas, entre outros. Essa abertura resultou em uma abordagem mais problemática e hipotética na pesquisa histórica, caracterizada por um apelo à interdisciplinaridade e à história total (*Annales*). A transformação de jornais e revistas em fontes documentais históricas requer uma seleção cuidadosa e uma abordagem teórica e metodológica específica. É necessário compreender a imprensa como uma linguagem que não apenas reflete, mas também constitui o tecido social, contribuindo para a compreensão das relações entre imprensa e sociedade ao longo do tempo (Cruz, 2007).

Apesar dos desafios relacionados à capacidade de leitura e ao custo do jornal, sua relevância como fonte de informação permaneceu inegável (Barbosa, 2010). Do ponto de vista analisado, considerar o jornal em perspectivas fundamentais: memória coletiva (Halbwachs, 1990); Espírito do tempo (Hegel, 1988; 2001); documentação (Otlet, 2018). Essas perspectivas teóricas, quando combinadas, podem estar relacionadas com os significados e representações do jornal para a sociedade.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória coletiva é produto das relações humanas, sejam elas de fatores de lembranças, do espaço situado, dos acontecimentos de grupos nas relações políticas, religiosas e administrativas, ao coletivo do seu tempo em prol de um compartilhamento de informações, debate e influência.

Além disso, essa memória coletiva não apenas projeta dimensões temporais, mas, quando preservada nos devidos suportes, auxilia na reconstrução do presente, através do olhar no passado, por uma releitura dos acontecimentos que foram projetadas.

A memória coletiva é construída por meio das representações de dados objetivos e subjetivos que determinadas comunidades que identificam acontecimentos vividos ou que foram contados, os evidenciam para o percurso do tempo, dada a sua importância, para a necessidade de permanecer na memória, como uma trajetória identitária de determinados grupos (Araújo, 1997).

Nesse sentido, a memória coletiva é repassada por meio das sociedades de memória oral e as sociedades de memória escrita e a coexistência de ambas são importantes para a constituição da história. Entretanto, a memória coletiva alcança seu “progresso”, segundo Le Goff (1990, p. 43), quando registrada, assumindo a memória, forma ligada à escrita em um suporte

documentado. Assim, a memória adquire sua característica 'coletiva' como um registro que, ao ser compartilhado, exerce influência na esfera social, possibilitando a comunicação e o intercâmbio de ideias e experiências ao longo do tempo e do espaço.

Os jornais constituem um registro narrativo de valor inestimável, ao documentarem aspectos cotidianos das sociedades de determinadas épocas. Quando preservados, esses registros podem ser consultados por diferentes gerações, servindo como testemunho de momentos históricos específicos e como fonte de interpretação ou reinterpretação dos fatos. Nesse sentido, o jornal atua não apenas como veículo de notícias, mas também como um meio que permite a comunicação de relatos variados, os quais podem ser compreendidos como discursos que investigam e preservam a memória coletiva do passado.

Assim, ao desempenhar esse papel, o jornal configura-se como um portador de discursos sobre ações contemporâneas, com uma função designada de preservar a memória da sociedade. No sentido que para transmitir e divulgar a informação de determinada época, são selecionados ou evidenciados temas que devem ser lembrados e outros que devem ser esquecidos, produzindo, a partir de critérios altamente subjetivos, uma espécie de classificação do mundo narrativo para projetar uma ideia para o leitor e, assim, produzindo um discurso digno de ser publicado.

Na criação jornalística, o jornal se configura como uma das mídias que atuam como “senhores da memória da sociedade”, em virtude das pluralidades de funções e significações informativas que lhe são atribuídas (Barbosa, 2007). Cada sociedade e cada período histórico caracterizam-se pela definição do que é considerado informação registrada legítima, constituindo uma visão própria sobre o que se entende como fontes de informação. Essa perspectiva configura-se, portanto, como uma categoria histórica contingente (Andersen, 2005).

Sendo assim, o jornal, é uma “interação mediada”, como considera Thompson (2002, p. 78), pois implica que a informação seja adquirida por um meio técnico, fazendo com que os participantes envolvidos nessa interação estejam em contextos parciais ou temporais distintos. As relações sociais, o compartilhamento dessas informações e sua influência se alinham com o espírito do tempo de Hegel (1988; 2001), que representa o espírito coletivo, a ideia e o desenvolvimento com o que está no mundo, a cognição situada e incorporada às fases da memória, “os jornais representam, no conjunto, as peças mais preciosas e mais autênticas do espírito de cada nação” (Otlet, p. 225).

Em seu tratado de documentação, Paul Otlet (2018) apontou a função do jornal na perspectiva da organização documental, que envolve os processos de organização e tratamento, para preservar esse tipo de documento, para que a sociedade possa usufruir desse suporte posteriormente.

Para o pai da documentação, Otlet (2018), os jornais são uma espécie de extensão da memória humana, pois está envolvido com a sociedade na finalidade de não só divulgar um acontecimento, como também criar efeitos sociais com os pensamentos registrados ali. Sendo assim, os jornais, por serem pluralistas e terem se desenvolvido bastante, inclusive com a estruturação política editorial, devem ser analisados do ponto de vista documental, usando as teorias da comunicação como base.

Logo, os jornais, na totalidade, são as mais preciosas e autênticas representações do espírito de cada nação. São parte integrante da história de uma determinada época, sem importar o quesito que se queira analisar (Otlet, 2018). Eles trazem notícias que abrangem diversos campos, como: artes, moda, indústria, comércio, educação, economia e política, atendendo aos interesses de vários leitores. Essas seções constituem “os jornais diários contendo em abundância a matéria da história no dia a dia e, por esse motivo, devem ser conservados.” (Otlet, 2018, p. 221).

Dada a contribuição de natureza social que os jornais podem fornecer, as pesquisas que os tomam como objeto são frequentemente conduzidas por acadêmicos das áreas de comunicação e história. Para analisar e ter seu efeito de memória, não basta estar historicamente carregado, mas sim ser classificado e organizado discursivamente, para surtir um efeito social na consulta, apreensão e interpretação.

O objetivo de uma documentação organizada é poder fornecer, sobre qualquer tipo de fato ou conhecimento, informações documentadas. Nos estudos de OC, o conceito de documento está relacionado às ações práticas envolvidas no seu tratamento, tais como descrição, representação, organização, descoberta, seleção e recuperação de conceitos e de conhecimento (Buckland, 2018).

A OC preocupa-se com todo o esforço intelectual para apreender o documento. Essa prática para compreender as estruturas do documento requer atividade mental. É importante notar que a Organização do conhecimento se preocupa com o tratamento de documentos, seja de forma estrita ou ampla.

3.3 Método de análise discursivo nos jornais

A organização e classificação dos jornais, elementos centrais de sua estrutura, são concebidas como um “objeto social”. Essa posição está diretamente relacionada às condições de produção, que afetam a seleção de textos narrativos. Esses textos estão envolvidos na atribuição de sentidos e na criação de valores, os quais servem como intermediários nas relações entre as diretrizes institucionais dos jornais e a sociedade. Ao reproduzir registros num espaço-tempo específico, o jornal atinge sua essência como um documento discursivo, cujo principal objetivo é projetar e contribuir para a construção de um fenômeno social (Pádua, 2016).

No campo da CI, o jornal emerge como uma relevante contribuição tanto teórica quanto metodológica no âmbito da OC, destacando-se em duas principais abordagens. Ao ultrapassar a visão tradicional do documento como mero objeto de preservação, o jornal passa a incorporar um valor sociocognitivo, conforme apontado por Buckland (2016), o qual defende uma abordagem analítica e interpretativa dos fenômenos discursivos. Dessa forma, o jornal constrói-se por meio de enunciados que conectam memória, narrativa e acontecimento, oferecendo uma ampliação do conceito de documento e enriquecendo a compreensão de seu papel no contexto social e cognitivo.

A partir da abordagem ampla e estrita da OC, o jornal pode ser analisado como um documento representativo da linguagem sobre o tempo em que foi produzido, considerando os discursos presentes nele. Isso permite aprimorar sua representação e recuperação discursiva como documento por meio da extração dos termos que compõem e constroem o discurso presente no jornal.

Nesse contexto de análise dos fenômenos discursivos presentes nas notícias, como imagens, eventos e atributos atribuídos a indivíduos, é possível aprimorar a compreensão sobre a elaboração da narrativa jornalística e a interação entre os elementos visuais e textuais para construir uma representação coerente e significativa dos acontecimentos. Essa abordagem dialoga com o pensamento de Dahlberg (1978) sobre a relação do homem com os objetos ao seu redor, conforme ele elabora enunciados que refletem sua experiência cotidiana, influenciada pelo tempo e espaço em que vive, para representar conceitos.

Charaudeau (2018) denomina esse contexto como *sistema de valores* individuais, de alguém com feições individuais que comandam o uso da construção dos signos para a circunstância de produção de comunicação. A organização e classificação do jornal são amplas

diante do vasto contexto no qual é composto. Como os exemplos dos enunciados que estruturam o discurso jornalístico, sobre determinado objeto, para se chegar o conceito representativo de um acontecimento, imagem ou qualquer outro formato.

Melo e Assis (2016) discutem que a construção dos conceitos nas manifestações jornalísticas tem sido objeto de um interessante debate entre teóricos, desde que o jornalismo se tornou objeto de reflexão acadêmica. Não só pelos confrontos de ideias, mas pelos diversos lugares de observação dos estudiosos do campo comunicacional e das áreas conexas.

o Jornalismo como categoria pertencente à modalidade de Comunicação periódica, inserida no conjunto da Comunicação massiva, dentro do campo da Comunicação. Trata-se de categoria comunicacional configurada por classes, aqui entendidas como gêneros, que se expressam sob distintas formas, denominadas formatos, no que lhe concerne replicados em espécies, rotuladas como tipo (Melo; Assis, 2016, p. 48)

Sendo assim, se estabelecem questões teóricas e empíricas sobre as análises dos textos jornalísticos. Sua produção é constituída de uma organização onde a classificação e categorização fazem parte do processo de criação discursiva desse tipo de documento. Com as teorias de linguagem e discurso, há uma ampliação dos horizontes para as investigações e aplicações das análises discursivas.

Sobre isso, dentre os diversos métodos de categorização dos textos jornalísticos, destaca-se uma abordagem amplamente aceita que os divide em duas categorias principais: opinativos e informativos. Essa classificação foi elaborada por Melo (2003), inspirado na proposta de Beltrão (2006), e fundamenta-se em dois critérios essenciais: a intencionalidade e a estrutura do relato.

No que diz respeito à intencionalidade, nos relatos informativos busca-se reproduzir o real, isto é, descrever e relatar eventos com base na observação da realidade empírica, em resposta ao desejo da coletividade de saber o que está acontecendo. Por outro lado, nos relatos opinativos, a intenção é ler o real, ou seja, analisar e avaliar a realidade com base no desejo da coletividade de “saber o que se pensa sobre o que está acontecendo (Melo, 2003).

Quanto à estrutura do relato, Melo (2003) menciona a articulação entre os acontecimentos, sua expressão jornalística e sua compreensão pela coletividade. No jornalismo informativo, a estrutura do relato depende dos eventos e da relação entre o jornalista e os protagonistas. Já no opinativo, depende do controle da instituição sobre a autoria e a narrativa.

Os gêneros jornalísticos informativos incluem nota, notícia, reportagem e entrevista, enquanto os opinativos englobam editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Melo (2003) destaca a necessidade de considerar a autonomia das categorias interpretativa e dimensional, sendo o jornalismo interpretativo uma categoria em formação, cuja narrativa oscila entre o estilo informativo e opinativo.

Outro pesquisador relevante nesse contexto é Chaparro (1998), que, baseado em referências teóricas de Teun Van Dijk, questiona os critérios de classificação de seus antecessores, principalmente a divisão entre informação e opinião e o critério da temporalidade. Ele argumenta que a temporalidade dos eventos está ligada a ações estratégicas de instituições e grupos, o que influencia a escolha dos gêneros jornalísticos.

A maioria dos autores que trabalhou na classificação de gêneros jornalísticos esteve baseada na separação entre forma e conteúdo, o que gerou a divisão por temas, pela relação do texto com a realidade (opinião e informação) e deu vazão ao critério de intencionalidade do autor, que realiza uma função (opinar, informar, interpretar, entreter). A função, ao invés de ser vista como ‘intenção’ do autor, deve ser trabalhada como cumprimento dos poderes, papéis e estatuto implicado no contrato de leitura de determinada prática social discursiva (gênero) (Seixas, 2004, p. 3).

Nesse sentido, nota-se uma relação significativa com a OC, uma vez que a questão técnica e disciplinar que envolve o jornal, como produtor informacional e comunicativo, desenvolve-se em uma instituição que evoca tanto a disciplinaridade dos especialistas quanto a estrutura das classificações jornalísticas. Neste contexto, é possível perceber que a base que fundamenta uma notícia está inserida em uma organização de informações perante as instituições que a regem.

A construção de um discurso, por exemplo, torna-se um dos elementos que compõem a intencionalidade do jornal. O redator, ao criar um texto que será apresentado ao público, não está isento de suas tradições, objetivos, esperanças de que sua obra seja refletida e discutida. Gadamer (2011) analisa o contexto do homem e sua relação com o logos da linguagem: ao ser dotado de razão, consegue comunicar seus pensamentos e informar. Esse poder único é representado pela capacidade de tornar visível os pensamentos, através da escrita, ocupam o lugar de extensão da fala e dos sentidos que tem em vista expressar.

O discurso demonstra a intenção por trás das palavras, pois as palavras não são “fixas, mas variáveis [...] que dentro do mesmo idioma, as mesmas expressões, podem designar algo diferente e expressões diferentes” (Gadamer, 2011, p. 174). É importante que o discurso seja

percebido como uma forma de produção e representação social de um determinado domínio, e não apenas como um instrumento de comunicação ou suporte de pensamento.

Isto quer dizer que quem discursa está em uma posição de poder social e ideológico. De outra forma, tem suas crenças, ideologias, posição social e discursa através de suas ideologias. Resumindo: um jogo estratégico que provoca ação e reação. É como uma arena de lutas (verbais, que se dão pelas palavras) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência. O discurso é o lugar em que se travam as polêmicas (Brandão, 2004).

O discurso requer interpretação, e, portanto, uma abordagem metodológica embasada em teorias hermenêuticas se torna essencial. Neste contexto, a interpretação e a autorreflexão permitem a fusão de horizontes, conforme destacado por Gadamer (2015, p. 401), contribuindo para a compreensão dos horizontes tanto “do outro naquilo que ele procura nos dizer” quanto “dos próprios horizontes históricos” atribuídos ao intérprete.

Contudo, as interpretações não devem ser guiadas pelas tradições, para não surgirem conflitos de interpretação, mas sim uma maior abertura de perspectiva por parte daqueles que desejam compreender um certo texto, através da proposta da fusão de horizontes, ou seja, os diferentes pontos de vista para entender o discurso.

Os discursos são elaborados a partir de enunciados, sejam eles orais ou escritos, sempre sob a perspectiva de um indivíduo (locutor) que vem de um determinado grupo social, com algo para transmitir. É necessário analisar o sujeito e o complemento de um enunciado para compreender o seu sentido, pois um enunciado pode ter diferentes significados (Bakhtin, 1997; Pêcheux, 1990).

Por exemplo, ao analisar um comunicado apresentado como uma notícia jornalística, em jornais de diferentes visões, sobre um tema específico que envolve um agente institucional ou político, os jornais criam uma imagem pública dos acontecimentos através dos termos que usam para se referir a eles, conforme a intenção social da notícia. Cabré (2017) mostra como a linguagem afeta a fala e os textos em termos de forma e conteúdo.

Os jornais constroem seus discursos por meio dos enunciados, utilizando termos específicos conforme as diretrizes editoriais, visando influenciar como o público recebe uma notícia e define o foco da representação. A construção das notícias segue uma lógica organizadora de caráter “hierarquizado”, a qual opera por meio das conexões entre as partes de

uma narrativa, da articulação de argumentos e da estruturação do raciocínio (Charaudeau, 2018).

Dessa forma, as pesquisas a respeito da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizadas por Cabré (1999; 2017), contemplam, de forma metodológica, a prática de análise discursiva, com finalidade de extrair termos, a respeito da construção que é enunciada. Por isso, é necessário serem considerados os princípios nos discursos reais e que representem as variações comunicativas. Além disso, a variação denominativa e semântica deve ser tomada como um fator natural da linguagem e da comunicação.

Estes princípios estão ligados ao fenômeno do discurso nos jornais, que se manifesta nas formas estratégicas de uso de termos pelo locutor, com a intenção de transmitir sua ideia ao leitor. A análise crítica do discurso (ACD) de Van Dijk (2018) fornece uma contribuição metodológica para a TCT (Teoria Comunicativa da Terminologia), uma vez que a ACD consegue analisar e explicar as estruturas que compõem os discursos veiculados pela mídia e que influenciam a mente dos receptores.

Dessa forma, essas estruturas são compostas por termos direcionados a criar estruturas e estratégias para retratar os outros e a situação na mídia (Van Dijk, 2018). Os termos, portanto, podem ser transmitidos em diferentes níveis de complexidade, dependendo de seus destinatários.

A utilização de um termo relacionado em um texto jornalístico pode não provocar o efeito desejado na recepção da notícia. Contudo, se o texto apresentar um nível médio, os termos podem causar afetação, quando percebidos pelos seus leitores, pois os termos “são unidades que relacionam a linguagem com o mundo real e representam objetos no mundo real.” (Cabré, 1998, p. 39).

Esses elementos formam o contexto de uma comunidade linguística. A terminologia pela qual é uma área de estudo que interdisciplinar, composta por elementos da linguística, ontologia e especialidades. Representação e transferência (Cabré, 1999). O autor os considera como termos específicos de linguagem e comunicação especializada. Dessa forma, é possível criar diversas teorias a partir de diferentes áreas do conhecimento.

3.4 Materialidade discursiva dos jornais

Ao analisar a relevância dos jornais nos estudos de CI, identificam-se diversas lacunas que ainda não foram exploradas por esta disciplina, especialmente no que diz respeito à integração de uma teoria abrangente para documentos de massa. Essa abordagem ainda tímida, apresentada por Hjørland (1998), ressalta a relevância dos estudos de documentos de massa, como jornais e revistas, considerando as representações linguísticas e os efeitos destas nas análises de recepção pública. Considerando que esses documentos foram historicamente criados com o propósito de informar e estruturar ideias socialmente em contextos espaço-temporais específicos, configuram-se como veículos de comunicação de um determinado período, envolvendo registros de diversas formas linguísticas passíveis de investigação.

Portanto, torna-se necessário conduzir estudos de mapeamento da linguagem, focando especificamente nos termos linguísticos presentes no discurso jornalístico, para preencher essa lacuna analítica. Essa necessidade surge do fato de que a estrutura dos jornais abrange várias manifestações de sentido, destinadas a serem reproduzidas e reverberadas nas representações mentais dos leitores, alinhadas com a linha editorial da entidade editora (Silva, 2005).

No contexto abordado, Frohmann (2012) argumenta que práticas, costumes e normas podem emergir como resultado de determinado fenômeno. Esse processo é igualmente aplicável aos documentos, os quais, por sua vez, estão sujeitos à materialização e à imposição de disciplina social, especialmente pelas instituições, em contextos específicos. Como resultado, as concepções de materialidade, instituições, disciplina social e história são consideradas um ponto de partida para uma abordagem filosófica da informação centrada no conceito de práticas documentárias.

Os documentos, marcados pela historicidade, podem ser compreendidos a partir das dinâmicas de poder que os envolvem, as quais têm o potencial de gerar ou não efeitos de verdade em suas respectivas épocas. Esses efeitos estão ligados aos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como aos discursos predominantes e às vozes dos marginalizados, mesmo que suprimidas, o que reflete sua historicidade (Frohmann, 2012).

Frohmann (2012) postula que a compreensão da historicidade das práticas documentárias exige a consideração da relação entre as práticas sociais e os documentos, sendo esta relação influenciada pelo tempo e pelo espaço. Essa interação pode ser examinada por meio

das continuidades e rupturas históricas, assim como pelos dispositivos de poder e conhecimento presentes nessas práticas, abordando questões políticas e culturais (Frohmann, 2012).

Nesse contexto, Frohmann (2008, p. 21-22) destaca que: “a documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação”. Além disso, as diversas dimensões do documento que se apresentam às instituições, por exemplo, estão inseridas em suas próprias divisões sociais do trabalho e seus processos sociocomunicativos compõem o quadro identitário da mídia que deseja comunicar-se e interagir com a sociedade.

Em consequência, as contribuições de estudos sociais, em que os jornais podem propiciar as investigações em torno dele, são investigadas por pesquisadores da área de comunicação e história. Entretanto, para que tais veículos possam ser analisados em vista dos efeitos de memória relativos a uma determinada época, não basta estar somente com a sua carga historicista se não for tratado e organizado para que assim possa surtir um efeito social para sua consulta, apreensão e interpretação.

Assim, a partir das influências sociais em que os membros das comunidades discursivas se inserem e se apropriam da pluralidade documental, do nosso ponto de vista, ampliam a OSC que pode manifestar a importância da materialidade discursiva do documento, por exemplo, os jornais. Nas concepções de Hjørland (1998), as pessoas não estão apenas buscando 'fatos brutos', mas também 'reivindicações de conhecimento', isto é, os usuários estão interessados em informações mediadas por documentos/textos, pela comunicação informal e por outros meios.

Nesse sentido, o jornal merece uma análise documental cuidadosa também pela pluralidade que engloba o seu desenvolvimento, considerando-se, inclusive, seu suporte e sua organização e política editorial. Em outras palavras, são ações práticas que passam pelo tratamento da informação como a descrição, apresentação, organização, descoberta, seleção e recuperação de conceitos e conhecimentos (Buckland, 2018).

Por outro lado, são ações que dizem respeito à OC, inclui a produção física do jornal, atores institucionais e especialistas, que incluem: diretores, jornalistas e editores; atuam na construção social de um documento onde as informações são compartilhadas em frente ao espaço social.

A amplitude do processo investigativo sobre o fenômeno jornalístico desencadeou reflexões para a OC, uma vez que está pautado naquilo que é relevante e na produção documental.

Esse debate é muito recorrente nas áreas de comunicação social, mas sua análise também contribui significativamente para a OSC. A terminologia é relevante para análise discursiva de termos enunciativos nos jornais, pois estão relacionadas à língua e representam objetos reais. Como ponto de partida, análise de termos em língua natural para domínios específicos, destaca-se a linguagem dos jornais.

4 UM BREVE PANORAMA SOBRE O ESTADO NOVO NO BRASIL

A Revolução de 1930 marcou um ponto importante na história brasileira, sendo um movimento político-militar instigado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Seu objetivo primordial era encerrar a era da República Velha, que previamente submetia o Brasil à “política do café com leite”. Este sistema consistia na alternância de líderes políticos entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que ocupavam a presidência de forma sucessiva, entre esses dois estados, consolidando o domínio que exerciam sobre a federação (Carvalho, 2008).

Em 1929, o presidente Washington Luís, oriundo de São Paulo, indicou seu conterrâneo Júlio Prestes como seu sucessor presidencial. Contudo, essa decisão provocou a oposição dos governos de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, uma vez que Washington Luís descumpriu o acordo de alternância na política do café com leite. Esse desfecho marcou o término dessa política, rompendo as alianças entre São Paulo e Minas Gerais e dando origem à política da Aliança Liberal, uma coalizão de estados que se opôs à nomeação de Júlio Prestes.

À frente da Aliança Liberal estava Getúlio Dornelles Vargas, representante do Rio Grande do Sul, indicado pelo governo de Minas Gerais para concorrer à presidência contra Júlio Prestes. A eleição, realizada em 1º de março de 1930, resultou em Júlio Prestes obtendo cerca de 1.091.709 votos, enquanto Getúlio Vargas conquistou 742.794 votos (Skidmore, 2010). A insatisfação da Aliança Liberal com o resultado intensificou-se, especialmente após o assassinato do candidato à vice-presidência, João Pessoa, em 26 de julho de 1930. Esse evento, conforme discutido por Skidmore (2010), emergiu como um dos principais catalisadores da Revolução de 1930, destacando a postura de Vargas diante desses acontecimentos, desencadeando assim o levante revolucionário.

[...] começou a revolta exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a encabeçar a marcha para o Rio de Janeiro [...] Cerca de três semanas depois de os rebeldes iniciarem sua marcha para o Rio de Janeiro, Washington Luiz ainda não se dera conta de como sua autoridade fora minada. (Skidmore, 2010, p.38).

Os insurgentes que se dirigem ao Rio de Janeiro provêm dos estados nos quais os representantes da Aliança Liberal exercem influência, como Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. O presidente Washington Luís, ao ser notificado pelos generais da junta governativa, composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro,

juntamente com o almirante Isaías Noronha, para renunciar ao cargo de presidente devido à revolta que se desencadeia na federação brasileira, rejeita o ultimato dos generais.

Em 24 de outubro, os generais depõem Washington Luís no Rio de Janeiro, estabelecendo uma Junta Provisória de Governo (Ferreira; Pinto, 2006, p. 19). Após a deposição de Washington Luís, a junta provisória assume o governo em 24 de outubro de 1930, enquanto aguarda a nomeação de um sucessor para a presidência do país.

Devido às revoltas e pressões dos rebeldes, aliados de Getúlio Vargas, insatisfeitos com a ausência de uma autoridade governamental estabelecida, a junta provisória permanece no poder por apenas dez dias. Diante das circunstâncias, nomeiam Getúlio Vargas para assumir o governo temporariamente, buscando apaziguar a indignação dos rebeldes. Skidmore aborda que:

[...] na posse de Vargas como “chefe do Governo Provisório”, o general Tasso Fragoso disse que os militares tinham decidido intervir para que os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional. (Skidmore, 2010, p.39).

Dessa maneira, Getúlio Vargas ascendeu ao poder sob a condição de governo provisório no período de 1930 a 1934, marcando o fim da era da República Velha e inaugurando era da política getulista. Ao assumir o cargo, Vargas promulgou o decreto 19.398, para delegar funções, criar e exonerar. Segundo Araújo (2011, p. 29), por meio desse decreto, Vargas “dissolveu o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos [...], nomeou interventores para os estados [...] criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.”.

No período de 1930 a 1934, o Brasil testemunhou revoluções e transformações significativas. Em 1931, Vargas suspendeu a Constituição Brasileira, e em 1932, a oposição paulista demandou a convocação de uma assembleia constituinte para estabelecer novas diretrizes. Em São Paulo, o descontentamento com a centralização varguista resultou em confrontos, culminando na morte de três manifestantes durante um protesto contra o governo federal. Isso desencadeou a revolta paulista contra o governo federal, com choques entre os defensores das reformas e os líderes tradicionais (Araújo, 2011, p. 29).

Para acalmar os ânimos, em 1933, Getúlio Vargas atendeu aos pedidos paulistas e permitiu a eleição para a assembleia nacional constituinte, resultando na Constituição de 1934. Essa constituição foi marcada por medidas mais liberais, como o sufrágio feminino, o voto

secreto e a criação de direitos trabalhistas. Além disso, estabeleceu que a primeira eleição após sua promulgação seria indireta, realizada pelos membros da Assembleia Constituinte, levando à eleição indireta de Getúlio Vargas (Araújo, 2011).

Nesse período, surgiram movimentos notáveis, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se opunha ideologicamente a Getúlio Vargas e tinha liderança ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). De acordo com Araújo Neto (2002, p. 1), a ANL “foi criada como elemento antigetulista, fundada em 1935 com a proposta de ser um baluarte contra o avanço do fascismo e um meio para a promoção da democracia e da emancipação nacional”. Em 1935, a ANL tentou um golpe contra Getúlio Vargas, conhecido como intentona comunista, em resposta à criação da Lei de Segurança Nacional¹ que marginalizava o movimento.

No entanto, em 1937, um ano antes das eleições presidenciais, o governo de Getúlio Vargas adotou uma estratégia para evitar sua saída do poder, uma vez que a reeleição era proibida. O General Góes Monteiro comunicou à população que seu exército descobrira um plano comunista para repetir a revolução de 1935 e destituir Getúlio Vargas, estratégia conhecida como Plano Cohen². Essa narrativa provocou comoção popular pelo suposto terror iminente, angariando apoio popular para a permanência de Vargas no poder. Assim, em 1937, Vargas consolidou seu domínio, instaurando o Estado Novo.

A implantação do Estado Novo, ocorreu no dia 10 de novembro de 1937, quando Vargas apresentou à nação a nova carta constitucional, baseada na centralização e modernidade política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade.

Durante esse período, foram promulgadas leis centralizadoras que restringiam tanto os políticos quanto a população brasileira. O principal objetivo dessas leis era estabelecer o governo como autoridade suprema e prosseguir com a direção Varguista.

Assim, a modernidade tornou-se considerável no espírito governamental, especialmente observando que, até então, o Brasil havia progredido muito pouco em termos de infraestrutura,

¹ Que tinha como objetivo enfrentar os delitos contra a ‘ordem política e social’ devido ao estado de instabilidade que, conforme o projeto, afetava a nação brasileira. Essa legislação estabeleceu condições centralizadoras no executivo e forneceu suporte para a repressão aos opositores da política de Getúlio Vargas.

² O plano Cohen previa a instalação de um governo comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros. A autoria desse plano foi atribuída aos comunistas. Na verdade, o plano, não existia. Foi uma manobra do governo para permanecer no poder e implantar a ditadura no País (Mendonça, 2009, p.236).

desenvolvimento econômico e direitos para a classe trabalhadora. A maioria desses trabalhadores ainda eram rurais, destacando a necessidade urgente de avanços nessas áreas.

Getúlio Vargas, em oposição a essa situação, trazia consigo seu plano de Governo chamado de Estado Novo³ com duração de 1937 a 1945, que consistia em uma política ligada na modernidade e nos investimentos nacionais.

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica (Pandolfi, 1999, p.10).

Jambeiro (2004) sustenta que a Constituição Federal de 1937 representou o término do “sistema republicano federativo”, a extinção dos partidos políticos, a limitação da expressão do pensamento, o aumento da repressão aos crimes contra a segurança nacional e a previsão da nomeação de interventores para as unidades federativas.

O Brasil, anteriormente caracterizado predominantemente por uma economia agrária e voltada para exportação, assumiu, com o advento do novo governo, o desafio político de metamorfosear-se em uma nação urbana e industrial. Essa transformação envolvia não apenas a promoção da industrialização, mas também a intervenção em diversas esferas da vida social. Desse modo, o Estado direcionou seus esforços para consolidar uma indústria de base, tornando-se o principal agente da modernização econômica, como destacado por Pandolfi (1999).

Sob uma ótica política, a centralização foi caracterizada pela limitação das liberdades e pela fragilidade na deliberação com a participação pública. Isso se manifestou por meio de obstáculos à organização e institucionalização política. A era Vargas deixou um legado de conotações autoritárias e populistas, moldando um modelo econômico e institucional de surpreendente durabilidade, cujos ecos reverberam no imaginário social, conforme discutido por D'Araújo (1999).

Nesse período em que o desenvolvimento nacional estava em ascensão, a administração de Getúlio Vargas alinhava-se a uma postura nacionalista e centralizadora. Essa conjuntura revisita a ideia de “modernidade conservadora”, conforme concebida por Moore Júnior (1975). Essa expressão implica que, apesar do governo de Getúlio Vargas manifestar uma vontade de

³ Nome que recebeu influência do Governo Português de Antônio Oliveira Salazar.

impulsionar o progresso interno, ele se consolidou mantendo características remisscentes das antigas políticas de uma abordagem centralizadora.

A dinâmica entre modernização e centralização no estado novo transcendeu os limites da esfera política, estendendo-se por diversos setores sociais. Essa abrangência não se restringiu apenas à criação de novas instituições; ela abarcou também a reconfiguração das já existentes, remodelando, assim, a estrutura social com base nos princípios estado-novista. Setores cruciais, como os meios de comunicação e informações, foram estrategicamente coordenados para se alinharem ao plano estado-novista, consolidando, desse modo, a influência do governo nas narrativas culturais e sociais.

A Constituição de 1937, liderada por Getúlio Vargas, desempenhou um papel vital nesse contexto ao implementar medidas destinadas a impulsionar a popularidade do governo. No entanto, essa abordagem também acarretou restrições à liberdade de expressão, evidenciadas pela imposição de censura prévia. O Artigo 122, parágrafo 15, da Constituição enfatiza a justificativa “[...] com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematográfico, da radiodifusão, facultando a autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação [...]” (Brasil, 1937, p. 31).

No campo da educação e cultura, o governo do estado novo adotou estratégias disciplinares para disseminar seus ideais pela sociedade. O Artigo 132 da Constituição de 1937 expõe a intenção em “promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação” (Brasil, 1937, p. 84).

Essa abordagem reflete a ativa intervenção do Estado Novo na formação não apenas das estruturas políticas, mas também dos valores culturais e educacionais do país. O governo almejava não apenas influenciar as esferas públicas, mas também moldar a consciência e o comportamento da sociedade conforme os princípios disseminados pelo regime estado-novista.

4.1 Instituto Nacional do Livro

O Estado Novo, longe de ser apenas um produto político, representava uma concepção profundamente arraigada, alicerçada em bases sólidas com o intuito de fortalecer a cultura brasileira por meio da promoção da noção de nacionalidade, brasilidade em prol da renovação

do Brasil. Nesse cenário, as estruturas de significação social, como instituições e meios de difusão, agem como elemento chave na orquestração do objetivo central do governo estado-novista. A esfera educacional, dentro desse contexto, emergia como uma das expressões mais autênticas do que o estado novo almejava no Brasil: a formação de um “homem novo” fundamentado em princípios nacionalistas para uma nova ordenação política (Velloso, 1987).

No âmbito desse novo enfoque estado-novista, a proposta consistia em impulsionar o âmago da produção literária no país. Isso se concretizaria por meio da criação de um instituto alinhado às ideologias nacionalistas de Vargas, deixando uma marca significativa na literatura brasileira com sua abordagem nacionalista. Esse instituto, batizado como Instituto Nacional do Livro (INL), desempenharia funções específicas no contexto político-educacional do Estado Novo (Bomeny, 1999).

A instauração do INL foi uma iniciativa liderada pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Essa medida visava não apenas “zelar” pela educação brasileira, mas também promover a disseminação cultural por meio das obras literárias vinculadas ao Estado Novo. Em uma carta endereçada ao Presidente Getúlio Vargas, o ministro expressou de maneira eloquente a importância de criar o Instituto do Livro. A seguir, apresenta-se um trecho dessa carta, evidenciando a análise comparativa entre aspectos positivos e negativos relacionados ao livro.

O livro não é só o companheiro, amigo, que instrui que diverte que consola. É ainda é, sobretudo, o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (Capanema, 15 de dezembro, 1937).

A análise do contexto revela que a atribuição de importância por Gustavo Capanema aos livros estava circunscrita a determinados limites, condicionada pela conformidade das obras com os interesses políticos do Estado. Sua avaliação em relação às obras estava atrelada à compreensão de que, dependendo do conteúdo, um livro poderia representar potencial prejuízo à sociedade. Nesse cenário, Capanema fundamentou a necessidade de estabelecer INL, visando criar uma instituição que promovesse obras alinhadas aos interesses mencionados em sua carta (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

Assim, impulsionado pelo populismo de modernização, Getúlio Vargas atendeu ao apelo do ministro Gustavo Capanema, efetivando a criação do INL em 1937, inicialmente sediado no

quarto andar da Biblioteca Nacional Brasileira. Com a consolidação do Instituto, tornou-se imperativo definir claramente seus objetivos. Dessa forma, foi promulgado o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, conferindo ao INL a responsabilidade pelas publicações e circulação de livros, assim como pela criação e expansão de bibliotecas em todo o território brasileiro.

O art. 2 do decreto ordenava que os objetivos do INL eram:

- 1) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- 2) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- 3) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- 4) Incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (Brasil, 1937).

Alguns dos propósitos inicialmente delineados pelo INL encontraram desafios significativos, especialmente no que diz respeito à tentativa de criar a enciclopédia brasileira. Inspirado na Enciclopédia Italiana Treccani, concluída durante o governo de Mussolini, esse projeto representava uma ambição cultural considerável. No entanto, mais uma vez, o INL enfrentou dificuldades em realizar as metas estabelecidas desde o extinto Instituto Cairu. A escassez de recursos destinados à enciclopédia brasileira foi um dos principais entraves para a concretização desse empreendimento (Hallewell, 2005).

No âmbito das obras raras, o INL dedicou esforços significativos à produção de obras exclusivas que retratassem as raízes históricas luso-brasileiras. Estas obras foram cuidadosamente editadas e destinadas à divulgação pública por meio da Biblioteca Nacional do Brasil. Entre os exemplos notáveis dessas publicações estão os autos de devassa da Inconfidência Mineira, A Demanda do Santo Graal, As Cartas Chilenas e Corografia Brazilica (Schwartzman, 1982). A iniciativa buscava não apenas preservar, mas também aproximar essas obras do público, facilitando, assim, a disseminação da cultura nacional.

No que se refere ao terceiro objetivo do INL, expresso no decreto do instituto, vislumbrava-se a promoção da circulação de livros por todo o território brasileiro e a expansão da cultura nacional para o exterior por meio das obras raras editadas pela instituição, que passou a produzir um volume considerável de livros. Oliveira (1994, p. 46) caracteriza esses livros como “culturalmente adequados”, destacando a sua aliança tanto cultural quanto educacional com a ideologia estatal na qual deveriam circular.

As produções intelectuais do INL estavam profundamente enraizadas na esfera político-ideológica do Estado Novo. O propósito subjacente era disseminar a literatura produzida sob esse regime como meio de combater a pobreza, promover o progresso individual e coletivo, e enaltecer valores como o trabalho, homem trabalhador, a formação da família, o progresso e o nacionalismo. Esses objetivos convergiam para uma meta unificada: transformar o indivíduo em cidadão/trabalhador, responsável não apenas por sua prosperidade pessoal, mas também pela riqueza coletiva da nação (Gomes, 1982).

A ampla produção e divulgação de obras pelo INL gerou a necessidade de atender à crescente demanda, destacando um de seus objetivos essenciais. Nesse contexto, observa-se a iniciativa do INL em criar e investir em bibliotecas em todo o território brasileiro, conforme abordado por Oliveira, Silva e Castro (2018). Essa estratégia buscava não apenas ampliar o acesso à leitura e ao conhecimento, mas também reforçar o compromisso do INL com a disseminação cultural e educacional ao nível nacional.

Nos primeiros anos de existência do INL, o apoio recebido foi considerável para o crescimento significativo das bibliotecas no Brasil. Esse incentivo contribuiu para o desenvolvimento dos acervos e para a ampliação do acesso ao conhecimento em diversas regiões do país. Segundo Soares (2007, p.71), “até dezembro de 1943, mais de 2.000 bibliotecas, em todo o País, estavam inscritas, recebendo doações. A atuação do INL, apesar de sua curta existência, era apontada por vezes, como responsável pela viabilização de muitas bibliotecas públicas.”

Por isso, no âmbito do Estado Novo, as estratégias vinculadas à produção de livros e à expansão das bibliotecas, como evidenciado por Oliveira (1994) foram além do simples objetivo de preservar a cultura oficial. Além disso, desempenharam um papel fundamental na formação dos cidadãos, influenciados pela cultura que predomina no país.

Nesse contexto, conforme Oliveira, Silva e Castro (2018) essa cultura estava relacionada à ideia de civismo, com o intuito de formar cidadãos exemplares. Diante dessa conjuntura, destaca-se a necessidade de organização institucional para efetivar a projeção e a divulgação de ideais, culminando na elaboração de um plano específico para impulsionar a divulgação das obras e realizações do INL.

4.2 Gestão do INL: o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB)

A estratégia de promover obras brasileiras está alinhada com as ideias apresentadas por Velloso (1987) sobre o estado novo e sua interação com os intelectuais, visando a construção da identidade nacional. A autora argumenta que esse sistema político de natureza centralizadora de pensamento, oferece uma perspectiva rica para examinar a relação com os intelectuais, os criadores de conteúdos de informação e comunicacionais, destacando a busca por expressar, por meio de suas obras, uma colaboração com os valores e preocupações do sentimento nacionalista do governo. Nesse contexto, enquanto participantes de um “projeto político-pedagógico”, suas obras seriam direcionadas para difundir os ideais do regime.

Trata-se de algo naquele momento necessário, em busca do fortalecimento da cultura brasileira a partir da nacionalidade e renovação do Brasil através das leituras bibliográficas e de sua promoção, bem como para os intelectuais que tinham suas obras divulgadas em projeção nacional (Velloso, 1987).

Em consequência, o estado novo buscou formas de influenciar a estrutura social e intervir por meio da supremacia política nas esferas política, cultural e social que alcançava por meio de um modelo de organização moral e cívica da sociedade brasileira que segue a ordem, a obediência à autoridade e a aceitação no vislumbre de sociedade militarizada e com coesão social (Parada, 2009).

Por meio do INL o intuito de promover os ideais estado-novista por meio dos livros foi materializado a criação do Plano de divulgação de obras bibliográficas (PNDOB) de 25 de julho de 1938. Esse plano, demonstra como a referente instituição buscou organizar as instituições subordinadas ao INL, administrar os seus colaboradores e as formas de divulgar seus feitos nas mídias durante o período que estavam em ascensão.

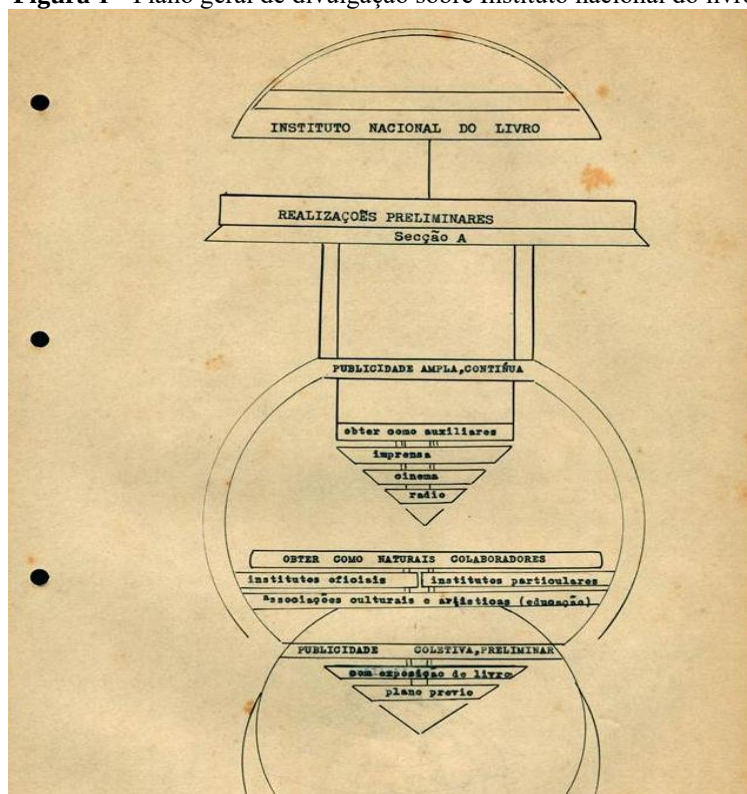
Dessa forma, com cerca de 88 folhas que consta no plano, entre inúmeros gráficos, organogramas e planejamentos, estruturavam as formas de propagação dos livros e das bibliotecas no Brasil, bem como as orientações editoriais dos conteúdos que deveriam ir ao público.

Nesse contexto, a pesquisa demonstra na (Figura 1) a organização preliminar do INL, para ocorrer a publicidade direta da sua instituição na imprensa, cinema e rádio. Bem como os

atos disciplinares que as demais instituições desde oficiais, particulares, e que delineavam em associações culturais e artísticas para corroborar com a publicidade do INL.

Nesse sentido, a área político-institucional no país, assentou-se em um tripé caracterizado por “arranjos exacerbadamente consociativos, rigidez institucional e ações disciplinares que cada órgão devesse acompanhar ao plano maior nacionalista (D’Araújo, 1999).

Figura 1 - Plano geral de divulgação sobre Instituto nacional do livro



Fonte: Arquivo digital- Gustavo Capanema, p. 526.

A existência deste plano geral de divulgação em que se evidencia divulgar os feitos do INL demonstra uma abordagem coordenada da instituição, como organizador, para orientar os seus feitos segundo os princípios estabelecidos pelo governo.

Essa sincronia do INL demonstra não apenas o alinhamento da produção de conhecimento às ideias do estado novo, mas também como este processo envolvia uma coordenação estratégica entre diferentes entidades, em que as divisões sociais de cada trabalho deveriam estar em interseção com a cultura, política e produção intelectual durante esse período histórico específico como forma de divulgação do conhecimento.

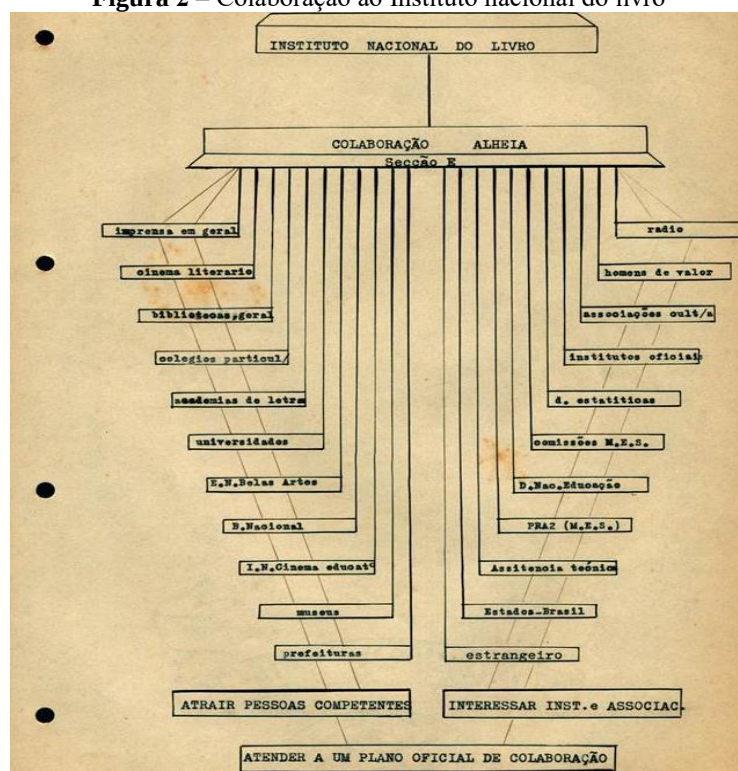
Em continuidade, observa-se que a publicidade destinada ao INL deveria atingir as massas por meio de veículos midiáticos como a imprensa, o cinema e o rádio, potencializando o alcance e a penetração das ideias propagadas pela instituição.

O Instituto Nacional do Livro deve promover utilizando-se de todos os meios aplicados de publicidade, e se garantindo do prosseguimento de divulgação [...] atenuando ou reforçando tendências afetivas, a publicidade acaba por despertar a atenção individual, persuadir, suggestionar, conquistar (Brasil. Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 12)

É importante observar que as principais instituições destacadas nas primeiras iniciativas de colaboração eram de caráter de mídia de massa, nas quais a imprensa jornalística ocupava posição prioritária, seguida pelo rádio, ambos entre as principais instituições e órgãos responsáveis pela divulgação para o INL.

Isso pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Colaboração ao Instituto nacional do livro



Fonte: Arquivo digital - Gustavo Capanema, p. 528.

Com o aumento do número de institutos, agências, conselhos e autarquias, o governo multiplica os órgãos burocráticos para ampliar sua área de influência. Entre esses setores, passam a figurar empresas midiáticas.

De tal modo, a imprensa jornalística atuou como um dos principais pilares para colaboração administrativa do projeto nacional do INL. Por meio dos jornais que disseminavam

ideias, mas também transportavam as narrativas para o mundo através da formulação discursiva e ideológica. As “folhas” acabavam sendo responsáveis pela representação governamental, tornando pública a simbologia e ideologia do nacionalismo e as realizações do Estado Nacional (Barbosa, 2007).

Assim, o jornal, como veículo de formação das convicções dos indivíduos e portador do discurso presente no cotidiano social, fundamenta sua organização editorial em aspectos da linguagem que devem integrar as notícias jornalísticas, obedecendo às diretrizes editoriais impostas pelo governo.

Tais esforços foram direcionados para a promoção de uma cultura política de cunho nacionalista, com ênfase na seleção criteriosa de terminologias relacionadas ao Estado Nacional, visando promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva, ou seja, fomentar a criação de uma “terminologia nacional das artes e ofícios” e o “abrasileiramento linguístico nas repercussões nacionais” (Brasil, 1937, p. 8).

Os esforços foram direcionados para os feitos da cultura política nacionalista, com especial atenção à escolha criteriosa de terminologias associadas a temas relacionados ao Estado Nacional, visando possibilitar uma compreensão mais ampla e inclusiva, ou seja, a construção de uma “terminologia nacional das artes e ofícios e o abrasileiramento linguístico nas repercussões nacionais” (Brasil, 1937, p. 8).

Nesse cenário, em que a política ocupava posição central nas atividades públicas, a imprensa impressa desempenhava sua função institucional, operando como instrumento de comunicação pública dentro do Estado. Os periódicos, portanto, eram instados a reproduzir discursos oficiais, a conceder ampla visibilidade às inaugurações e a enfatizar notícias sobre as ações governamentais (Capelato, 1999).

Esse contexto está ilustrado na (Figura 3), que representa a organização dos discursos que orientavam o conteúdo das matérias sobre o INL.

ligada aos planos do Estado. Nesse sentido, os principais jornais do país, passaram a apresentar o INL como um aperfeiçoamento para a cultura brasileira (Barbosa, 2010).

A (Figura 4) ilustra a manchete do jornal *Gazeta de Notícias*, que destaca em sua primeira página: “Com o Instituto do Livro, o Estado Novo organiza, em bases magníficas, a cooperação intelectual para a maior expansão e aperfeiçoamento da cultura brasileira.” (Gazeta de Notícias, 1937, p. 1). Esse destaque reflete a estratégia do Estado Novo ao implementar uma política cultural de caráter nacionalista, visando centralizar e ampliar o controle sobre a produção cultural do país. Além disso, a referência à criação do INL reforça o objetivo do governo Vargas de não apenas incentivar a cultura, mas também organizá-la de maneira sistemática e direcionada. A iniciativa encontra-se em consonância com o propósito de moldar uma identidade cultural que correspondesse aos ideais do regime, projetando um modelo de cultura nacional alinhado aos valores e às metas do Estado Novo.

Figura 4 – Gazeta de notícias, 1937, p. 1



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

A *Gazeta de Notícias*, ao apresentar as finalidades do INL, descreve o decreto-lei que institui o instituto. A cobertura realiza-se de maneira pontual, destacando aspectos como “bases magníficas”, “cooperação intelectual” e “aperfeiçoamento da cultura brasileira”, sem, no entanto, aprofundar-se nas especificidades do assunto. Trata-se de uma das primeiras menções ao INL em um veículo de grande prestígio e tradição, demonstrando uma estratégia inicial de

O recorte jornalístico examinado na Figura 5 valoriza a leitura e promove o livro como ferramenta essencial para a construção cultural e social. No título principal, “A leitura dos bons livros suaviza, no aconchego do lar, as agruras do inverno...” (Jornal do Brasil, 14 de junho de 1938, p. 15), identifica-se uma valorização da leitura que transcende o lazer, sendo representada como prática de conforto, conhecimento e elevação moral. A expressão “aconchego do lar” sugere um espaço íntimo e familiar, onde o livro atua como refúgio em momentos adversos. O termo “inverno”, nesse contexto, pode ser interpretado tanto literal quanto metaforicamente, simbolizando períodos de crise ou desalento, configurando a leitura como prática restauradora e necessária em tempos difíceis.

Essa construção discursiva articula-se com duas iniciativas de promoção da leitura, denominadas “Cruzada” e “Apostolado”, ambas impregnadas de significativo valor simbólico. A “Cruzada do Livro Nacional”, promovida pela Livraria Moura, e o “Apostolado do Livro Português”, pela Livraria H. Antunes, evocam missões quase sagradas, com propósito evangelizador. A Cruzada do Livro Nacional enfatiza a importância do livro brasileiro no projeto de construção de uma identidade nacional, incentivando a valorização da literatura local. Esse esforço visava não apenas fortalecer o mercado editorial brasileiro, mas também consolidar uma cultura de leitura que valorizasse a produção nacional.

Em contraponto, o Apostolado do Livro Português adota uma postura de preservação cultural, promovendo a literatura portuguesa como elo cultural entre Brasil e Portugal. Essa iniciativa busca manter viva a herança lusitana no Brasil, tratando-a como componente central da identidade cultural nacional. A escolha do termo “apostolado” sugere uma missão de resgate e preservação das tradições literárias portuguesas, reforçando uma conexão cultural transfronteiriça que se integra ao projeto cultural brasileiro. Dessa forma, ambas as iniciativas, ao adotar terminologias de forte apelo simbólico, posicionam o livro como objeto quase sacralizado, digno de promoção e preservação como parte do patrimônio cultural.

A valorização do livro enquanto símbolo ético e crítico é intensificada pela inclusão de versos de Castro Alves, poeta brasileiro de orientação social e abolicionista. Ao destacar a poesia de Castro Alves, o jornal reafirma o papel do livro não apenas como objeto cultural, mas também como veículo de conscientização e transformação social. Os versos do poeta conferem legitimidade à leitura como prática de reflexão e mobilização, conectando o leitor a ideais de justiça e humanidade que transcendem o entretenimento e reforçam a literatura como via para a ação crítica e o engajamento social.

No que se refere à seção “O Livro Nacional”, observa-se a atribuição de importância ao livro como elemento de identidade e educa na sociedade brasileira. Nesta seção, os intelectuais Dr. Oscar Fernandes Mauro e Dr. Joaquim Ferreira Coelho, retratados formalmente, destacam-se como autoridades culturais e defensores de um projeto nacional que vê o livro como instrumento de elevação social. Essa representação reflete um discurso paternalista, em que os intelectuais são posicionados como guias, encarregados de oferecer cultura e saber à população, considerados essenciais para a construção de uma sociedade mais instruída e coesa.

Os enunciados do jornal, desse modo, constroem a imagem do livro como objeto de múltiplos significados: fonte de conforto, conhecimento, identidade e elevação moral. O discurso nacionalista exalta o livro brasileiro como símbolo de identidade, enquanto a literatura portuguesa é preservada como herança cultural. Essas relações alinham-se a um projeto de formação de uma sociedade culturalmente consciente, onde a leitura é compreendida como meio para alcançar o ideal de nação.

Essa narrativa, além de informativa, é convocatória, convidando o leitor a engajar-se num projeto de valorização e preservação cultural. Paralelamente, o livro é elevado a um status simbólico, e o intelectual é valorizado como figura indispensável para guiar esse processo de construção cultural, reafirmando o conhecimento como privilégio e responsabilidade compartilhada entre sociedade e elites intelectuais.

A relação entre o livro e os destacados intelectuais brasileiros caracterizava-se por uma simbiose determinante para a difusão do conhecimento sobre o INL. No contexto das publicações impressas, renomados intelectuais mobilizavam suas produções literárias para expandir o alcance e a influência da instituição.

O discurso veiculado com destaque para publicação do jornal da *A Noite*, evidencia uma colaboração estratégica entre a imprensa e os intelectuais no intuito de consolidar o movimento de valorização da cultura brasileira. Esses literatos não se limitavam à contribuição de textos e ideias; eles desempenhavam um papel ativo na construção de uma imagem do Brasil voltada para o fortalecimento da identidade nacional. Na edição de 9 de outubro de 1940 do jornal *A Noite*, por exemplo, oferece um exemplo significativo desse processo ao exibir, em sua primeira página (Figura 6), uma imagem de Mário de Andrade, vinculando-o diretamente às iniciativas do INL, instituição central na promoção cultural da época.

O jornal não apenas informa sobre a criação da Enciclopédia Brasileira, idealizada por Andrade, mas também a descreve como uma “grandiosa obra”, em um tom de exaltação que reforça o impacto esperado dessa iniciativa na sistematização do conhecimento nacional. Esse tratamento do projeto no discurso jornalístico sugere uma intenção de engrandecer o papel do INL e de Mário de Andrade, quase como se buscasse legitimar essa empreitada cultural perante o público. Ao destacar o termo “impressões” para descrever a captura das especificidades da cultura brasileira, o jornal posiciona o projeto como um esforço autêntico e pessoal, alinhado aos valores nacionalistas que permeavam o contexto histórico.

Figura 6 – A noite, 9 de outubro de 1940, p. 1



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

Além disso, o vínculo entre o INL e as “bibliotecas municipais” reflete a visão de Andrade sobre a “democratização do conhecimento”, ao considerar essas bibliotecas para a formação cultural. Essa perspectiva é corroborada pelo discurso jornalístico ao posicionar o INL como uma instituição encarregada de ampliar o acesso ao conhecimento, perpetuando uma missão educativa que reforça a identidade cultural brasileira.

Nesse sentido, o discurso presente no fragmento de *A Noite* constrói uma narrativa em que a cultura é tratada como patrimônio a ser preservado e difundido, em um esforço coletivo

de valorização da brasilidade. Um exemplo significativo dessa participação é a entrevista concedida também por Mário de Andrade ao jornal *A Noite*, na qual ele examina a relevância do INL para a literatura e a cultura brasileiras, defendendo a valorização e a promoção do livro e da leitura como fundamentos essenciais para o desenvolvimento cultural do país.

Assim que entrei para o instituto nacional do livro- disse nos- fui incumbido, como consultor técnico da Enciclopédia Brasileira, de elaborar o anteprojeto. Ouvi preliminarmente a opinião do Ministro Gustavo Capanema para obter dados objetivos que me permitissem fazer um plano segundo os interesses e possibilidades práticas do país (A noite, 9 outubro de 1940, p. 2)

A proposta da Enciclopédia Brasileira deveria estar voltada para a sua popularização. Nesse sentido, como parte do projeto político do Estado Novo, que visava a comunicação com as massas populares, destacava-se a necessidade de cultivar bibliotecas e expandir obras bibliográficas acessíveis à população em geral. Esse objetivo implicava que a enciclopédia não fosse destinada exclusivamente ao ‘homem culto’, mas também ao “operário da rua”.

Mário de Andrade esclareceu essa perspectiva ao afirmar que “a Enciclopédia Brasileira não deve servir apenas aos homens cultos do país, que, além de serem minoria, sabem sempre uma ou várias línguas estrangeiras. Esses podem servir das enciclopédias brasileiras” (A Noite, 9 outubro 1940, p. 2). No entanto, é por meio dos verbetes que a Enciclopédia poderia desempenhar seu papel de alcançar as classes populares, oferecendo informações acessíveis e adaptadas ao público geral. Esse recurso permitiria que o conhecimento fosse transmitido de forma simplificada e direta, atendendo ao objetivo de popularizar o saber e de expandir a educação para além das elites cultas, “democratizando o acesso ao conhecimento” e promovendo a “inclusão cultural das camadas menos favorecidas”.

Daí o caráter especial que produz para os grandes verbetes. Se todos os verbetes **devem ser vazados em linguagem simples, evitando o excesso de especialização** como conseguem a Enciclopédia Britânica e a Brockhaus Alemã, que junto à Italiana foram meus exemplos favoritos, propus que os assuntos de possível valorização prática e econômica, **para as classes de pequena cultura**, fossem ao mais possível um instrumento útil a essas classes. Quero dizer: os verbetes sobre Carpintaria ou Galináceos devem constituir verdadeiros manuais do carpinteiro, ou do criador de granjas (A noite, 9 outubro de 1940, p. 2, grifo do autor).

Nesse contexto de popularização da cultura, houve uma notável expansão das bibliotecas públicas e do fornecimento de livros cuidadosamente selecionados, que melhor poderiam atender aos interesses culturais da população. Esse movimento passou a ser noticiado nos jornais, destacando as iniciativas do INL, que “com o apoio decisivo que vem dando à criação de bibliotecas em todo o território nacional, com o fornecimento mensal de um certo número

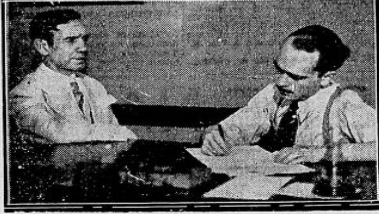
de livros, cuidadosamente escolhidos para nossa cultura, figura entre os empreendimentos culturais de maior vulto do Instituto” (Correio Paulistano, 22 de dezembro, 1940, p. 14).

No *Correio Paulistano* (Figura 7), registra-se que a distribuição de livros pelo INL com o objetivo abranger todo o território nacional. Observa-se que setecentas bibliotecas brasileiras recebem apoio desse programa, com a distribuição de “4.810 volumes” apenas no estado de São Paulo.

Figura 7 – Correio Paulistano, 22 dezembro de 1940, p. 14

Setecentas bibliothecas brasileiras recebem auxilio do Instituto Nacional do Livro

Sobre as finalidades daquella instituição, fala ao “Correio Paulistano” o sr. dr. Americo Facó — 4.810 volumes já foram distribuidos em São Paulo — Impressões do chefe da Secção da Encyclopedia e do Dicionario, do I.N.L., sobre nossa capital e a primeira mostra commemorativa da descoberta de Guttenberg — Varias



O sr. dr. Americo Facó quando falava ao redactor do “Correio Paulistano”.

IMPRESSÕES SOBRE A EXPOSIÇÃO

Entra depois, o nosso entrevistado, diretamente, no assunto sobre o qual o abordamos. E, nos diz:

“Ninguém, de boa fé, poderá negar o brilho incontestável do certame patrocinado pela Universidade de São Paulo. Minha impressão é a melhor possível. As mostras retrospectivas, a parte referente à bibliographia e a que diz respeito aos machetismos de composição e de impressão, e a cooperação das principais casas editoras de São Paulo e do Rio, tudo concorreu para que, preenchendo as suas finalidades, a Primeira Exposição Nacional do Livro e das Artes Gráficas se tornasse o mais condigno dos tributos de reverência e admiração a Gutenberg, e a mais brilhante das comemorações do “Dia da Imprensa”.

Devemos accentuar, tambem, a contribuição, valiosa e indispensável da imprensa bandeirante para o êxito do empreendimento da Universidade de São Paulo. Os jornas desta capital estão em nível de equalidade, em todos os sectores, com os do Rio de Janeiro. Seus “aíndas”, na mostra do “Cine Odeon”, são atterçados eloquentes do que afirmo. E foi com traza enredo, sinceramente e confesso, que li, na Exposição, o primeiro numero do “Correio Paulistano”, o decano da imprensa de São Paulo, jornal pelo qual tenho especial predilecção”.

FINALIDADES DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Depois de outras considerações sobre o certame ante-hontem inaugurado, faz o sr. dr. Americo Facó, uma pausa. O jor-

Como elementos necessarios aos trabalhos do Dicionario da lingua nacional, foi organizada tambem, e já se acha em andamento, a publicação de varias livros da idade archaica e classica que possam servir de fonte para novos estudos, bem como algumas obras lexicographicas, quas sejam um dicionario do prof. Augusto Maque e outro de “brasileirismos” do ministro Alarico Silveira.

E a encyclopedia, cujo plano prevê a publicação inicial de dez a doze volumes, terá a collaboração de especialistas autorizados.

Tal como se acha organizado, o Instituto Nacional do Livro consta de tres secções, a saber: a da Encyclopedia e do Dicionario, a das Publicações e a de Bibliothecas. Tendo-se em consideração que essas secções formam organizações e completadas ha pouco mais de um anno, não se poderia esperar mais, nem melhor, dessas organizações que representa, desde já, uma das boas realizações do Estado novo”.

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PELO I.N.L.

“Melhor do que palavras, falam os numeros — prosegue o sr. dr. Americo Facó. Assim, vejamos o total dos livros até agora distribuidos pelo Instituto Nacional do Livro:

De setembro de 1938 a novembro de 1940, cerca de 30.000 livros, adquiridos por meio de edições do Ministerio da Educação, foram distribuidos pelas bibliothecas municipais e outras instituições nacionaes e estrangeiras. Referendo-se, especialmente, ao seu Estado, nesse periodo de tempo, registamos o seguinte movimento:

Total de livros distribuidos pelo Estado: 2.918. As Bibliothecas Municipaes de São Paulo, Biritay, Piracicaba, Rio Claro, Santos, S. Carlos, Ouratunga e Jacarehy, 809. As 112 bibliothecas em geral, 1.081. As particulares, 22. E as diversas instituições, 38.

Em 1938, distribuidos, em São Paulo, 882 volumes.

Por essas cédulas, facil á verificar-se de que vem o Instituto Nacional do Livro justificando, plenamente, a sua criação. E o apoio do governo e a certeza de virtuos cunhados, rigorosamente, as nossas obrigações, é o melhor dos premios a que poderíamos aspirar”.

Com essas palavras, despede-se o sr. dr. Americo Facó do nosso redactor, collocando-se á nossa disposição, e á dos seus amigos de São Paulo, no Hotel São Bento, onde se encontra hospedado e, na capital da Republica, no Instituto Nacional do Livro.

JURAMENTO DO NOVO PRESIDENTE FINLANDEZ

Disse o Presidente recém-eleito que a reconstrução do Estado será realizada com energia

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

A expansão das bibliotecas públicas e a distribuição de livros para o interior dos municípios brasileiros, com as respectivas quantidades, destacam-se entre as principais notícias da imprensa ao reconhecer as realizações do INL. Nesse contexto, as reportagens jornalísticas ressaltam o papel das ações publicitárias como um fator significativo para o crescimento do INL.

Exemplos desse reconhecimento podem ser observados em matérias como as publicadas no jornal *A Manhã*, que enfatiza: “o instituto nacional do livro é uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão, que mais tem vivido a publicidade” (*A Manhã*, 9 de agosto de 1941, p. 19). Desse modo, o engrandecimento do INL fundamenta-se na relação

com as bibliotecas e na criação e expansão de novas obras bibliográficas, voltadas para a “nação patriótica”, conforme frequentemente mencionado nas notícias.

Figura 8 – A manhã, 9 agosto 1941, p. 19

Livros, publicações e bibliotecas populares

O dr. Augusto Meyer, em palestra com um redator de "A Manhã", refere coisas verdadeiramente interessantes a respeito do Instituto Nacional do Livro, de que é o diretor

O Instituto Nacional do Livro, é uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão, que mais tem vivido à margem da publicidade. Há mesmo, até, entre as nossas "elites", quem lhe desconheça os verdadeiros fins e, em geral, ignora-se a sua organização. Entretanto, quem se der ao trabalho de subir ao terceiro andar da Biblioteca Nacional, ali na praça Floriano Peixoto, poderá verificar que um grupo de rapazes ilustrados e competíssimos se entregam de corpo e alma a uma tarefa que reputamos de maior seriedade para a vida da inteligência da nossa pátria e de incalculável alcance para a formação mental da nossa juventude. O I. N. L. existe desde dezembro de 1937, por decreto governamental e à sua frente foi colocada, para dirigi-lo, uma das cerebros da moderna geração de escritores — Augusto Meyer — de notável aptidão criadora, sob o duplo aspecto material e espiritual, e que já enriqueceu a nossa literatura com numerosas obras de poesia, crítica, sociológica, etc.

O labor silencioso mas construtivo daquele departamento do nosso mundo educacional, de que possuíamos as melhores notícias, induziu-nos a procurar o seu dirigente e ouvi-lo a respeito das atividades e do que pretende desenvolver para o futuro. Fomos surpreendê-lo em plena tarefa, cercado de interessantíssimos documentos, a examinar estatísticas, a estudar relatórios e a coleccionar cifras. O sr. Augusto Meyer entra pela noite adentro, colado à sua banca, na ânsia de resolver o mais depressa possível os problemas que tem em vista.

O QUE É O I. N. L.

Por último, temos a Secção das Bibliotecas, em cuja tarefa de ampliação e disseminação se empenha com patriótico ardor, neste momento, o sr. Augusto Meyer. Ela atirou-se a esta realização com singular senso de objetividade e vislumbrou desde logo o seu alcance social.

Por isso, a secção das Bibliotecas incentiva a fundação e auxilia a manutenção de bibliotecas em todo o território nacional e a criação de bibliotecas populares, especialmente nas sedes dos municípios, promove o registro das bibliotecas públicas e privadas, subordinadas a repartições oficiais ou mantidas por associações particulares, para o devido controle da subvenção e assistência técnica do Instituto, entretendo com as mesmas correspondência permanente, concede subvenção por meio da doação regular de livros especialmente adquiridos, de publicações oficiais às bibliotecas públicas registradas e doação de publicações oficiais às bibliotecas privadas e fornece-lhe assistência técnica permanente, por meio da correspondência regular ou de publicações técnicas e criando simultaneamente um serviço de inspecção regional.

ASPECTOS E CONDIÇÕES DAS BIBLIOTECAS DO PAÍS

Pela primeira vez, entre nós, um orção de publicidade retraca, com tanta amplitude, o panorama do I. N. L. Assim, desejamos também que o sr. Augusto Meyer concedesse a "A MANHÃ" a primazia de algumas informações concretas a respeito dos serviços relativos às bibliotecas.

Com a gentileza que o caracteriza, o crítico de Machado de Assis pôs-se à nossa vontade:

— Afim de conhecer os diferentes aspectos e condições das bibliotecas do país — principiou o sr. Augusto

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

Nesse contexto, a notícia veiculada pelo jornal *Correio da Manhã* destaca que o interesse pelos livros é compartilhado por todos os brasileiros, afirmando que “não é só o jornal que se pede emprestado na roça; os livros também. [...] verifica-se que há verdadeira fome de leitura em todos os municípios do Brasil.” (*Correio da Manhã*, 16 de junho de 1943, p. 4).

Esse pequeno trecho ilustra, de forma poética, como cada jornal reportava as atividades do INL. Pela regularidade com que era mencionado, observa-se que os jornais enfatizavam e reconheciam o papel do INL na promoção e expansão de bibliotecas e na circulação de livros em todo o território nacional.

Conforme descrito no jornal, as notícias eram apresentadas por meio de pequenas notas informativas, que divulgavam a quantidade de obras distribuídas para diversas regiões do território nacional, incluindo pequenos municípios contemplados nas ações.

Em alguns casos, as publicações também traziam reportagens de destaque sobre o INL, acompanhadas de fotografias que retratavam a rotina do instituto ou apresentavam entrevistas com autoridades representativas do INL, abordando suas iniciativas.

A (Figura 9) enfatiza o compromisso do INL em atender ao desejo popular de acesso aos livros, destacando a distribuição gratuita de 215 mil volumes destinados ao interior dos municípios. A imagem mostra duas funcionárias do INL organizando fichas catalográficas na seção de bibliotecas, simbolizando o empenho do instituto em facilitar o acesso à leitura.

Figura 9 – Correio da Manhã, 16 junho de 1943, p. 4



Funcionárias do Instituto Nacional do Livro manuseando fichas na Seção das Bibliotecas, que expede livros às bibliotecas no interior do país

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

Conforme apresentado na (Figura 10) a seguir, extraída do jornal *A Manhã* (RJ), de 9 de agosto de 1941, a notícia destaca uma entrevista de Augusto Meyer a uma redatora do referido periódico, na qual ele comenta aspectos “verdadeiramente interessantes a respeito do Instituto Nacional do Livro, do qual é o diretor” (*A Manhã*, 9 de agosto de 1941, p. 19).

Na entrevista, enfatiza-se a relevância da bibliografia brasileira para o desenvolvimento da vida intelectual do país, com destaque para as obras de autores como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu e Manuel Antônio de Almeida.

Figura 10 – A manhã (RJ), 28 de março de 1943, p. 3

O que o Instituto Nacional do Livro já realizou pela cultura brasileira

DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA — OBRAS POPULARES E DE CARÁTER DOCUMENTAL — FALA A "A MANHÃ", O SENHOR AUGUSTO MEYER

NINGUÉM DESCONHECE A VALIOSA CONTRIBUIÇÃO que vem sendo proporcionada à cultura brasileira pelo Instituto Nacional do Livro, cuja atuação tem sido altamente proveitosa. A difusão do livro, o enriquecimento bibliográfico das bibliotecas e das estantes particulares tem sido feito, pelo Instituto, de maneira silenciosa, mas segura e eficiente. O seu largo programa de realizações vem sendo cumprido rigorosamente dentro dos planos traçados, ano após ano, num esforço construído, digno da maior admiração. O quadro de sua produção em 1942, por exemplo, é demais expressivo, razão pela qual nos obalgamos a ouvir o diretor da modelar organização, o sr. Augusto Meyer, antigo diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, e figura de grande destaque na moderna pereção. Não se demorou o sr. Augusto Meyer a atender-nos, assim falando à nossa redação:



O dr. Augusto Meyer quando falava à nossa redação

A . BIBLIOGRAFIA . BRASILEIRA

Desde o início de suas atividades, em meados de 1939, — disse o dr. Augusto Meyer — o Instituto Nacional do Livro, por intermédio de sua seção de Publicações, procurou res- lizar um programa de obras de ca- rater sobretudo bibliográfico, preen- chendo desse modo, uma lacuna sen- sível em nossa vida intelectual. En- tre os trabalhos que publicou nesse

de Carlos Rubens e a da "Dominação Holandesa no Brasil" de José Ho- norio Rodrigues. A partir do ano pas- sado, a Seção de Publicações, dotada para esse fim de maiores recursos, pode ampliar consideravelmente seu programa, de modo a abranger ao lado das bibliografias, diversas outras obras de grande valor cultural. Um dos resultados dessa orientação foi a publicação do 1.º e 4.º volumes da monumental "História da Companhia

modo e que se venderão a preço mód- co — 3 ou 4 cruzeiros no máximo — essa coleção tem a ambição de forne- cer a um público numeroso um ver- dadeiro instrumento de cultura. Sem aparato crítico, os textos da coleção tem, não obstante, verdadeiro cunho documental, pois embora adaptados à moderna ortografia, são organizados de acordo com edições autorizadas. Pela necessidade de uma ordenação sistemática, preparou-se inicialmente

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

O diretor Augusto Meyer destaca a iniciativa de estabelecer bibliotecas populares brasileiras como uma resposta à necessidade e à aspiração de oferecer a um público amplo o acesso a livros que constituem um verdadeiro instrumento de cultura, além de refletirem fielmente o desenvolvimento da literatura brasileira desde o período colonial.

Assim, o jornal informa que:

Ninguém desconhece a valiosa contribuição que vem sendo proporcionada à cultura brasileira pelo Instituto Nacional do Livro, cuja atividade em relação ao meio editorial não tem parado de expandir-se. O enriquecimento bibliográfico das bibliotecas e as tentativas particulares nesse sentido pelo Instituto, especialmente desde 1939, atingem hoje uma fase de importância nacional, enquanto muitos dos próprios autores brasileiros revelam-se, ao mesmo tempo, como organizadores de grandes obras em colaboração. É disso um exemplo o trabalho bibliográfico desenvolvido em 1942, por exemplo, à maneira expressiva, razão pela qual nos adiantamos a ouvir o diretor da moderna repartição, o Dr. Augusto Meyer, antigo diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, e figura de grande destaque na moderna imprensa. Não se demorou o sr. Augusto Meyer a atender-nos, assim falando à nossa redação. (A manhã, 23 março, 1943, p. 3).

Um trecho publicado no jornal *A Manhã* em 1943, na coluna “A Bibliografia Brasileira” assinada por Augusto Meyer, então diretor do INL, apresenta uma perspectiva idealista e nacionalista.

Na retórica utilizada por Meyer, ele ressalta o valor das obras publicadas pelo INL, destacando autores e textos específicos — entre eles, as contribuições de Carlos Rubens e José Honório Rodrigues — que ilustram o papel do Instituto na preservação da história literária do Brasil e na promoção de estudos que abordam temas de relevância histórica e cultural, como exemplificado pela obra *Dominação Holandesa no Brasil*.

Nesse contexto, Meyer apresenta o INL como uma instituição de vanguarda na organização e valorização da produção literária nacional, desempenhando o papel de agente cultural que promove uma narrativa de progresso e desenvolvimento no campo da cultura brasileira.

Ele descreve: “Desde sua fundação em 1939, o Instituto é comprometido com a estruturação e enriquecimento da bibliografia brasileira” (*A Manhã*, 23 de março de 1943, p. 3). Assim, vem construindo em sua retórica a imagem do INL como um ator central na promoção da identidade e integração cultural no Brasil, dedicado à preservação e disseminação do patrimônio literário

Figura 11 – A noite, 10 setembro de 1944, p. 3

A CULTURA AO ALCANCE DO POVO

O que tem sido feito pelo Instituto Nacional do Livro — Fornecendo livros gratuitamente às bibliotecas públicas — São Paulo conta com 577 das 2.452 bibliotecas registradas — Trinta anos colecionando material para um dicionário popular brasileiro — Preparando o dicionário da língua nacional, verdadeiro monumento e repositório total do idioma falado por brasileiros e portugueses

ESCOTEIROS DA CENTRAL DO BRASIL ACAMPADOS NA QUINTA DA BOA VISTA

PUBLICAMOS na parte em rotogravura desta edição uma reportagem ilustrada sobre o acampamento dos escoteiros da Central do Brasil, os quais em número considerável, abrilhantaram com sua presença os festejos da “Semana da Pátria”, tendo desfilado com garbo impecável na grande “Parada da Juventude” que foi, sem dúvida, um dos mais belos espetáculos cívicos já realizado nesta capital.

Os escoteiros da Central do Brasil, cujo número cresce dia a dia, têm merecido cuidados especiais do major Alencastro Guimarães que por eles se interessa de maneira verdadeiramente paternal, seguindo assim, à risca, a política social e devéras construtiva do Presidente Vargas.

O espetáculo que, mais uma vez, presenciámos ontem na Quinta da Boa Vista, onde os jovens escoteiros da Central do Brasil foram passados em revista pelo diretor da Estrada, bem como pelos representantes dos ministros da Guerra, da Aeronáutica e da Educação, vendo-se presentes também à bela parada o professor Melo e Souza, da União Brasileira de Escoteiros, jornalistas e outras pessoas gradas, deu-nos uma prova evidente de que a família escoteira da E. F. C. B. é já agora um dos maiores motivos de orgulho para a atual administração da nossa principal rede ferroviária.

O professor Augusto Meyer prestando informações a NOITE

TRAJES DE COSEMIDO

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional, 2024.

A (Figura 11) ilustra o diretor do INL, Augusto Meyer, em um momento histórico significativo ocorrido em 1943, durante o qual são fornecidas informações ao redator do jornal *A Noite* sobre as atividades realizadas pelo INL. Destacam-se, entre essas atividades, a distribuição gratuita de livros para bibliotecas públicas e os esforços empreendidos ao longo de 30 anos para a elaboração de um dicionário popular brasileiro.

A cultura para o alcance do povo, foi uma das principais motivações quando se trata da política do INL. A facilitação da leitura para todos, visibiliza o intuito do engrandecimento nacional, por meio das obras bibliográficas. Essa difusão não apenas pelas bibliotecas públicas, mas também visando o barateamento do livro.

Enquanto a imprensa, em colaboração com o INL, organizava o plano de divulgação, o Instituto, inserido em uma estrutura administrativa e organizacional vinculada ao governo do Estado Novo, estabelecia normas rigorosas para a produção e disseminação do conhecimento. Esse processo incluía a publicação de documentos bibliográficos oficiais, cuja função estava alinhada com as diretrizes de um Estado burocrático, ao oferecer subsídios para decisões governamentais (Gugliotta; González de Gomes; Fonseca, 2017).

Essas publicações, portanto, atuavam como instrumentos estratégicos na construção de uma narrativa oficial, contribuindo para a legitimação e promoção dos objetivos ideológicos do Estado. A finalidade desses documentos ultrapassava a simples disseminação de conhecimento, consolidando-se como um mecanismo de fortalecimento do controle estatal e de formação de uma memória institucional projetada para servir aos interesses políticos vigentes.

Dessa forma, criou-se o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB) que foi dividido em duas partes. A primeira referia-se às duas categorias de deveres estabilizadores de seu equilíbrio, a saber: 1) Orientação Constitucional Brasileira; 2) Orientação Nacional Brasileira. A orientação do plano sustentava que a educação, enquanto ideal humano individual, reflete o homem e o ideal humano coletivo – o organismo social que espelha o povo. Por essa razão, defendia-se a inseparabilidade entre pedagogia e política, como abordado:

Estado e cultura respondem a um mesmo problema humano, portanto, social. É notável a influência dos grandes escritores sobre o espírito das massas populares e da mocidade acadêmica, amplamente sentida pela História e pela organização política e social. E esta correlação da obra constitucional e educativa revela a necessidade de controle de todos os livros escritos para o Brasil (Brasil, 1938d, p. 1-2).

Considerando o potencial do pensamento contido nos livros e, conforme o plano constitucional, a educação deveria estar alinhada com a política da época, um dos objetivos

delineados para o INL era prevenir que os escritores transmitissem ao povo concepções falsas da vida, filosofias equivocadas para o espírito e uma educação falsa para o caráter. Esses sentimentos, considerados desconexos, falsos e suficientemente robustos para perturbar o desenvolvimento das “ideias sadias”, eram um foco de atenção.

Portanto, a orientação constitucional brasileira esclarecia que os livros deveriam ser voltados para um ideal coletivo, visando aperfeiçoar o dinamismo nacional e promover a glória do organismo político. De acordo com Oliveira, Castro e Silva (2021), as leituras devem proporcionar suaves tendências espirituais e ideais mais nobres.

Conforme destacado em Brasil (1938d, p. 3), “o instituto dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais, para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, dos ideais mais nobres”. Nesse sentido, o INL estava comprometido em elaborar um plano para que o público consumisse essas “ideias sadias” por meio da divulgação de obras bibliográficas.

Quanto à orientação nacional brasileira, os ideais de linguagem e palavra eram centrais. Segundo o plano, é o manejo da linguagem que forma uma união indissolúvel para a promoção do espírito da raça, a coesão dos filhos da pátria e a preservação das tradições. Conforme Brasil (1938, p. 2), “[...] o cultivo da linguagem deve trazer singeleza na forma, doçura no falar, harmonia na ideia, suavidade no gesto, canção na prosa, encantamento conjunto.”. O amor à língua é enfatizado quando ela é utilizada segundo as diretrizes, alinhada aos ideais da nação. Na abordagem da orientação nacional, a língua brasileira não é verdadeiramente amada se não estiver integrada ao mesmo espírito.

- 1) cuidar, em geral, da divulgação dos livros brasileiros, o que é inerente a sua própria finalidade
- 2) cuidar da orientação constitucional do livro brasileiro, através do conteúdo das obras –o que lhe é pedido pela nação
- 3) cuidar da nacionalização das obras brasileiras, através da linguagem, como orientação social (Brasil, 1938, p. 3).

No âmbito da divulgação da literatura brasileira, promoveu-se a premissa de que os livros deveriam ser acessíveis a todas as classes sociais, adaptando-se à linguagem específica para os distintos públicos-alvo, abrangendo desde estudantes até operários e outros profissionais. Essa abordagem contemplava igualmente a diversidade de temáticas que poderiam ser abordadas, tais como folclore brasileiro, história, artes, ciências e educação em suas várias facetas, além de temas cívicos, políticos nacionais, entre outros (Brasil, 1938).

A orientação constitucional relativa ao livro brasileiro delineia o propósito educacional intrínseco à obra, sublinhando a necessidade de seu controle a fim de evitar sua utilização como uma influência prejudicial na sociedade. Nesse contexto, fundamenta-se a premissa de que os escritores exercem uma influência notável na educação do povo, sendo essa influência amplamente percebida ao longo da história e na organização política e social, como indicado por fontes da época (Brasil, 1938). Este argumento justifica a inclusão dos livros no escopo de uma política educacional, com o intuito de impedir que os escritores disseminem concepções distorcidas da vida, filosofias ilusórias para o espírito e uma educação falsa para o caráter. A correlação entre a obra constitucional e educativa evidencia a necessidade de controle sobre todas as obras literárias destinadas ao Brasil (Brasil, 1938).

No que tange à nacionalização das obras brasileiras, especialmente através da linguagem como orientação social, a pesquisa examinou documentos da época para compreender a concepção de nacionalismo naquele contexto. Uma carta dirigida a Gustavo Capanema sugere que o nacionalismo, “entendido como o patriotismo em forma de combate, surge sempre que os valores nacionais estão ameaçados, incluindo o domínio estrangeiro sobre determinados interesses nacionais relacionados aos livros” (Notas..., 1939, p. 2).

Para disseminar esses ideais de maneira abrangente na sociedade e alcançar os efeitos desejados, foi necessário estabelecer um coletivo denominado Plano de Publicidade Coletiva (Brasil, 1938), que envolvia a colaboração entre o Ministério da Educação e Saúde, o INL e diversos agentes da indústria editorial, como editores, livrarias, secretarias de educação estaduais, comissões de literatura infantil, teatro nacional, papelarias, tipografias e imprensa. O propósito desse plano era orientar a população para o amor à leitura e incentivar a juventude a estudar livros (Brasil, 1938).

Assim, o INL tinha como objetivo primordial cumprir sua missão em prol dos “nobres espíritos”, promovendo a divulgação de obras literárias, artísticas e científicas. Dentre as publicações, destacavam-se as obras históricas e, notadamente, as de cunho didático, incluindo cartilhas infantojuvenis, que abordavam explicitamente o despertar do nacionalismo ou a figura de Vargas. Para garantir a disseminação dessas obras, o INL empregou estratégias de publicidade visando instilar na sociedade os ideais cívicos nacionalistas do Estado Novo.

Para seguir o ideal do INL, que conforme Brasil (1938d, p. 3) consistia em conduzir “[...] os brasileiros a leituras de suaves tendências espirituais, para a serenidade psíquica, o

controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, dos ideais mais nobres”. Tornou-se necessário as relações institucionais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por meio do regulamentada pelo Decreto-Lei no 1.915, de 27 de setembro de 1939, tinha como objetivo de fiscalizar conteúdos informativos e comunicativos, para fim de proteger a imagem das instituições e do governo, bem como a imagem de Getúlio Vargas e propagar os feitos do governo nas mídias, utilizando a propaganda, nos meios de comunicação e informação, como as estações de rádio, a imprensa, a música, o cinema, o teatro e, até mesmo, as expressões intelectuais, como livros, periódicos (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

Nesse sentido o DIP se estabeleceu como órgão:

Diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste regimento (Decreto-Lei Nº 1.915 de 27 setembro 1939, p. 1).

Desta forma, o projeto político-educativo tinha como expansão utilizar os meios de duas instituições que se relacionavam: o INL atentava-se ao plano de construir conteúdo educacional e cultural, o DIP em fiscalizar e promover os feitos e gerar influência social, por meio de divulgações nos meios mídia de massa.

O primeiro tinha por objetivo promover, em todo o país, os serviços destinados ao desenvolvimento integral da personalidade humana, incluindo-se a abrangência das atividades concernentes ao conteúdo bibliográfico e ao tratamento dos assuntos relativos ao preparo do espírito e ao seu contínuo aprimoramento. O segundo visava fiscalizar as obras culturais e intelectuais nacionais para fomentar o populismo e fiscalizar os diversos meios de informação em nome da honra e da moral brasileira.

Assim, a política do Estado Novo, em virtude de sua íntima conexão com variadas estratégias de campanhas políticas voltadas para a promoção da orientação, evidenciou a instrumentalização e aplicação da documentação como instrumento orientador na definição do que deveria ser concebido, estruturado e direcionado, além de ser veículo de divulgação junto ao público.

Para que a divulgação pudesse ser feita de maneira formal e rápida, os periódicos desempenharam papel significativo no plano de divulgação tanto das obras bibliográficas,

quanto da importância do INL, tornando-se suporte de apoio que consta riqueza de discurso, no qual se pode perceber o empenho de elevação da propaganda política.

No Estado Novo, os jornais diários desempenharam uma função determinante como arena para o desenvolvimento e a articulação das atividades políticas. Por meio de uma cobertura extensa e minuciosa dos eventos políticos, esses periódicos não apenas proviam informações à população, mas também exerciam uma influência ativa na formação da opinião pública e na configuração da percepção coletiva sobre os assuntos políticos relevantes daquela época.

Ao proceder à análise dos jornais: *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *A Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Diário Carioca*, *A Batalha*, *O Jornal*, no período compreendido entre 1938 e 1945, deparamo-nos com uma sucessão contínua de informações e discurso que incorporavam concisos relatos, editoriais de profundidade e manchetes proeminentes na capa principal, imersas na trama quotidiana dessas publicações. Notavelmente, nas realizações do INL, solidificando, assim, os jornais como veículos impulsionadores da narrativa estatal e disseminadores das conquistas do INL junto ao seu público leitor.

O PNDOB atribuía importância à própria publicidade do seu plano. O interesse a ela associado surgia organicamente e, subsequente a isso, desenvolviam-se modalidades mais abrangentes de divulgação, conforme evidenciado em Brasil (1938g), que afirma: “[...] a publicidade será ativa em volta da nacionalização de livros, pelo aperfeiçoamento de nossa linguagem e em volta da sua constitucionalização, pelo sentido brasileiro dos livros.” (Brasil, 1938g, p. 1). O plano foi dividido em sete seções: a) realizações preliminares; b) objetivo educacional do livro; c) matéria de divulgação; d) inquéritos diversos; e) colaboração alheia; f) publicidade geral; g) publicidade especial; h) controle.

Os primeiros estágios dessa atividade indicaram a necessidade de promover a divulgação do INL centrada no livro. Este imperativo compreende a divulgação de informação sobre o INL por meio de plataformas diversas, incluindo rádio, imprensa, cinema e em associações, tanto oficiais quanto privadas, dedicadas à educação e à cultura, que “[...] orienta um plano de publicidade coletiva em torno do livro, com exposição futura de resultados estatísticos e obras.” (Brasil, 1938g).

Os jornais, configuraram-se espaços fundamentais no contexto do movimento político do Estado Novo, veiculavam discursos meticulosamente elaborados para contribuir ao desenvolvimento político do referido Estado. A análise dos jornais no período compreendido entre 1938 e 1945 revela a presença constante de notícias que englobavam breves informes, editoriais e manchetes em destaque na capa, inserindo diariamente os leitores na esfera dos acontecimentos. Destaca-se, de maneira notável, a ênfase nas realizações do INL, consolidando, assim, os jornais como instrumentos propulsores da narrativa estatal e agentes difusores das conquistas do INL entre seu público leitor.

4.3 Movimento Bibliográfico

No contexto europeu, em torno de 1900, observa-se uma significativa transformação no campo da informação científica, impulsionada pela ativa participação dos profissionais denominados “novos portadores da informação”, tais como bibliotecários, bibliógrafos, documentalistas e arquivistas. Nesse período, acreditava-se nos ideais de “racionalidade, planejamento, padronização, mecanização, no valor do método científico e no ideal – se não inevitabilidade – do progresso científico e social” (Rayward, 2008, p. 12). Sobretudo na reconstrução do sistema acadêmico de publicação; a redefinição de papéis, práticas e arranjos de bibliotecas e museus com relação à coleção, acumulação, exibição, armazenamento e recuperação de seus artefatos ‘informativos’; a criação de redes ‘documentárias’ mundiais; e o desenvolvimento colaborativo de repositórios de dados ‘científicos’ (Rayward, 2008, p. 11).

Nesse período de transformações no conhecimento e na organização do trabalho, observa-se um conflito entre os bibliotecários tradicionais, que valorizavam acervos gerais com uma abordagem patrimonialista, educativa e universalista, e os documentalistas, cujo foco era o tratamento e disponibilização de documentação especializada e científica, influenciados pela tradição bibliográfica (Wolledge, 1983). Estes profissionais, provenientes de diversas áreas do conhecimento, atuavam em centros de documentação e desempenhavam um papel central na dinâmica entre biblioteconomia e documentação, conforme destacado por Meyriat (2006).

Os profissionais envolvidos no chamado Movimento Bibliográfico, que incluía cientistas, pesquisadores, bibliotecários e bibliógrafos, concentraram seus esforços na organização da explosão de informações resultante da industrialização, visando tornar a informação acessível e utilizável (Santos, 2006). Segundo Santos (2006), Otlet foi um dos

pioneiros do movimento bibliográfico e para a Ciência da Informação, com um foco específico no Princípio Monográfico, o que situa seu trabalho dentro do panorama mais abrangente do Movimento Bibliográfico Europeu.

A elaboração do Princípio Monográfico, que representa um dos pilares fundamentais da Documentação, resultou de um diálogo profundo com os integrantes do Movimento Bibliográfico Europeu. Pesquisadores em história da Ciência da Informação estão atualmente investigando essa interação e suas implicações. Santos (2006) menciona as conexões entre o IIB e a Die Brücke - A Ponte, uma instituição dedicada à organização do trabalho intelectual.

Thomas Hapke, bibliotecário da Technical University Hamburg-Harburg, e Takashi Satoh, professor da University of Library and Information Science, Yatabe-machi, Ibarakiken, no Japão, exploraram o papel de Ostwald no Movimento Bibliográfico. Essa abordagem evidencia a importância da colaboração entre os membros do movimento e destaca como suas interações influenciaram a formulação dos princípios fundamentais da Ciência da Informação (Santos, 2006).

Estas inovações refletem não apenas uma evolução na forma como a informação é concebida e gerenciada, mas também demonstram o impacto duradouro do movimento no campo da Ciência da Informação (Santos, 2006). Este movimento surge para atender à crescente demanda por análise e organização de documentos, resultante das revoluções técnico-científicas da transição dos séculos XIX para XX, catalisadas pelos investimentos da revolução industrial (Schneiders, 2012b).

Com o surgimento de novas áreas de pesquisa e alterações nas políticas governamentais e empresariais, verifica-se o crescimento exponencial de documentos, demandando uma organização capaz de atender à sociedade que os produz e consome. Nesse contexto, a necessidade de novas fontes de informação torna imperativa a análise e organização da diversidade documental (Schneiders, 2012a).

A mudança na terminologia dentro do campo da organização e disseminação do conhecimento estar relacionada aos avanços tecnológicos e ao progresso da ciência, resultando na ampliação e segmentação do público. Assim como a Bibliografia floresceu e se aprimorou após a invenção da imprensa, a Documentação surgiu como uma resposta inovadora às crescentes demandas por informação, aproveitando as tecnologias contemporâneas e incorporando novos métodos de tratamento e acesso à informação, adaptando-se ao contexto

de sua época. Nesse contexto, Hjørland (2024) aborda o conceito de bibliografia histórica, que explora como livros e outros documentos influenciaram e foram influenciados por contextos históricos, incluindo como eles refletem e afetam movimentos sociais, culturais e intelectuais.

Suscitando uma diversidade documental, associada a especialistas aptos a organizar diversos tipos de documentos, origina os “movimentos bibliográficos”, representando uma “unidade da diversidade documental”, conforme destacado por Schneiders (2012a, p. 36). Esse movimento transcende a limitação a um tipo específico de documento, como livros, abrangendo todos os registros físicos de informações.

No contexto europeu, o movimento bibliográfico, liderado por Paul Otlet e Henri La Fontaine, associa a universalidade documental a objetos diversos, figuras, ilustrações, partituras musicais e qualquer item com valor probatório. Otlet busca reunir e inter-relacionar todos os documentos em seus diferentes formatos, promovendo a universalidade documental vinculada a bibliotecas, museus e arquivos como partes de uma única organização documentária (Rayward, 2018, p. 14).

Os líderes do Movimento Bibliográfico Europeu reconheceram a necessidade de abordar a imensa quantidade de informação produzida em escala industrial de forma organizada e eficiente. Isso envolveu não apenas padronização, mas também racionalização, segmentação, especialização e cooperação. De acordo com Rayward (1975), Otlet defendia o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) contra críticas, destacando que não era uma obra abstrata, mas sim um instrumento. Ele o comparava a fábricas e máquinas que transformaram a indústria contemporânea, como uma forma avançada de organizar o trabalho científico em comparação com métodos do passado. Essa perspectiva enfatiza a abordagem pragmática e funcional do RBU dentro do contexto do Movimento Bibliográfico Europeu (Santos, 2006).

Esse movimento reflete a universalidade documental dos novos portadores da informação, unidos por objetivos comuns em relação à organização dos documentos, mesmo sem constituir uma ação sistematizada por um grupo coeso de pessoas trabalhando em conjunto (Mendes, 2016).

A relação entre as instituições disciplinares do Estado Novo e as práticas intelectuais, autores e suas obras, visa promover a coesão nacional. Este fenômeno desencadeia um movimento intelectual voltado para a produção e ampla divulgação de obras bibliográficas com

teor nacionalista, as quais são disseminadas nos principais meios de informação nacional no Brasil.

A influência do movimento bibliográfico também alcança o Brasil durante o estado novo, como evidenciado pela denominação da seção “movimento bibliográfico” na revista CP, iniciada em março de 1941 e organizada por Antônio Simões dos Reis. Neste contexto, este organizador de informação é selecionado devido à sua trajetória e especialização em organização de bibliografias no Brasil (Reis, 1941).

No contexto brasileiro, o movimento bibliográfico durante o Estado Novo pode ser compreendido como a implementação de um plano de divulgação em massa das obras bibliográficas nacionais que se diferencia do movimento bibliográfico europeu, isto porque o movimento bibliográfico brasileiro envolve a produção de livros alinhados ao “espírito nacional”, sendo esses divulgados mensalmente na revista Cultura Política, uma publicação mensal de estudos brasileiros (Reis, 1941).

Denominado movimento bibliográfico, essa iniciativa consiste na ampla divulgação mensal na revista oficial do Estado Novo, “Cultura Política (CP) - uma revista mensal de estudos brasileiros, com circulação nacional. Desta forma, a revista se torna um reflexo da atividade bibliográfica brasileira em todas as esferas da atividade intelectual” (Reis, 1941, p. 287).

À medida que especialistas emergem para criar obras destinadas a diversos públicos, o governo adota medidas para organizar e divulgar autores, suas obras e editoras que contribuem para a unidade nacional.

O movimento bibliográfico projeta as obras e age por meio de uma relação com os criadores enquadrados dos conteúdos bibliográficos. Nesse sentido, estes buscam ter seus nomes divulgados na periodicidade da revista, ajustando-se às novas diretrizes da política cultural do governo em relação à linguagem livresca.

Ao analisar as obras bibliográficas com o planejamento do INL, presume-se que o movimento bibliográfico durante o Estado Novo no Brasil pode ser compreendido como a prática do plano de divulgação em massa das obras bibliográficas brasileiras. Nesse sentido, esse movimento reúne obras conforme as diretrizes do “espírito do tempo”.

A complexidade do movimento bibliográfico durante o Estado Novo no Brasil se revela de forma significativa, sobretudo ao ressaltar sua finalidade primordial de selecionar e recomendar, por meio da revista *Cultura Política* (CP), as obras e editoras que mais se alinhavam com as ideias do regime. Esse processo não apenas denota a tentativa de moldar a produção intelectual segundo a ideologia governamental, mas também destaca o papel estratégico da revista como um instrumento para difundir essa influência ideológica em todas as esferas intelectuais que consomem suas páginas (Reis, 1941,).

A colaboração das editoras nesse movimento sublinha a importância de parcerias entre o setor público e privado na promoção das obras desejadas pelo estado novo. A existência de um plano geral de divulgação evidencia uma abordagem coordenada para orientar a produção bibliográfica conforme os princípios estabelecidos pelo governo. A sincronia entre órgãos como o INL e o DIP foi importante para assegurar que as bibliografias sigam uma ordem nacional de divulgação.

A atuação do DIP como órgão fiscalizador, direcionando o que pode ser publicado e divulgado, destaca o controle exercido pelo governo sobre o conteúdo intelectual produzido durante esse período. Em contrapartida, o INL busca produzir livros que abranjam diversos campos intelectuais, indicando uma tentativa de equilibrar a conformidade ideológica com a diversidade de conteúdo.

Portanto, o movimento bibliográfico não apenas buscava alinhar a produção de conhecimento às ideias do Estado Novo, mas também como este processo envolvia uma coordenação estratégica entre diferentes entidades, evidenciando a interseção entre cultura, política e produção intelectual durante esse período histórico específico (Reis, 1941).

A seção “movimento bibliográfico” da CP cumpre seu papel de selecionar e indicar aos leitores os livros e editoras que melhor correspondem às ideias estado-novista. Do nosso ponto de vista, a responsabilidade do movimento e da revista era não apenas de apresentar obras bibliográficas, mas também de fazer uma seleção criteriosa, direcionando os leitores para aquelas que estavam alinhadas com as ideias e princípios do Estado Novo.

Isso revela a influência ideológica exercida pelo governo na produção e divulgação de determinadas obras, reforçando a importância do controle estatal sobre a produção e a circulação de conhecimento durante esse período histórico. A seleção cuidadosa de livros e editoras, segundo as diretrizes estado-novista, indica uma estratégia de usar a cultura e a

produção intelectual como ferramentas para moldar a ideologia e os valores da sociedade da época.

Além disso, a revista CP ocupava uma função estratégica na formação da opinião pública, direcionando os leitores a consumirem conteúdo alinhado com a perspectiva do governo. Isso destaca a interseção entre a esfera cultural e a política, onde a produção bibliográfica era utilizada como instrumento para a construção e propagação de uma identidade nacional específica, segundo as orientações do Estado Novo.

5 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA NO ESTADO NOVO: ELEMENTOS PARA UM GLOSSÁRIO SOBRE O INL

Esta seção apresenta os resultados e discussões de elementos para a construção de um glossário sobre o tema desta investigação que visa desvelar a influência das estratégias discursivas e ideológicas promulgadas durante o Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas, no processo de formação da opinião pública e na consolidação da legitimidade do regime. Dessa forma, os resultados das análises seguem uma abordagem que considera a relação entre discurso e poder, analisando como o discurso é utilizado para construir e reproduzir ideologias por meio de termos.

Dessa forma, aplica-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) aos descritores selecionados, considerando os seguintes elementos: contexto — refere-se ao cenário histórico e social em que os discursos são produzidos; retórica — examina as estratégias linguísticas empregadas para persuadir e influenciar a audiência; legitimação — refere-se à forma como ideias e ações são justificadas e legitimadas; representação — analisa como certos grupos, ideologias e conceitos são apresentados; polarização — refere-se à construção de uma lógica de “nós versus eles”, destacando as diferenças entre grupos ou ideias.

Além disso, a análise crítica do discurso dessas categorias proporciona uma compreensão aprofundada sobre as táticas retóricas utilizadas pelo governo Vargas para legitimar e justificar sua agenda política. Este exame revela como a propaganda oficial do Estado Novo procurou naturalizar a ideologia autoritária e a centralização do poder, associando ambas diretamente ao progresso nacional e à unidade coletiva. Essa associação estratégica entre autoritarismo e progresso foi instrumental na construção de uma narrativa coesa, que alinhava os interesses do regime aos objetivos do desenvolvimento e organização social.

Ainda mais, a interseção entre as perspectivas interpretativas do passado e do presente revela as tentativas sistemáticas do Estado Novo de suprimir críticas e marginalizar perspectivas dissidentes, reforçando uma narrativa única que buscava legitimar as ações do governo. Esse processo dialógico entre horizontes temporais e ideológicos distintos expõe os preconceitos que influenciaram a percepção pública, ao mesmo tempo que desvenda as intenções subjacentes às estratégias ideológicas que sustentaram a autoridade incontestável de Vargas.

Na Análise Crítica do Discurso (ACD), examina-se o termo democracia autoritária considerando *contexto, retórica e legitimação*, bem como *representação e polarização*. Quanto ao *contexto*, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desempenhou um papel fundamental na propaganda oficial, promovendo os valores do regime e buscando legitimar suas ações e ideologias. O termo de democracia autoritária foi usado para justificar a concentração de poder e a repressão política. Durante a festa de educação da juventude brasileira, discutiu-se sobre a organização política do Brasil a partir das diretrizes na educação e cultura. “O Estado Novo, como já foi muito bem definido, é uma democracia autoritária. Apresenta a forma necessária de concentração da autoridade governamental disciplinador e coordenador.” (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941, p. 19).

Na *retórica e legitimação*, há uma contradição aparente ao combinar os conceitos de democracia e autoritarismo, tradicionalmente considerados antitéticos. Tal combinação resulta na formulação de uma democracia autoritária, expressão paradoxal que busca atenuar a percepção pública acerca das práticas autoritárias do regime. O termo “democracia autoritária” enquadra o governo Vargas como um poder moderado, que busca alcançar um equilíbrio entre disciplina e coordenação. A concentração de autoridade na época tornou-se necessária, fornecendo uma justificativa moral e pragmática para as políticas autoritárias do governo. A necessidade é apresentada como uma consequência lógica das exigências de disciplina e coordenação.

A *representação e polarização* se manifestam como estratégias discursivas que procuram naturalizar a ideologia autoritária do Estado Novo. A linguagem foi elaborada de forma a retratar o regime de Vargas como uma força estabilizadora, que centraliza o poder com o intuito de promover disciplina e coordenação, sugerindo que a alternativa, uma democracia liberal, culminaria em caos. O discurso estabelece uma polarização entre um autoritarismo disciplinador e um suposto cenário de desordem, no qual a concentração de poder é apresentada como a única solução viável. A oposição implícita entre ordem (o regime) e desordem (as alternativas) marginaliza outras formas de governo e relega perspectivas críticas ao ostracismo. Usando expressões como democracia autoritária, o governo procurou associar a imagem do regime com valores positivos enquanto minimizava os aspectos repressivos de sua governança.

Outro termo relevante no *contexto* da estrutura política refere-se à “Mentalidade Nacional Brasileira”. Nos trechos analisados, observa-se que a criação de uma mentalidade nacional era utilizada como estratégia para construir uma narrativa que sustentasse um projeto

político de desenvolvimento e controle social. Essa construção visava consolidar uma identidade nacional unificada que alinhasse os cidadãos aos objetivos do Estado.

Considerando que, dadas as condições de nosso país, cabe ao Estado Brasileiro promover a defesa da cultura brasileira e cooperar, por meio dele, na criação de uma mentalidade nacional, apropriada à realização plena de nosso destino histórico. (Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 59).

Observa-se que tal discurso é aplicado pela regulamentação do Estado Novo, cuja intenção era solucionar problemas relacionados ao fator humano no trabalho, fundamentando-se na ideia de “homem adaptado ao trabalho. Essa perspectiva reforçava a visão do Estado como agente principal na organização da sociedade e no direcionamento dos cidadãos para um propósito coletivo, em consonância com a ideologia nacionalista da época.

Nesse contexto, afirmava-se que:

Com a regulamentação do Estado Novo tornar-se-á possível a solução dos problemas relativos ao fator humano no trabalho, dado que em boa hora o Estado Novo admitiu o conceito de ‘homens adaptado ao trabalho’ e estabeleceu a seleção dos trabalhadores como um dos elementos de vantagem para o indivíduo e de engrandecimento nacional (Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 3).

A *retórica* utilizada pela estrutura política enfatiza seu papel como o responsável pela criação de uma identidade nacional, fundamentada na ideia de um destino histórico. Essa *legitimação* se constrói por meio da naturalização da intervenção estatal na cultura, posicionando o Estado como o agente legítimo de uma transformação social necessária. Tal estratégia discursiva constitui-se como uma prática comum para legitimar ações autoritárias, retratando-as como historicamente inevitáveis.

Além disso, a *representação* da “mentalidade nacional” apresenta-se de maneira inclusiva, porém sob um controle hierárquico, em que o Estado se posiciona como guardião do “fator humano no trabalho.” A *polarização* se manifesta na distinção entre aqueles que se ajustam aos padrões estabelecidos pelo Estado considerados como colaboradores para o “engrandecimento nacional” — e aqueles que não se alinham a essa ideologia, sendo vistos como obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento do país. Tal abordagem implica em uma posição de superioridade estatal na definição das normas sociais e culturais, legitimando a exclusão daqueles que não se encaixam nos parâmetros definidos pelo regime.

No *contexto*, o termo “governo patriótico” foi utilizado como uma estratégia para associar as ações do regime a valores positivos, como justiça, sinceridade e bem comum, para fortalecer a legitimidade do poder e consolidar o apoio popular. O uso de *retórica* de exaltação

é evidente nos discursos da época, em que Vargas é descrito como um governante que age com “acerto e justiça” e como um “sincero amigo das boas causas,” conforme ilustrado em documentos oficiais da época:

Não obstante as elevadas funções e benemérito do preclaro Presidente Getúlio Vargas que vem desempenhando dentro do governo patriótico, e ainda em virtude do acerto e justiça que presidem os seus atos de homem público e sincero amigo das boas causas” (Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 92).

Também, há uma ênfase na continuidade do legado Varguista, como destacado na afirmação:

Espero que o nosso exemplo se espalhe e frutifique, dando ao Brasil inteiro a segurança de que os moços de hoje saberão transmitir, íntegra e honrada, às gerações futuras o valor do governo patriótico e disciplinar que aqui o conduzem para os nobres espíritos (Ministério da Educação e Saúde, 1939, p. 100).

Observa-se que essa retórica pode não apenas elogiar a figura de Vargas, mas também promover a ideia de *legitimação* de sua liderança como um modelo a ser seguido pelas futuras gerações, difundindo uma visão idealizada do governo como guardião dos valores morais e nacionais. Se considerado em um contexto mais amplo, esse tipo de discurso pode ser associado a práticas comuns em regimes autoritários, nos quais se busca justificar suas ações e solidificar o controle político através da construção de uma imagem de um líder carismático e moralmente íntegro.

Nesse sentido, a abordagem discursiva tende a operar em uma *polarização* entre os que apoiam o “governo patriótico” e os que se opõem a ele. A juventude é frequentemente evocada como herdeira dessa ideologia, sugerindo, assim, que aqueles que não seguem o modelo proposto pelo regime são vistos como adversários dos interesses nacionais.

Essa construção discursiva pode estabelecer uma clara divisão entre o “nós” patriótico e os “outros,” na *representação* desses estes últimos como figuras em oposição aos valores considerados fundamentais para a sociedade, contribuindo, dessa forma, para a criação de uma estrutura simbólica que legitima e sustenta o poder vigente.

O termo “governo disciplinar” relaciona-se à estrutura política do Estado, encontrando-se profundamente entrelaçado com a retórica militarista que caracterizou o período do Estado Novo no Brasil. Essa perspectiva reflete uma valorização explícita da disciplina, do controle social e da subordinação coletiva aos interesses do regime. O *contexto* reforça a ideia de que a disciplina deveria se tornar uma virtude nacional predominante, uma característica a ser

incorporada por todos os cidadãos como expressão de tenacidade e força de vontade. “A grande virtude nacional neste momento histórico, deve ser uma virtude militar: a disciplina. Que os filhos da nação sigam o governo disciplinar. As circunstâncias impõem à nossa conduta o atributo dos povos fortes - a tenacidade.” (Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. 92)

Esse enfoque disciplinar se aprofunda ao destacar a necessidade de uma “labuta patriótica” movida pela disciplina, convocando todos, homens, mulheres, crianças e jovens, a trabalhar com entusiasmo pelo engrandecimento da nação, sacrificando-se em prol de um ideal coletivo. O discurso enaltece a dedicação e o sacrifício como qualidades indispensáveis ao desenvolvimento nacional, conforme ilustrado pelo trecho:

A labuta patriótica do governo disciplinar exige que os homens, mulheres, crianças e jovens trabalhem com entusiasmo para o engrandecimento da nação. Movido pela disciplina, vibrando de entusiasmos dispostos aos maiores sacrifícios por estas terras colossais (Ministério da Educação e Saúde, 1944, p. 50).

Essa *retórica*, revela-se instrumental na construção de uma narrativa que associa a obediência e a conformidade não apenas como atributos desejáveis, mas como virtudes nobres e fundamentais para o progresso do país. Desse modo, a *legitimação* do governo disciplinar foi obtida através da glorificação de valores militares, sugerindo que a adesão à disciplina torna-se válida para o êxito da “labuta patriótica” e, por consequência, para o desenvolvimento do Brasil como nação.

Além disso, a narrativa engendra uma *representação* dualista que polariza os cidadãos entre aqueles que seguem os princípios do governo disciplinar, retratados como patriotas e virtuosos, e os que se afastam dessas normas, implicitamente vistos como moralmente inferiores ou menos comprometidos com o bem-estar nacional.

Essa estratégia discursiva estabelece uma linha divisória, em que os “filhos da nação” são incentivados a alinhar-se com os valores da disciplina e do trabalho coletivo em prol do país, em oposição aos que, ao não aderirem a esses ideais, acabam sendo desqualificados moralmente. Assim, a *polarização* reforça a ideia de que a verdadeira cidadania e o patriotismo estão inextricavelmente ligados à obediência ao governo disciplinar, promovendo uma visão de sociedade em que a conformidade é determinante para a coesão e o progresso nacional.

Em relação ao termo genérico Instituto Nacional do Livro, a análise evidencia o termo relacionado “educação moral e cívica” observado a seguir, foi adotado como um instrumento para moldar a consciência dos cidadãos e alinhar os valores educacionais à ideologia

governamental. O patriotismo foi associado ao dever militar e à responsabilidade para com a pátria, naturalizando o controle estatal sobre a sociedade e promovendo o nacionalismo como uma virtude moral.

Outros termos encontrados que fazem relação como consciência patriótica e deveres militares foram reiterados pela propaganda oficial para reforçar a narrativa de que a obediência ao Estado era um dever cívico inquestionável, vinculando o conceito de patriotismo à conformidade ideológica. O DIP e o INL supervisionavam rigorosamente a disseminação de informações, garantindo que apenas ideias alinhadas à ideologia oficial fossem divulgadas, eliminando o excessivo individualismo e combatendo dissidências.

O controle estrito sobre os materiais distribuídos ao público visava moldar a percepção social, naturalizando a obediência ao Estado e retratando-a como necessária para manter a unidade e a ordem. A propaganda estatal reforçou o papel do governo como uma força unificadora, associando a obediência ao patriotismo e vinculando a educação moral ao dever militar.

Ao controlar os conteúdos educacionais e a produção cultural, o DIP e o INL asseguravam que a educação moral e cívica reforçasse o nacionalismo e a lealdade à autoridade estatal. Essa estratégia ajudou a criar uma narrativa que legitimava a concentração de poder e a repressão política, apresentando-as como ferramentas determinantes para garantir a coesão social e o progresso nacional.

Na Análise Crítica do Discurso (ACD), examina-se o termo Educação moral e cívica, considerando o *contexto, retórica e legitimação*, bem como *representação e polarização*. Quanto ao contexto, o termo educação moral e cívica foi enfatizada pelos jornais: “os grandes objetivos da educação moral, a luta contra o nosso excessivo individualismo, o desenvolvimento, na consciência de cada indivíduo, do sentimento de devoção a sua pátria.” (Gazeta de notícias, 1937, p.1). Uma visão de educação que visava suprimir a dissidência e promover a obediência ao Estado, estabelecendo o regime como uma força unificadora. O patriotismo foi usado como ferramenta para justificar políticas repressivas e assegurar a estabilidade política, ao mesmo tempo em que a educação moral e cívica servia para inculcar os valores desejados pelo governo: “a educação moral e cívica visará a formação da consciência patriótica e da noção de responsabilidade de cada indivíduo perante a pátria, inclusive quanto aos deveres militares.” (Correio da Manhã, 1940, p. 1).

Os jornais, desse modo, foram uma das estratégias fundamentais para alcançar esse objetivo foi a reforma educacional e a promoção de uma educação moral e cívica que sustentasse a ideologia do regime. O INL trabalhava juntamente com o DIP e exerciam um controle estrito sobre a divulgação de informações, garantindo que o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação estivesse alinhado aos propósitos políticos do governo.

Em relação à *retórica e legitimação* os termos educação moral, consciência patriótica e devoção à pátria evocam sentidos positivos e apelam para valores morais, que são usados para justificar a conformidade ideológica desejada pelo governo. Ao enfatizar a importância da responsabilidade e deveres militares, o discurso promove uma visão hierárquica e disciplinada da sociedade, na qual a obediência ao Estado é apresentada como uma responsabilidade inquestionável do cidadão. Desse modo, o discurso busca legitimar a educação moral e cívica, justificando-a como necessária para combater o excessivo individualismo e promover o sentimento de devoção, procurando naturalizar o nacionalismo, apresentando-o como algo inerentemente desejável e vinculando a responsabilidade individual à defesa da pátria.

No que tange a *representação* a ênfase na educação moral e cívica reflete uma forma de dominação simbólica, ao moldar a percepção dos indivíduos para que internalizem os valores promovidos pelo regime. A associação entre o dever patriótico e a obediência militar integra uma estratégia de reforço da autoridade estatal e de legitimação de suas ações repressivas. O termo “Educação moral e cívica” utilizado visava reproduzir a ideologia nacionalista do Estado Novo, ao conceber a educação como um instrumento para moldar a consciência dos cidadãos.

A promoção do nacionalismo enquanto virtude necessária contribui para a manutenção do *status quo*, legitimando o controle estatal e promovendo um senso de unidade que minimiza a dissidência. A falta de adesão aos princípios do regime indica individualismo e ausência de valores cívicos, o que estabelece uma *polarização* entre a virtude do nacionalismo e a alegada falha moral representada pelo individualismo. Tal polarização exclui outras interpretações dos deveres cívicos e reforça a narrativa dominante.

Assim, diversas iniciativas direcionadas à criação de instituições culturais e educacionais foram concebidas, sendo essas vistas como basilares ao desenvolvimento do país. O termo “Educação Nacional” aparece recorrentemente em tal *contexto*, referindo-se à responsabilidade do Estado em promover e modernizar o sistema educacional.

Nesse contexto, procurou-se fornecer ao país os instrumentos para promover o avanço da educação, conforme se observa a seguir:

O Sr. Getúlio Vargas cogitou dotar o país dos indispensáveis instrumentos de trabalho escolar. E assim criou o instituto nacional do livro, a comissão nacional do livro didático, o instituto do cinema educativo, radiodifusão educativa e reorganizou o museu nacional de belas artes. Cada qual desses serviços representam um avanço, um progresso considerável, e bem se pode dizer que a falta de tais institutos e serviços perturbava e impedia a marcha e o desenvolvimento da educação nacional (Diário Carioca, 18 maio, 1941, p. 18).

Primeiramente, esses avanços são apresentados como uma resposta direta às necessidades educacionais do Brasil, destacando uma fase de progresso que se contrasta com as deficiências do passado. Em outro trecho, afirma-se que “o ensino do Brasil no quinquênio 1932-1937 representa um esforço de pesquisa e documentação, cujo valor para os estudiosos do problema da educação nacional não precisa ser encarecido com os novos investimentos do Instituto Nacional do Livro.” (Diário Carioca, 10 janeiro, 1941, p. 6), Isso reforça a ideia de que os investimentos em instituições culturais constituíram passos significativos para o desenvolvimento nacional.

Além disso, a *retórica* utilizada caracteriza-se por uma linguagem que exalta o progresso e a modernização, posicionando as iniciativas governamentais como fundamentais para superar a carência educacional anterior. A criação de entidades como o INL é destacada como um marco de transformação no campo educacional, sublinhando-se “a importância atribuída hoje em dia, na alta administração do País, ao papel desempenhado pela iniciativa da criação do instituto nacional do livro no campo da educação nacional.” (Gazeta de notícias, 20 março, 1943).

Portanto, a construção discursiva busca promover a *legitimação* das ações do governo de Vargas, apresentando-o como agente para o progresso do país. A narrativa enfatiza a centralização das políticas educacionais como uma necessidade imperativa, argumentando-se que a ausência dessas instituições constituía um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Vargas é assim retratado como um modernizador, cujas intervenções são vistas como cruciais para conduzir o país em direção ao progresso.

A *representação* do governo nesses discursos é delineada de maneira claramente positiva, posicionando-o como o principal responsável pelas mudanças e avanços na educação. Por outro lado, essa abordagem cria uma *polarização* entre um passado de carência educacional e um presente de modernização promovido pelo Estado, sugerindo que aqueles que se opõem ou criticam as ações governamentais posicionam-se contrários ao desenvolvimento da educação

e, por extensão, ao avanço do país. Essa dicotomia reforça a percepção de que o progresso seria inevitável e indiscutível sob a liderança de Vargas, e que o apoio à centralização das políticas educacionais constituía-se válida para o futuro do Brasil.

Em continuidade, ao observar que o termo “Nacionalismo Literário” se insere em um *contexto* marcado por um esforço significativo para fortalecer a identidade nacional por meio da literatura, promovendo temas e tradições locais como formas cultural e estratégias para fomentar o patriotismo. Nesse panorama, a literatura configurou-se como um instrumento influente para reforçar valores e expressões da cultura brasileira.

Também analisando-se a *retórica* em torno do nacionalismo literário, destaca-se uma carga emocional e uma exaltação significativa, como indicado pela afirmação de que “a inteligência brasileira, um problema vital para o destino do espírito literário, encontra-se no nacionalismo literário ecos para a valorização regionalista brasileira.” (Diário de notícias, 24 de janeiro, 1943, p. 4). Tal perspectiva indica que o nacionalismo literário não se reduziu a uma forma de entretenimento, mas assumiu o papel de testemunho relevante do destino cultural do país, refletindo o comprometimento dos escritores com as questões nacionais.

Um exemplo dessa retórica encontra-se no seguinte trecho:

Sem Brasil, nenhum de nós: a existir como escritor. **O nacionalismo literário Getuliano é a melhor resposta aos escritores sem pátria.** Se, se perguntar, pois sobre a existência de um escritor em cuja obra **recolham mensagem da raça e da Pátria como testemunha da sua inquietação**, dos seus anseios e esperança nacional (A manhã, 19 abril, 1942, p. 19, grifo do autor).

Essa consideração revela que a legitimidade e a autenticidade de um autor dependem de seu alinhamento com os valores e ideais nacionalistas, como se a criação literária só fosse válida se carregasse em si uma mensagem de lealdade à nação. Além disso, evidencia-se essa ideia pelo termo nacionalismo literário que “faz, não apenas um passatempo, mas um grave testemunho do nosso destino de caminhantes efêmeros à procura do eterno.” (O jornal, 24 de novembro, 1940, p. 6).

Portanto, esse posicionamento vem reforçar a noção de que os escritores comprometidos com essa abordagem nacionalista se aliaram ao espírito e aos valores do país. De outro modo, observa-se também a criação de obras como “a Enciclopédia Brasileira” e o “Dicionário da língua nacional” é mencionada como “iniciativa para o fortalecimento do nacionalismo literário, sob a liderança do recém-criado Instituto Nacional do Livro, que se apresenta como

elemento para a consolidação desse movimento.” (Á noite, 20 de dezembro, 1937, p. 2). Tais ações são consideradas passos decisivos para a institucionalização da literatura e cultura nacionais.

O discurso em torno do nacionalismo literário constrói-se com a finalidade de *legitimação* e sua associação a uma missão histórica e à identidade nacional, enfatizando que, sem o Brasil, não se teriam escritores e, por conseguinte, torna-se imprescindível que a literatura espelhe os anseios e valores nacionais. A *representação* refere-se ao reflexo direto do espírito nacional e do compromisso com a identidade brasileira, enquanto aqueles que não compartilham dessa perspectiva são caracterizados como “sem pátria.”

Nesse contexto, demonstra-se que esse movimento funcionou como um processo de *polarização* entre os escritores que apoiam o nacionalismo literário e aqueles considerados distantes da identidade brasileira. O discurso constrói uma divisão entre o “nós” (os escritores patriotas) e “eles” (os que não compartilham desse sentimento nacionalista), promovendo uma visão dicotômica que reforça a valorização da literatura como componente constitutivo para a construção de uma nação unida e culturalmente sólida.

O termo “Política do Espírito,” empregado para descrever o *contexto* das iniciativas governamentais no Brasil, evidencia uma estratégia de controle e direcionamento da cultura e da educação sob a liderança de Getúlio Vargas. Longe de ser uma simples promoção cultural, essa política revela um projeto de construção ideológica que buscava consolidar o Estado como o grande articulador da identidade nacional.

Segundo um trecho do *Jornal do Brasil*:

Pode afirmar-me que a política do espírito, assente em bases seguras, orientada objetivamente, foi inaugurada, na República, pelo presidente Getúlio Vargas [...] incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas em todo o território nacional. Essa afirmação ressalta a visão de Vargas como um pioneiro na criação de um sistema organizado de incentivo à cultura. (*Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1942, p. 8).

Desse modo, percebe-se a tentativa de legitimar o papel estatal não apenas como promotor da cultura, mas como seu principal regulador e guardião. Nesse contexto, a *retórica* empregada é cuidadosamente construída para posicionar essa intervenção como uma inovação positiva e necessária. Termos como “bases seguras” e “orientada objetivamente” são utilizados para naturalizar uma visão centralizadora e autoritária do Estado, disfarçando o controle ideológico como uma direção benéfica e inevitável para o desenvolvimento cultural do país.

Essa estratégia de *legitimação* coloca a política do espírito como algo mais do que uma simples medida administrativa, transformando-a em um imperativo moral e nacional, em que questionar ou se opor a ela seria visto como um ataque ao progresso e à identidade coletiva.

Ao afirmar que “O Brasil, no particular da produção espiritual, por meio do livro, de algum tempo a estes dias, vai-se afirmando prolífico [...] o melhor da nossa cultura tem sido autodidático. Cultivo, por si mesmo, o próprio espírito.” (Jornal do Commercio, 1940, p. 6), o discurso desloca a noção de desenvolvimento cultural para uma perspectiva que valoriza a autoeducação e a produção literária como elementos-chave da construção de uma identidade nacional. Contudo, essa perspectiva também pode ser interpretada como uma estratégia de incentivo ao individualismo cultural, que, paradoxalmente, busca uniformizar a produção cultural sob a égide do Estado.

A *representação* da “política do espírito” como um pilar da estrutura cultural e intelectual do Brasil revela uma tentativa de justificar o controle estatal sobre a cultura como algo natural e necessário. O trecho do jornal *A Manhã* (1943, p. 4) destaca que “tudo que fortalece esse espírito literário merece atenção dos órgãos competentes. As agências de divulgação, todos os centros de irradiação de ideias, são elementos da vida cultural e interessam sobremaneira à organização e estrutura do Estado.” Esse argumento reforça a ideia de que a cultura não só deve ser apoiada, mas também monitorada e regulamentada pelas instituições estatais, numa clara tentativa de manter a hegemonia ideológica do governo.

Essa postura centralizadora também evidencia uma *polarização* entre aqueles que são considerados alinhados à visão do Estado e os que são vistos como indiferentes ou negligentes diante dessa política. Críticos e dissidentes são, assim, marginalizados e excluídos da esfera de valor nacional, estabelecendo uma clara divisão entre o “nós,” representado pelo Estado como guardião da cultura, e os “outros,” interpretados como ameaças à unidade e ao progresso nacional.

O discurso, portanto, não é neutro; ele carrega uma estratégia de silenciamento e controle que busca consolidar uma narrativa única sobre o que é ser brasileiro e qual é o papel da cultura na formação dessa identidade. De outra forma, a “política do espírito” operou não apenas como uma forma de promover a cultura, mas também como um meio sofisticado de manipulação ideológica, em que o Estado se posiciona como o grande árbitro do que constitui a verdadeira cultura nacional.

Em relação ao termo “Espírito da Leitura” delineia-se em um *contexto* que não apenas visa à promoção da leitura, mas também a sua associação a um dever cívico e patriótico, alinhando-se aos ideais de União Nacional e ao desenvolvimento do senso político. A leitura, sob essa perspectiva, configura-se como uma prática que transcende o simples ato de decodificação de palavras, constituindo-se como um instrumento para moldar a consciência nacional e fomentar o espírito público.

Conforme mencionado no *Correio Paulistano*:

Os nossos livros devem ser considerados como se fossem uma farmácia do espírito. A leitura de uma obra precisa corresponder ao estado de espírito de quem a lê, para que haja mais eficácia em favor da união da união coletiva com o espírito nacional. Esta operação mental é o que cria o senso político e desenvolve o espírito público e o espírito da leitura. (*Correio Paulistano*, 5 agosto, 1945, p. 3).

Em relação à *retórica* da ideia de espírito ressalta-se a leitura enquanto um remédio capaz de curar, fortalecer e transformar a mente e a alma do indivíduo. Tal analogia, no entanto, carrega uma carga ideológica ao sugerir que a leitura não é uma atividade neutra, mas, sim, um meio de moldar consciências de acordo com objetivos específicos de união e construção de um “espírito nacional”.

Por isso, a ideia de que a leitura deve “corresponder ao estado de espírito de quem a lê” implica uma manipulação da escolha de conteúdos literários, guiando as emoções e os pensamentos dos leitores de forma que reforcem a coesão social e o apoio ao regime vigente.

O movimento histórico nas obras bibliográficas serve para preparar o espírito da leitura. Em favor das raízes nacionais, não apenas engrandece o cerne da história do nosso povo, mas sobretudo desperta o valor patriótico da nossa grandeza nacional (*O jornal*, 17 de agosto, 1940, p. 8).

Nesse movimento histórico há uma exclusão sutil de identidades e histórias que não se encaixam nessa narrativa de “grandeza nacional,” criando uma fronteira simbólica entre o que é considerado “legítimo” e “iluminado” e o que é marginalizado ou silenciado. A leitura apresenta-se não como um ato de questionamento, reflexão crítica ou descoberta, mas como um veículo para internalizar valores que reforçam a narrativa nacionalista promovida pelo Estado. Portanto, existe uma concepção instrumental e ideológica das obras bibliográficas, em que o movimento histórico registrado nos livros é utilizado como uma ferramenta para moldar e preparar o que é chamado de “espírito da leitura”.

O espírito da leitura está sendo despertado nos Brasileiros que atentam a magnitude do espírito nacional. Como qualquer nação unida e forte, tem em suas obras bibliográficas o enaltecimento da língua e das letras e isso se acostuma a iniciativa do

Instituto nacional do livro em expandir as bibliotecas e obras de grande representação nacional (Gazeta de Notícias, 15 de dezembro 1944, p. 13).

Nesse contexto, insere-se a atuação do INL, destacada por sua iniciativa em expandir bibliotecas e disseminar obras que representam valores nacionais, no entanto, essa abordagem propõe que somente as produções literárias que reforçam os valores nacionais merecem destaque e apoio institucional, relegando outras formas de expressão cultural e literária a uma posição marginal.

Ao vincular-se a leitura ao desenvolvimento do espírito público e ao patriotismo, constrói-se uma *legitimação* dessa prática como fundamental para o progresso da nação. Desse modo, a leitura torna-se a *representação* não apenas como uma atividade individual, mas como um ato de cidadania e um símbolo da identidade coletiva e do orgulho nacional.

Observa-se, contudo, uma *polarização* entre aqueles que abraçam esse espírito de leitura, promovido pelo INL, e aqueles que não reconhecem o seu valor como parte essencial da cultura nacional. Tal divisão evidencia-se por uma linha que separa os patriotas, que percebem a leitura como central para o progresso cultural, e os indiferentes, que não atribuem à leitura um papel significativo para o fortalecimento da identidade e da coesão nacional.

Nesse contexto de disputas ideológicas e de valorização da leitura como instrumento cultural, surge o termo “livro nacional” como uma tentativa de consolidar uma estratégia que busca afirmar uma identidade cultural própria, especialmente em um período no qual se almeja uma definição mais sólida acerca do que constitui o patrimônio literário do país, no *contexto* de valorização da literatura brasileira pode ser interpretado como uma estratégia ideológica que busca afirmar uma identidade cultural própria, especialmente em um período no qual se almeja uma definição mais sólida acerca do que constitui o patrimônio literário do país.

Deve-se considerar que a *retórica* utilizada, ao enaltecer a literatura nacional como parte integrante do “patrimônio literário” brasileiro, não apenas celebra as qualidades artísticas e intelectuais da produção nacional, mas também se configura como um meio para reforçar a soberania cultural. Isso pode ser visto na declaração do *Jornal do Brasil* (14 de junho de 1938, p.), ao afirmar que:

O nosso patrimônio literário está enriquecido por autores da maior valia em todos os setores da inteligência. Não tememos o confronto com qualquer outro país culto. No romance, na poesia, nas artes, nas ciências em tudo quanto possa ser o reflexo do pensamento nacional. (*Jornal do Brasil*, 14 junho 1938, p).

Ao projetar a literatura nacional como competitiva e equivalente à de outros países, tal retórica busca fortalecer um senso de orgulho e autoconfiança na produção cultural brasileira, ao mesmo tempo que contesta as hierarquias culturais que tradicionalmente privilegiam as produções literárias dos países centrais, a questão “não tememos o confronto com qualquer outro país culto”, não se limita a ser um elogio à literatura brasileira; apresenta-se, igualmente, como um posicionamento político e cultural que visa desafiar as dinâmicas de poder estabelecidas entre as nações.

A *legitimação* dessa valorização, por meio da defesa de políticas públicas, como a isenção de impostos e a redução dos custos de produção de papel para os livros nacionais, reflete-se como um reconhecimento da importância estratégica da literatura para o fortalecimento da identidade cultural.

Por motivos patrióticos, um pouco de atenção se deve dar ao livro nacional, incrementando sua edição com qualquer medida que vise o barateamento do papel destinado a esse fim. Por exemplo: com a isenção de quaisquer impostos e franquia de frete para o papel nacional destinado à edição de livros nacionais. (*Gazeta de Notícias*, 26 maio 1944, p. 3).

Observa-se, contudo, que essa proposta, mencionada pela *Gazeta de Notícias*, também expõe uma tensão existente entre a necessidade de apoio estatal e as realidades econômicas que dificultam o acesso à produção literária de qualidade. A defesa dessas medidas revela-se, um apelo para que o Estado assuma um papel mais ativo na construção e consolidação da cultura nacional.

Ainda assim, a expectativa de que um esforço intensificado de promoção e propaganda seja capaz de conduzir o livro nacional a uma fase de prosperidade projeta-se como uma visão otimista e, por vezes, idealista acerca do potencial transformador da produção cultural. Tal esperança é expressa pelo *Correio Paulistano* ao sugerir que:

Com o esforço ora posto em prática e mais um pouco de propaganda eficiente, é provável que o livro nacional entre em uma fase brilhantemente profícua, para gáudio dos nossos escritores e renome de todo o país, que assim dará provas de que, cada vez mais, se alfabetiza, estando apto a compreender e a pregar as belas criações da nossa literatura. (*Correio Paulistano*, 18 fevereiro de 1940, p. 4).

Uma maior visibilidade e um apoio institucional adequado poderiam resultar em uma “fase brilhantemente profícua” para a literatura brasileira. Entretanto, essa perspectiva também carrega implícita uma crítica à carência de infraestrutura e de incentivos que, de outra forma, poderiam viabilizar a concretização desse potencial. Na *representação* como um símbolo de

orgulho e de identidade nacional, o “livro nacional” emerge não somente como um produto cultural, mas também como uma ferramenta política e social de resistência e de autoafirmação.

A *polarização* entre aqueles que apoiam a produção de livros nacionais e os que negligenciam políticas de incentivo revela-se como uma disputa ideológica sobre a quem cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento cultural do país. Nesse contexto, promover o livro nacional torna-se não apenas uma questão de apoio aos escritores, mas uma iniciativa para fortalecer toda a estrutura cultural e intelectual do Brasil, delineando uma distinção clara entre aqueles comprometidos com a construção dessa identidade e os que, por omissão, contribuem para sua fragilidade.

O termo “Difusão Cultural” foi empregado de maneira estratégica para reforçar a concepção da cultura como uma ferramenta para a nacionalização e o controle social. Nesse contexto, o regime político vigente valorizava a promoção de publicações e obras de mérito como um meio para construir uma identidade cultural coesa, alinhada com seus objetivos de controle ideológico e social.

Um exemplo dessa retórica encontra-se no seguinte trecho:

Uma biblioteca modelo. A inestimável colaboração do Instituto Nacional do Livro, junto à associação dos servidores Cívicos do Brasil, pela difusão cultural - servir ao carioca em geral e em particular aos sócios da A.S.C.B., esse objetivo da nova organização, concretizada pelos adeptos da Biblioteca moderna. (A manhã, 19 dezembro, 1944, p. 2).

Nesse contexto, nota-se a expansão das bibliotecas como uma estratégia fundamental para promover a democratização do acesso ao conhecimento e à cultura em âmbito nacional, conforme as diretrizes do estado novo. Em outro trecho, identifica-se relações diversas que refletem essa estratégia:

Importante trabalho de difusão cultural. A história da cultura nacional veio ser enriquecida, desta forma, com a publicação de obras de valor, de raro mérito, transformadas em volume, graças à elevada compreensão que o Ministro Gustavo Capanema tem pelo problema de difusão cultural. (A manhã, 14 agosto, 1945, p. 3).

O trecho utilizado enaltece a atuação do ministro, indicando que sua compreensão sobre a importância da cultura foi um fator determinante para esse avanço no cenário cultural brasileiro. Observa-se a expansão das bibliotecas por todo o país “o instituto nacional do livro

está empenhado numa campanha do mais alto interesse cultural e cívico: a expansão das bibliotecas em todo o país.” (Correio Paulistano, 18 fevereiro, 1940, p. 4).

Esse esforço pode ser interpretado como uma tentativa de democratizar o acesso ao conhecimento e à cultura, alinhando-se aos objetivos do regime de utilizar a cultura como ferramenta para a construção de uma identidade nacional unificada e a consolidação de valores que reforçavam a ideologia do Estado Novo. “Difundindo a cultura nacional no estrangeiro. Mais de 20.000 volumes enviados pelo Instituto nacional do livro à universidades, colégios, bibliotecas e instituições de 23 países.” (A noite, 2 de junho de 1945, p. 2). Destaca-se a dimensão internacional das ações do INL. Essa iniciativa revela uma estratégia do governo, visando projetar uma imagem positiva e influenciar a percepção do Brasil no exterior:

A obra de difusão cultural que vem sendo efetuada pelo Instituto nacional do livro - importante órgão do Ministério da educação - é digna, sem dúvida, dos maiores encômios [...] tornou-se possível a execução deste largo programa de difusão de obras, com o levantamento das bibliotecas existentes no Brasil, executado, com zelo e paciência, pelo instituto do livro. (A manhã, 9 abril, 1943, p. 4).

No que se refere a *retórica* empregada no termo “Difusão Cultural” e destacada nos trechos, apresenta a importância do INL e suas ações como esforços elevados e meritórios. A *legitimação* das políticas culturais do Estado é feita através da associação direta entre a difusão cultural e as iniciativas governamentais, posicionando o INL como um protagonista ativo no enriquecimento cultural do país e na educação da população.

A difusão cultural é, assim, efetuada pela *representação* como um processo transformador e engrandecedor da sociedade brasileira, consolidando a ideia de que o Estado, por meio de suas instituições, é o principal guardião da cultura, enquanto a população se beneficia dessa elevação intelectual e cultural.

Além disso, em relação à *polarização*, há uma clara dicotomia entre os que promovem a cultura (o Estado e suas instituições) e aqueles que se beneficiam dessa difusão (a população em geral). Nesse sentido, o Estado representa o guardião da cultura, enquanto a população está como receptores dessa transformação.

Nessa perspectiva, o termo “Difusão do Livro no Brasil” surge como uma expressão que reflete o *contexto* de ampliar o acesso ao conhecimento, destacando a modernização e a educação como pilares fundamentais para o desenvolvimento nacional. Os discursos da época reforçam a relevância desse movimento, conforme evidenciado em diversas citações de jornais

que destacam a importância de expandir a circulação de livros e de fomentar o progresso cultural da sociedade.

Ninguém desconhece a valiosa contribuição que vem sendo proporcionada à cultura brasileira pelo Instituto Nacional do Livro cuja atuação tem sido altamente proveitosa. A difusão do livro, o enriquecimento bibliográfico das bibliotecas e das estantes particulares tem sido feita de maneira silenciosa, mas segura e eficiente. (A manhã, 23 março, 1943, p. 3).

A *retórica* presente nos discursos reforça-se a difusão do livro como uma medida fundamental para elevar o nível cultural e combater problemas sociais, destacando-se que, conforme publicado pelo *Correio Paulistano*:

A consequência natural dessa difusão será, inevitavelmente, a elevação do nosso nível cultural e, portanto, o aperfeiçoamento de toda nossa organização social [...] a maneira indireta de combater certos lamentáveis fatos políticos que ocorrem em nossa terra, é, seguramente, a difusão do livro e do jornal” (Correio Paulistano, 9 abril, 1937, p. 5).

Além disso, a *legitimação* do INL encontra-se na atuação e intervenção necessária para promover o desenvolvimento cultural, social e educacional do país. Essa intervenção enfatiza-se, por exemplo, quando o *Jornal do Brasil* ressalta que:

A valorização do livro no Brasil vem recebendo estímulos novos nos últimos anos. A difusão do livro no Brasil, sem esquecimento da literatura infantil, de especial significação aos olhos da psicologia moderna e por isso mesmo vem merecendo atenção particular. (Jornal do Brasil, 2 março de 1941, p. 4).

A *representação* da difusão do livro também se mostra como uma ferramenta de progresso social, com o INL atuando ativamente na criação de bibliotecas públicas pelo país, conforme relatado:

O Instituto Nacional do Livro, de acordo com o seu programa, vem desenvolvendo grande atividade junto às prefeituras municipais para incentivar a criação e organização de bibliotecas públicas no país [...] como o auxílio do INL em obras e assistência técnica. (Correio da manhã, 22 dezembro 1940, p. 8).

Desse modo, identifica-se uma *polarização* no discurso entre os agentes promotores do conhecimento, como o governo e as instituições educacionais, e a sociedade que necessita ser educada. Esse discurso atribui-se ao livro o papel de remediar a ignorância e elevar o padrão cultural, sugerindo-se uma divisão entre aqueles que difundem o conhecimento e aqueles que devem recebê-lo.

Nessa mesma perspectiva, apresenta-se o termo “Movimento Cultural Brasileiro” que envolve o *contexto* destinado a consolidar uma identidade nacional, valendo-se da cultura como instrumento de integração e coesão social. Essa ação se evidencia nas atividades promovidas pelo INL, que assume um papel na divulgação de bibliotecas e na promoção da literatura em todo o território nacional. Conforme descrito pelo *Jornal do Brasil*, “a biblioteca conta atualmente com mais de 10.000 volumes e um patrimônio no valor de cerca de cem mil cruzeiros, estando devidamente registrada no instituto nacional do livro.” (*Jornal do Brasil*, 25 de dezembro, 1943, p. 9).

A *retórica* caracteriza-se pela inclusão e pela acessibilidade, como enfatizado pelo jornal *A Noite* que menciona o empenho do INL em disponibilizar livros gratuitamente às bibliotecas públicas, facilitando, assim, o acesso à cultura.

A cultura ao alcance do povo. O que tem sido pelo Instituto nacional do livro - fornecendo livros gratuitamente às bibliotecas públicas - São Paulo conta com 577 das bibliotecas registradas - trinta anos colecionando material para um dicionário da língua nacional, verdadeiro monumento e repositório total do idioma falado por brasileiros e portugueses” (*A noite*, 10 setembro, 1944, p. 3).

Descreve-se esse esforço como uma tentativa de colocar a “cultura ao alcance do povo”, promovendo a literatura nacional como um bem comum. Nesse contexto, observa-se um exemplo dessa dinâmica ao destacar-se a relevância dos livros. Esse registro consolida a *legitimação* do movimento cultural ao reforçar a associação com uma entidade de renome.

No mesmo sentido de promoção e expansão cultural, outra edição do mesmo jornal descreve:

Movimento de propósito cultural e com bases nacionais, segue-se a ordem organizacional do Instituto nacional do livro, destinado à promoção de livros e bibliotecas públicas em todo território nacional. A literatura em favor do povo em favor de uma unidade nacional (*A noite*, 13 janeiro, 1938, p. 40).

O movimento como uma iniciativa estruturada pelo INL, orientada para a difusão de livros e para a criação de bibliotecas públicas. Evidencia-se, nessa descrição, a intenção de utilizar a literatura como um instrumento para fortalecer a unidade nacional e construir uma identidade cultural coesa.

Relatada ainda, pelo jornal *A Manhã* “movimento cultural do instituto do livro, em agosto. Durante o mês de agosto foram registradas no instituto nacional dos livros, 77 bibliotecas, das quais 9 privativas e 68 públicas e semipúblicas.” (*A manhã*, 10 setembro, 1943,

p. 12). Além disso, expansão contínua desse movimento, destaca-se as novas bibliotecas no INL, fato que consolida a presença de bibliotecas públicas e semipúblicas em todo o país.

Assim, a *representação* desse movimento cultural delineia-se como uma força unificadora, voltada para a criação de uma unidade cultural por meio da literatura e do acesso ao conhecimento. Entretanto, observa-se uma *polarização* implícita entre os agentes do movimento, representados pelo Instituto e pelas bibliotecas públicas, e o público-alvo, constituído pelo povo. Essa distinção indica a intenção de transformar o conhecimento em uma ferramenta acessível para todos, visando reduzir a lacuna entre aqueles que detêm o saber e os que estão em processo de capacitação para adquiri-lo.

Nesse sentido, o termo “Cultura Bibliográfica Nacional” encontra-se inserido em um *contexto* no qual se articula como um elemento para o desenvolvimento do país, sendo vinculada ao acesso a livros raros e ao estímulo da leitura e da educação como formas de progresso nacional.

A importância atribuída a essa cultura é evidenciada na afirmação de que:

Ao instituto compete editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional bibliográfica nacional e promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros” (Correio da Manhã, 16 de junho de 1942, p. 6).

Destaca-se, portanto, a responsabilidade atribuída ao INL em fomentar a produção e o acesso a publicações que contribuam para o enriquecimento cultural do Brasil. A “Cultura Bibliográfica Nacional” também se associa diretamente ao avanço educacional, como demonstrado na declaração:

Difundir escolas e criar bibliotecas, eis os primeiros passos capazes de permitir ao vosso colosso territorial que se chama Brasil, avançar para a linha de frente e formar do lado das maiores e das mais ricas potências do mundo uma cultura bibliográfica nacional. (Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1937, p. 2).

Nesse contexto, o papel das bibliotecas e das instituições de ensino é ressaltado como fundamental para posicionar o Brasil em igualdade com outras nações desenvolvidas, utilizando-se a disseminação do conhecimento como uma estratégia para alcançar o progresso. Além disso, enfatiza-se a elevação do espírito e o entendimento da cultura bibliográfica para a contribuição às raízes nacionais, com o INL expandindo suas iniciativas com o apoio de figuras patrióticas do Brasil.

Tal perspectiva é descrita da seguinte maneira:

A cultura bibliográfica nacional exige grande elevação do espírito do homem para entender seu fundamento para contribuição das raízes nacional. Nisso o INL tem atuado em desempenho expandindo sua obra criadas pelos grandes homens patrióticos que aqui vivem nesta terra. (A Noite, 15 de outubro, p. 30).

A *retórica* valoriza explicitamente o papel das bibliotecas e do acesso a obras literárias como pilares do avanço cultural e intelectual do país, destacando a importância de uma infraestrutura educativa robusta para o fortalecimento da identidade nacional. Ainda, refere-se como legitimação, o papel do INL ao sublinhar sua responsabilidade em editar e promover obras de significativo interesse nacional, consolidando sua função como um componente ativo para o fortalecimento da infraestrutura cultural do Brasil. A cultura bibliográfica é, assim, tem sua *representação* um componente crítico do patrimônio intelectual brasileiro, que deve ser promovido e preservado para assegurar a continuidade do legado cultural e educacional do país.

Observa-se também uma *polarização* implícita no discurso, que acentua a distinção entre aqueles que contribuem para a elevação cultural — como o governo e o INL — e a população em geral, que se beneficia dessa infraestrutura educativa e cultural. Tal distinção reforça a ideia de que a cultura bibliográfica nacional constitui um esforço coletivo, mas é guiada por instituições que carregam a responsabilidade de liderar esse progresso.

Nesse contexto, o termo “Educação Bibliográfica” concebe-se como uma proposta voltada para a ampliação do acesso à cultura e ao conhecimento, enfatizando a necessidade de desenvolvimento de bibliotecas e materiais educacionais acessíveis. Essa abordagem, entretanto, deve ser analisada em seu *contexto*, pois, embora se reconheça a sua importância para a formação de uma sociedade mais informada, identificam-se também limitações históricas que dificultaram seu pleno desenvolvimento no Brasil.

A educação bibliográfica desenvolve-se em dois sentidos, conforme a orientação da cultura: geral e especial. Exige também um bom meio bibliográfico, pelo menos no sentido geral. Esta é a parte obscura do problema, quando o consideramos em relação ao nosso povo, carecendo de esforços e possibilidades” (A manhã, 26 abril, 1942, p. 3).

Mesmo com as intenções declaradas de promover a “educação bibliográfica”, observa-se um paradoxo inerente: enquanto se busca fomentar o desenvolvimento cultural por meio de bibliotecas e materiais acessíveis, a realidade concreta daquele período ainda era marcada por significativos obstáculos financeiros e estruturais. O reconhecimento da escassez de recursos expõe uma lacuna significativa entre o discurso e a prática, indicando que a implementação

efetiva de uma educação bibliográfica abrangente dependia de um suporte institucional que, até então, se apresentava insuficiente.

Inegavelmente o instituto nacional do livro é responsável pelo surto da criação de novas bibliotecas em nossa terra [...] queremos apenas frisar que o instituto, como órgão central, que acompanha e estimula a cultural da nação, através da educação bibliográfica [...] temos de reconhecer que a educação do instituto incentivou o movimento e que o Brasil está melhorando neste setor a olhos vistos” (Correio Paulistano, 8 outubro, 1942, p. 5)

Essa caracterização destaca o papel do Instituto como um agente promotor e transformador do acesso ao conhecimento, embora se faça necessário ponderar se suas ações conseguiram, de fato, alcançar todos os setores da sociedade brasileira ou se sua atuação ficou restrita a grupos sociais mais favorecidos.

A *retórica* que sublinha a importância de uma base bibliográfica sólida para o desenvolvimento cultural recorre, com frequência, a expressões, como “desenvolve-se em dois sentidos” e “incentivou o movimento”, sugerindo um processo contínuo e progressivo. Entretanto, demonstra-se que tais avanços estavam, em grande parte, circunscritos a um ideal teórico e tentou-se refletir a realidade das comunidades.

Embora o INL se fortaleça na *legitimação* de ser um ator no fortalecimento da educação bibliográfica, torna-se importante questionar a efetividade de suas ações a longo prazo e a sustentabilidade das bibliotecas que promoveu. A narrativa de um país em transformação “a olhos vistos” precisa ser confrontada com a realidade de um Brasil que, apesar dos esforços, ainda enfrentava desafios profundos relacionados à desigualdade de acesso à educação e à cultura.

Em relação à *representação* destaca-se que a “educação bibliográfica como uma resposta necessária para os problemas de acesso à informação e conhecimento no Brasil, sendo vista como um caminho para o progresso cultural e educacional. Nesse contexto, a *polarização* entre o cenário anterior, marcado pela falta de recursos e pelo esforço limitado, e a melhoria associada à atuação do INL, propõe uma mudança significativa.

No entanto, é preciso considerar se essa mudança foi suficientemente inclusiva ou se apenas atendeu aos interesses de uma parcela da sociedade que já tinha algum nível de acesso à informação. A tensão entre o cenário anterior, caracterizado pela escassez de recursos e iniciativas limitadas, e a suposta melhoria associada à intervenção do INL sugere uma mudança significativa. Contudo, deve-se considerar se essa mudança foi realmente inclusiva ou se apenas

beneficiou uma parcela específica da sociedade que já dispunha de algum nível de acesso à informação.

Nesse contexto, há a discussão também do termo “Movimento Intelectual Brasileiro”, inserido em um cenário cultural da identidade nacional. Tal movimento revela-se como uma iniciativa ambígua que, ao mesmo tempo, em que exalta a importância dos intelectuais no processo de construção cultural, também cria divisões entre os atores culturais que o protagonizam.

Observa-se que o papel dos intelectuais era amplamente exaltado para a moldagem da visão de Brasil, conforme se destaca no *O Jornal*:

Gilberto Freyre e sua impressão do movimento intelectual brasileiro: Continuamos a atravessar uma fase que há de ficar na história da cultura brasileira como uma das mais intensas e significativas: como uma fase decisiva. Fase caracterizada pela ânsia de nos conhecermos com corajoso realismo não só científico como literário e artístico o de nós interpretarmos para darmos então o nosso próprio à nossa vida, à nossa economia, à nossa política, à nossa arte, dentro das nossas tradições, das nossas necessidades e das nossas possibilidades. (*O jornal*, 5 fevereiro 1941, p. 3)

O intelectual Gilberto Freyre, ao descrever o período como uma “ânsia de nos conhecermos com corajoso realismo não só científico como literário e artístico”, propõe uma tentativa de se repensar a nação de forma crítica, considerando as complexidades de sua vida, economia, política e arte, além de confrontar a realidade com uma perspectiva que mescla tradição e inovação.

Contudo, constata-se que esse movimento intelectual transcendeu a simples autoanálise, projetando-se como uma ação que privilegia a posição dos intelectuais e escritores como os principais motores do fortalecimento cultural do país.

Os grandes homens das letras que aqui nasceram. Contribuem significativamente para o trabalho da cultura brasileira no engrandecimento da leitura para todos os povos. Crianças, mulheres e trabalhadores, são pilares essenciais para construir as raízes da nação. O movimento intelectual a que se destina é encontrar na direção das literaturas o direcionamento para a nação histórica. (*Diário de notícias*, 19 outubro, 1943, p. 15).

Embora tal perspectiva seja coerente em seu esforço para se “democratizar o acesso à cultura”, carrega uma visão elitista, ao colocar os intelectuais em um pedestal, como os únicos capazes de conduzir essa transformação cultural.

Sobretudo quando se relata:

O Instituto Nacional do Livro conta com o movimento intelectual dos grandes escritores que enaltecem a soberania de nossas raízes e o nosso regionalismo. Homens que entendem sobre a identidade patriótica que aqui se acostumaz falar. Enaltecendo o homem brasileiro e contribuindo para o espírito cultural que por vezes fora esquecido. (Gazeta de Notícias, março, 1943, p. 2).

Apesar da *retórica* oportuna que celebra o papel dos intelectuais brasileiros, expressões como “corajoso realismo” e “contribuem significativamente” podem ser interpretadas como uma tentativa de se criar uma narrativa de exclusividade e superioridade. O apoio institucional ao movimento, evidenciado pelo papel do INL, demonstra a *legitimação* entre a ação governamental e os esforços intelectuais para se promover uma cultura nacional unificada, ao se posicionar os intelectuais como líderes incontestáveis desse processo de construção identitária.

Nesse contexto, emerge uma *polarização* explícita entre os intelectuais considerados comprometidos com a causa nacional e aqueles que não se envolvem com o projeto de construção identitária. Isto tende a marginalizar aqueles que não se enquadram na mesma visão ou que não compartilham do mesmo entusiasmo pela causa nacional.

O termo “Movimento Bibliográfico Brasileiro” desenvolve-se em um contexto caracterizado pela expansão e consolidação das práticas culturais e educacionais no Brasil durante o período do Estado Novo. Observa-se que esse cenário é evidenciado pela “abundante relação de todos os livros brasileiros editados no Brasil em 1940, iniciativa que contribuiu para a organização do 'Anuário Brasileiro de Literaturas'.” (Jornal do Commercio, 9 outubro, 1941, p. 3). Nesse movimento de valorização da literatura nacional, identifica-se, contudo, uma confrontação com uma realidade complexa, evidenciada pelo trecho que menciona que “O Brasil é um grande importador de livros estrangeiros, predominando os de língua espanhola, inglesa, francesa e italiana, sendo os de outros idiomas em menor quantidade” (O jornal, 31 março, 1945, p. 1).

A alta dependência de importações de livros revela-se não apenas como uma lacuna na produção nacional, mas também como uma tensão latente entre a aspiração por uma autonomia cultural e a persistente influência externa. Observa-se, ainda, que “O movimento bibliográfico brasileiro existe através da colaboração do espírito dos nossos homens de letras, sendo obras que só podem ser realizadas quando se contam com a compreensão de autores e livreiros” (A noite, 25 de novembro, 1942, p. 6). Nesse contexto, constrói-se uma *retórica* que exalta a importância dos autores e livreiros nacionais, estabelecendo-se uma imagem de unidade e

esforço coletivo, em que o desenvolvimento literário no Brasil se concebe como uma missão compartilhada.

A biblioteca municipal se transforma em um instrumento relevante na vida universitária Paulista - informando periodicamente os professores, estudantes e todos os leitores e todos os leitores do movimento bibliográfico do Estado e do país e das suas aquisições novas, proporcionando recantos de silêncio e recolhimento, dos tais em que o estudioso solitário recebe a visita de todos os grandes mestres da humanidade. (Correio Paulistano, 5 maio 1944, p. 5).

Esse engajamento da comunidade intelectual evidencia-se como a construção de uma base sólida para a literatura nacional, destacando-se uma perspectiva idealista de cooperação e crescimento cultural interno. Observa-se que a *legitimação* do movimento bibliográfico se constrói por meio da associação com esforços nacionais de organização e promoção da literatura, como a criação do “Anuário Brasileiro de Literaturas”. Esses elementos são apresentados como iniciativas voltadas ao fortalecimento e à consolidação da produção literária e do mercado editorial no Brasil. Identifica-se, também, que a referência ao envolvimento ativo de autores e livreiros reforça a ideia de que esse esforço se configura como uma missão coletiva e patriótica. Ao mencionar que o movimento depende da “colaboração do espírito dos nossos homens de letras”, legitima-se a participação intelectual como uma forma de construção cultural e soberania nacional.

Observa-se, ainda, que as bibliotecas, enquanto instrumentos de divulgação e OC, apresentam-se como pilares desse movimento bibliográfico, posicionando-se no coração da cultura acadêmica e intelectual do país.

A Argentina constitui no tocante a indústria do livro, um exemplo dos mais expressivos e animadores. Com sua população relativamente pequena em comparação com a nossa, vem oferecendo cifras de uma produção cada vez mais alta. Esse movimento bibliográfico é consequência exclusiva do mercado argentino e das possibilidades dos seus escritores? Certamente que não. No que diz respeito ao mercado, as edições Argentinas estão correndo o mundo. O Brasil, por exemplo, importou daquele país, no último ano, cerca de 2 milhões de volumes. O maior fornecedor de livros ao México é a Argentina, com 90% do consumo. Em 1944, dos 28 milhões de impressos, perto de 20 milhões, foram exportados para países do continente e para a Espanha (A noite, 15 outubro de 1946, p. 20).

Esse movimento bibliográfico brasileiro busca consolidar-se como uma resposta à concorrência do mercado editorial internacional, sobretudo em relação à Argentina. A comparação com a produção argentina destaca uma sensação de desafio e insuficiência, sinalizando uma necessidade de intensificação dos esforços para que o Brasil alcance uma produção literária mais autônoma e menos dependente.

Em relação à *representação* do movimento bibliográfico, atribui-se a ele um papel significativo na promoção e na divulgação da literatura nacional, percebendo-se um esforço organizado e contínuo em elevar a produção literária brasileira, com benefícios educacionais e culturais para a sociedade. Contudo, permanece uma representação implícita de insuficiência e dependência em relação ao mercado editorial estrangeiro, que precisa ser enfrentada para fortalecer a literatura nacional.

O Código Penal Brasileiro de 1940 continua a proporcionar um movimento bibliográfico muito animador, o que mostra estar o novo diploma legal sendo submetido a estudos sérios. Dezenas de trabalhos já foram publicados, sendo quase todos assinados pelos nomes mais representativos dentre os criminalistas brasileiros. (A manhã, 13 novembro de 1942, p. 7).

O movimento bibliográfico brasileiro construiu-se como um esforço de elevação cultural e resistência à dependência estrangeira, promovendo a literatura nacional como marco de identidade e desenvolvimento. Contudo, essa busca por autonomia enfrenta um desafio significativo: a *polarização* entre o ideal de uma produção editorial autônoma e a realidade de uma dependência expressiva de importações.

Essa tensão revela-se não apenas no esforço para promover a literatura nacional, mas também na constante comparação com a produção literária estrangeira, onde a Argentina emerge como um exemplo de sucesso editorial a ser alcançado. O Brasil, diante desse cenário, encontra-se em uma posição de desafio, necessitando fortalecer sua própria indústria editorial para competir de maneira eficaz com os outros países e superar essa dependência.

Também há uma *polarização* entre autonomia e dependência que se torna mais evidente ao considerar a distinção entre o valor da produção cultural brasileira e a contínua influência dos livros estrangeiros. O discurso sobre o movimento bibliográfico exalta frequentemente a contribuição dos “grandes mestres da humanidade” e a importância de fortalecer a identidade cultural brasileira.

No entanto, essa valorização contrasta com a realidade prática de uma indústria editorial que ainda luta para se desvencilhar da necessidade de importações. Ainda assim, a narrativa em torno do movimento bibliográfico não apenas reconhece a importância da produção literária autônoma, mas também expõe a complexidade de se alcançar esse ideal em um contexto em que a dependência estrangeira continua a ser uma força influente.

A análise do termo “Obras bibliográficas populares” evidencia-se no contexto em que, embora se reconheçam os esforços do INL em tornar a literatura mais acessível, critica-se a sua aparente falta de comprometimento com a educação das massas.

Conforme relatado pelo *Jornal do Brasil*:

O instituto nacional do livro, porém, não se entregou ao problema educacional das massas. Ao contrário, parece alheado, satisfazendo-se em enviar um exemplar de cada uma de suas edições às bibliotecas do País. E assim, falamos - está claro - sem nos esquecermos a consideração que todos devemos a esse órgão cultural, lançando grandes edições de obras populares de nossos escritores a preços acessíveis às bolsas mais modestas. (*Jornal do Brasil*, 18 de outubro, 1944, p. 5)

A questão reside na insuficiência das ações do INL em abordar as necessidades educacionais de maneira mais ampla e inclusiva. A *retórica* presente no trecho destaca a crítica e o descontentamento, utilizando-se expressões como “não se entregou ao problema educacional das massas” e “parece alheado” para sugerir que o Instituto não está cumprindo plenamente sua função educativa. Por outro lado, a menção às “grandes edições de obras populares de nossos escritores a preços acessíveis” tenta suavizar a crítica ao reconhecer algum mérito nas ações do Instituto, embora permaneça o desapontamento com a falta de um esforço mais amplo e direto.

Observa-se que, embora exista uma crítica ao Instituto, também se reconhece sua contribuição para a produção de edições acessíveis de obras populares, sugerindo uma *legitimação* parcial de seu papel. A menção a “preços acessíveis às bolsas mais modestas” reflete uma tentativa de valorizar o esforço do Instituto em tornar a literatura mais acessível, mesmo que de modo restrito, questionando, ao mesmo tempo, a eficácia dessas ações diante das necessidades educacionais das massas.

Destaca-se também que, embora o INL seja elogiado por promover a publicação de obras populares, ele é criticado por seu limitado compromisso com a educação das massas, o que implica uma *representação* ainda distante das expectativas. Essa dualidade reflete uma visão em que, apesar de alguns esforços positivos, o desempenho do Instituto é considerado aquém do esperado.

Além disso, há uma *polarização* entre as expectativas e a realidade das ações do INL. De um lado, espera-se que o Instituto esteja mais engajado na resolução dos problemas educacionais; de outro, a realidade mostra uma atuação limitada, com distribuição restrita de obras literárias.

O termo “empreendimento cultural” aplicado ao *contexto* do INL refere-se a um cenário na qual as ações dessa instituição são inseridas como parte de um esforço maior para disseminar a cultura e ampliar o acesso à informação, principalmente através da criação e suporte de bibliotecas. Também se verifica a uma *retórica* que enfatiza seu papel na promoção do conhecimento e da educação, destacando-o como um agente cultural proativo.

Ao destacar “a biblioteca demonstrativa do Instituto nacional do livro como - como funciona- serviço que presta - bons serviços emprestados a quantos queiram ler - discoteca - ligeira entrevista com o diretor da demonstrativa.” (Diário de notícias, 20 de abril, 1945, p. 8). O INL foi retratado como “uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão mais da publicidade.” (A manhã, 9 de agosto, 1941, p. 19).

Nesse sentido, verifica-se que essa retórica se torna, proposital, construindo a imagem de uma instituição altruísta, focada no bem social, cujo principal objetivo seria a “realização e difusão” da cultura, mais do que a busca por reconhecimento ou prestígio. O uso do termo “empreendimento cultural” reforça a imagem do Instituto como uma entidade. Conforme destaca o *Jornal Amanhã*:

O instituto nacional do livro, é uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão, de empreendimento cultural que mais tem vivido à margem da publicidade [...] Em cuja tarefa de ampliação e disseminação se empenha com patriótico ardor” (A manhã, 9 agosto, 1941, p. 19).

Observa-se, assim, a ausência de autopromoção reforça a ideia de que as suas atividades são movidas pelo interesse nacional e pelo compromisso com a educação, e não por interesses pessoais ou políticos. Como afirma o *Correio Paulistano*:

O Instituto Nacional do Livro projeta contribuir para a criação de bibliotecas em todos os municípios de população superior a 25.000 habitantes, que ainda não as possuam. Como se vê, há um interesse muito sério, por parte dos poderes constituídos, em fomentar o gosto pela leitura” (Correio Paulistano, 18 fevereiro, 1940, p. 4).

Além disso, o discurso de *legitimação* sobre o INL considera suas ações ao apresentá-lo como uma instituição vital para o desenvolvimento cultural do país. Assim, a narrativa em torno dele destaca sua função de promover o gosto pela leitura em diversas regiões do país, sobretudo nas áreas menos favorecidas.

Enfatiza-se sua *representação* como um órgão cuja missão era difundir a cultura e o conhecimento, especialmente entre as comunidades mais carentes de acesso à informação. Sua

atuação é descrita como discreta, porém eficaz, ressaltando a criação de bibliotecas e a ampliação do acesso à leitura como meios de desenvolvimento cultural e educacional.

Ao contrastar essa postura com outras instituições, que poderiam estar mais preocupadas com a autopromoção, observa-se uma polarização: o INL surge como uma entidade profundamente comprometida com o desenvolvimento cultural do Brasil, atuando de forma silenciosa, mas com um impacto social de grande magnitude.

O debate acerca da criação e do desenvolvimento das bibliotecas públicas no Brasil intensificou-se com a criação do INL. No que se refere ao termo “Bibliotecas Públicas”, este emerge como um *contexto* para o acesso à leitura e ao conhecimento, conforme se observa nas várias menções ao INL nos periódicos da época. Um dos primeiros pontos destacados no jornal era o dever atribuído ao INL de “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional.” (A Noite, 3 agosto, 1938, p. 5).

Esse incentivo foi considerado uma resposta direta à ausência generalizada dessas instituições, especialmente em áreas carentes, onde a falta de acesso à leitura mostrava-se evidente. A narrativa destaca o papel do governo em intervir para suprir uma lacuna histórica e estrutural. A carência de bibliotecas nos municípios associou-se à escassez de recursos, conforme se registra no *Correio da Manhã*: “as bibliotecas públicas do país estão passando por transformações que, anteriormente à criação daquele novo órgão do Ministério da Educação, só poderiam fazer-se sentir muito lentamente, por falta de recursos para aquisição de novos livros.” (9 junho de 1943, p. 2). Nesse sentido, a criação do Instituto apresenta-se como uma solução para reverter esse cenário de escassez.

Entretanto, a *retórica* emprega termos como “desenvolvimento”, “progresso” e “assistência técnica”, revelando uma tentativa de legitimar a ação estatal como imprescindível para o avanço cultural do país. A criação e a articulação de bibliotecas públicas não são apenas apresentadas como uma ação técnica, mas como uma missão civilizatória, conforme enfatiza o Jornal do Brasil: “O instituto prestará um auxílio direto, mediante o fornecimento de livros e assistência técnica necessária à organização das bibliotecas.” (14 de janeiro de 1940, p. 6). Essa retórica sustenta a visão de que o progresso educacional e cultural depende diretamente das ações governamentais, reforçando a imagem do Estado como o grande provedor de recursos para sanar as deficiências educacionais do país.

Também, o *Correio Paulistano* reforça a ideia de que o governo tinha plena ciência das condições precárias das bibliotecas no Brasil: “O Ministério da Educação, procurando conhecer os diferentes aspectos e condições das bibliotecas do País, distribuiu em 1938, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, 2.088 circulares acompanhados de modelos de questionários a todas as instituições.” (*Correio Paulistano*, 11 fevereiro 1940, p. 11). Essa iniciativa de diagnóstico e controle reflete uma tentativa de padronizar e organizar as bibliotecas em todo o território nacional, inserindo-as em um projeto maior de gestão estatal da cultura e da educação.

Assim, a *legitimação* das ações do INL apresenta-se como uma resposta necessária à carência de bibliotecas públicas no Brasil. O discurso baseia-se na ideia de que a ausência de infraestrutura cultural decorreu da falta de recursos, e que o governo, por meio da criação do INL, assumiu a responsabilidade de corrigir essa falha. A justificativa para a intervenção estatal fundamenta-se na necessidade de promover o desenvolvimento cultural e educacional.

O argumento principal presente nas notícias refere-se à polarização entre um passado marcado pela precariedade e um futuro promissor, no qual o INL surge como uma *representação* da força transformadora. Ao mencionar que “os municípios do Brasil, em sua quase totalidade, não dispõem de bibliotecas públicas” (*Diário Carioca*, 16 agosto, 1940, p. 5), evidencia-se o diagnóstico de um problema estrutural. Ao mesmo tempo, projeta-se uma solução com a intervenção do INL, que facilita “a todas as prefeituras do país a instituição de bibliotecas”. O discurso constrói uma narrativa linear de progresso, na qual o Estado intervém para fornecer livros e assistência técnica, promovendo a reorganização das bibliotecas.

Sob uma perspectiva analítica, possibilita-se questionar se esse discurso de progresso e modernização efetivamente se traduziu em mudanças reais nas condições das bibliotecas públicas e no acesso à leitura, ou se apenas reforçou uma propaganda estatal destinada a legitimar o regime autoritário. A *polarização* entre um passado de escassez e um futuro promissor pode, em parte, mascarar as dificuldades concretas de implementação dessas ações em um país com profundas desigualdades regionais e econômicas. Ao mesmo tempo, ao construir a imagem do INL como o grande redentor das bibliotecas públicas, o discurso tende a minimizar as responsabilidades locais e as dinâmicas regionais que também influenciam a organização e manutenção dessas instituições.

O termo “bibliotecas populares brasileiras” insere-se no *contexto* de uma política voltada para a ampliação do acesso à cultura e à educação, especialmente entre as camadas mais

desfavorecidas da população. Essa iniciativa alinha-se ao discurso oficial do governo de Getúlio Vargas, que objetivava a elevação do nível cultural da população como um meio de promover a identidade nacional e fortalecer a coesão social. A *retórica* empregada para descrever essas bibliotecas ressalta seu caráter “elementar, simples e popular”, conforme expresso pelo INL:

Para tornar a realidade fecunda, o Instituto nacional do livro dá alguns conselhos preliminares e adverte principalmente contra a organização de uma biblioteca morta e decorativa. Estabelece como requisito indispensável que seja a biblioteca elementar, simples e popular (Jornal do Brasil, 16 agosto, 1940, p. 10).

A criação de uma biblioteca popular em cada município do Brasil, como parte das comemorações do 3º aniversário do Estado Novo, evidencia-se como uma estratégia política que associava essa iniciativa cultural ao governo, reforçando-se a ideia de que a educação e o acesso ao conhecimento eram responsabilidades compartilhadas pelo Estado. “A cruzada nacional de educação, em prosseguimento à sua campanha pela elevação do nível cultural do povo, vai comemorar o 3º aniversário do Estado Novo com a organização de uma biblioteca popular em cada município do Brasil” (A batalha, 17 setembro, 1940, p. 3).

A *legitimação* dessas “bibliotecas populares” foi reforçada pelo envolvimento de figuras proeminentes, como o escritor Augusto Meyer:

O instituto do livro e as bibliotecas populares. Pelo escritor Augusto Meyer, diretor do instituto nacional do livro, do Ministério da Educação e Saúde, acaba de ser recebida a diretoria da Associação Brasileira pelas bibliotecas populares que foi oferecer a sua cooperação ao novo serviço que o presidente Getúlio Vargas ereou há poucos meses naquele ministério” (A noite, 2 julho de 1938, p. 6).

Buscava-se a cooperação de outras instituições, como a Associação Brasileira de Bibliotecas Populares, para apoiar essa iniciativa governamental. A parceria entre o governo e instituições privadas na criação dessas bibliotecas revelou-se como uma estratégia para assegurar sua efetividade no combate à exclusão educacional. A criação do INL apresentou-se como “uma obra séria de governo”, com a promessa de que “dentro de pouco tempo os brasileiros verão coroados os esforços do instituto no sentido de cada cidadezinha do Brasil possuir sua biblioteca popular.” (Correio Paulistano, 24 abril, 1940, p.6).

A biblioteca popular, assim, tem sua *representação* como reflexo do desenvolvimento cultural e literário do Brasil, promovendo-se, especialmente, a literatura nacional. Elas conceberam um meio pelo qual o “povo” pode ter acesso ao patrimônio cultural, tornando-se o conhecimento acessível às camadas menos favorecidas da sociedade. Além disso, descrevem-se como uma extensão do esforço governamental em “educar” e “civilizar” a população. “A

biblioteca popular Brasileira lançada pelo INL, é um espelho do desenvolvimento da literatura de nossa terra, desde o período colonial. Um dos principais objetivos do instituto é ver a cultura ao alcance do povo.” (A noite, 17 agosto 1943, p. 10).

No entanto, o discurso sobre as bibliotecas populares também estabelece uma *polarização* entre as bibliotecas “populares” e as “decorativas”. A primeira, associada à educação das massas e ao desenvolvimento cultural, enquanto a segunda é vista como elitista e sem impacto real na vida da população. Esse contraste serve não apenas para criticar bibliotecas que não atendem às necessidades práticas do povo, mas também para legitimar a ação governamental, que buscava criar espaços inclusivos, capazes de formar cidadãos e promover o fortalecimento da identidade nacional.

Dessa forma, evidencia-se como o Estado Novo utilizou estratégias retóricas e ideológicas para promover a educação moral e cívica, a fim de reforçar sua ideologia nacionalista e autoritária. O discurso polariza as opções entre devoção patriótica e individualismo, legitimando as medidas do governo como necessárias para a manutenção da ordem e unidade nacionais. Assim, a propaganda e organização das instituições estatais exerceram um papel fundamental na naturalização dessas ideias, ao moldar a percepção pública e restringir o espaço para vozes dissidentes.

No que se refere ao termo genérico “Imagem de Getúlio Vargas” a análise revela o termo relacionado “amigo das crianças” que representou uma estratégia para reforçar a legitimidade do presidente. O INL colaborou para consolidar essa imagem de Vargas como um líder paternalista, comprometido com o progresso e o bem-estar da nação. O título amigo das crianças, destaque na capa de um livro publicado durante o Estado Novo, foi basilar para associar Vargas à estabilidade e ao avanço social.

A representação visual de Vargas carregando uma criança nos braços transmite ao leitor uma mensagem simbólica que reforça a imagem do presidente como um guia protetor e comprometido com o futuro do país. A ação configurou-se como uma representação estratégica para provocar reflexões sobre a figura do presidente e consolidar sua imagem como um líder benevolente, dedicado à felicidade e ao progresso do Brasil.

Examina-se o termo “amigo das crianças”, considerando o *contexto*, *retórica* e *legitimação*, bem como *representação* e *polarização*. Quanto ao *contexto*, o termo amigo das crianças, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu um sistema de controle ideológico e cultural

para reforçar a autoridade do regime. O INL também atuou na divulgação das realizações do Estado Novo, publicando livros que ajudavam a construir o imaginário desejado.

Um exemplo é a imagem de Vargas como amigo e protetor das crianças: “**vê o teu grande amigo** galgando essa escada grande, **carregando nos braços uma criança.**” (DIP, 1941, p. 32, grifo do autor) e considera-o como tal [amigo] “porque ele está fazendo a felicidade do Brasil.” (DIP, 1941, p. 32). As campanhas de propaganda que retratavam Vargas como um líder benevolente e protetor apareceram em livros produzidos pelo INL, como *Getúlio Vargas, amigo das crianças*.

O regime do Estado Novo utilizou uma combinação de propaganda e controle ideológico para fortalecer a imagem do governo. O INL trabalhou com o DIP para divulgar obras alinhadas à ideologia oficial e, ao publicar livros que exaltavam a liderança de Vargas, ajudou a consolidar um imaginário que o apresentava como um líder comprometido com a felicidade e o progresso do Brasil.

Em relação a *retórica e legitimação* ao associar o termo amigo das crianças à representação de Vargas como teu grande amigo galgando essa escada grande, carregando nos braços uma criança e como alguém que faz a felicidade do Brasil, nota-se uma estratégia retórica que visa criar um elo emocional entre o presidente e a população. A metáfora da escada grande implica avanço e elevação, enquanto carregar uma criança reforça a imagem de Vargas como um protetor paternalista das futuras gerações.

Retratá-lo como amigo e líder que faz a felicidade do Brasil reforça a percepção de que ele prioriza o bem-estar nacional, legitimando sua liderança e vinculando-a ao progresso e à prosperidade do país. Dessa maneira, apoiar Vargas é apresentado como sinônimo de apoiar o bem-estar do Brasil.

No que tange a *representação e polarização* a construção da imagem de Vargas como um líder benevolente e protetor das crianças foi uma forma de representação que moldou o imaginário público. A associação de Vargas à felicidade do Brasil reforçou a ideia de que sua liderança era a única capaz de promover o progresso e a unidade nacional. O DIP e o INL, ao publicar livros como *Getúlio Vargas, amigo das crianças* e ao censurar materiais críticos que iam contra a moral, garantiram que apenas obras alinhadas à ideologia oficial fossem divulgadas.

Esse controle ideológico ajudou a consolidar um imaginário que apresentava Vargas como um líder benevolente e paternalista, eliminando críticas e fortalecendo sua autoridade. Dessa forma, o Estado Novo utilizou estratégias discursivas para construir a imagem de Getúlio Vargas como um líder protetor e benevolente. A combinação de propaganda e a produção editorial de livros garantiu que a população visse Vargas como o amigo das crianças e responsável pela felicidade do Brasil. Essa narrativa foi criada e reforçada pela relação do DIP com o INL, moldando a percepção pública e neutralizando a dissidência, ao associar qualquer crítica a uma ameaça ao progresso e ao bem-estar da nação.

Outro termo refere-se ao “amigo dos escritores”. Nos trechos analisados, observa-se o *contexto* para consolidar a imagem de um líder paternalista e protetor dos valores culturais e intelectuais. Esse contexto político era caracterizado por um controle rigoroso sobre a expressão e a cultura, no qual Vargas se posicionava estrategicamente como patrono da cultura nacional, buscando legitimar seu governo autoritário. Conforme descrito pelo Jornal do Commercio: “já vos lembrei que um dos aspectos típicos das personalidades do Presidente Getúlio Vargas é o seu carinho pelas coisas do espírito e da cultura.” (Jornal do Commercio, 25 maio, 1941, p. 4).

Esse discurso propõe uma construção *retórica* que busca representar Vargas como um líder genuinamente interessado na cultura e nas artes, visando criar uma relação de proximidade e apoio com os intelectuais e escritores. Ainda segundo o jornal, “amigo dos escritores o presidente Vargas se tem mostrado, só por isso, um amigo certo com quem conta a causa da cultura nacional.” (Jornal do Commercio, 25 maio, 1941, p. 4).

Nessas duas passagens, nota-se o uso estratégico de termos como “amigo certo” e “carinho”, elementos que reforçam a humanização de Vargas e a tentativa de legitimação de sua figura como líder. A construção dessa retórica positiva atuou para vincular a imagem de Vargas a um defensor autêntico das artes e do desenvolvimento intelectual, enfatizando seu papel como um facilitador do progresso cultural do país.

A *legitimação* desse discurso se dá, na maioria, pela associação de Vargas à função social da arte. Ao posicioná-lo na “função social da arte e do apreço que o Presidente Getúlio Vargas dispensa aos escritores, considerados homens que tomam parte no jogo das forças que compõem a Nação (Jornal do Commercio, 25 maio, 1941, p. 4), constrói-se a ideia de que seu apoio à cultura seria uma contribuição fundamental para o fortalecimento da identidade e coesão nacional. Esse tipo de retórica visa legitimar as intervenções de Vargas na produção

cultural, apresentando-as não como formas de controle, mas como ações positivas e necessárias para o bem-estar social e o progresso da nação.

A *representação* de Vargas como defensor das artes e apreciador do trabalho intelectual é reforçada pela ênfase em sua atuação como patrono das letras e incentivador da produção cultural. Ao ser retratado como uma figura que valoriza e apoia o desenvolvimento cultural, o discurso busca consolidar seu papel na construção de uma identidade nacional coesa, alinhada aos ideais e interesses do regime político vigente.

Além disso, identifica-se uma *polarização* implícita que destaca Vargas como o “amigo dos escritores”, em contraste a outras figuras políticas, que poderiam ser vistas como indiferentes ou mesmo contrárias à causa cultural. Essa estratégia discursiva de polarização intensifica a percepção de Vargas como uma escolha singular e indispensável para o progresso cultural e intelectual do Brasil, estabelecendo um contraste nítido entre sua postura de apoio à cultura e a possível indiferença de outros líderes políticos.

O termo “amigo das boas causas” pode ser interpretado no *contexto* da construção da imagem de Getúlio Vargas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No discurso analisado, identifica-se a seguinte trecho:

Não obstante as elevadas funções que V. Excia. vem desempenhando dentro do governo patriótico e benemérito do preclaro Presidente Getúlio Vargas, e ainda em virtude do acerto e justiça que presidem os seus atos de homem público e sincero amigo das boas causas. (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940, p. 2).

Identifica-se nessa construção uma *retórica* que busca exaltar a figura de Vargas, promovendo uma imagem positiva de sua administração. O uso de expressões como “governo patriótico e benemérito” e “preclaro Presidente Getúlio Vargas” evidencia um esforço de adulação do líder, reforçando a percepção de uma autoridade moral e cultivando um sentimento de dever e gratidão em relação ao governo. Observa-se que tal retórica é característica de regimes autoritários que visam à legitimação de seu poder, promovendo valores como “acerto e justiça” como princípios orientadores das decisões tomadas por Vargas.

Esse processo de *legitimação* constrói-se a partir de uma moralidade aparente e do alinhamento com as “boas causas,” atribuindo ao líder uma postura de defensor do bem comum e das causas justas, o que reforça sua posição como uma autoridade benevolente. Além disso, o termo “amigo das boas causas” projeta Vargas não apenas como um líder político, mas também como uma figura paternalista, dedicada ao bem-estar da nação e ao apoio a causas justas. Essa

representação busca aproximar o líder do público, fomentando uma relação de confiança e proximidade, consolidando a ideia de que suas ações estão sempre voltadas para os interesses do país.

Observa-se também uma construção de *polarização*, em que a exaltação de Vargas como “amigo das boas causas” implica uma divisão implícita entre os que apoiam e os que se opõem ao presidente. Aqueles que se opõem são automaticamente posicionados como adversários das boas causas, sugerindo uma dicotomia entre “nós” (os apoiadores do governo) e “eles” (os opositores percebidos como distantes da moralidade e do patriotismo, associados ao regime).

Nesse sentido, o termo “Chefe de Governo” insere-se no *contexto* da juventude como um dos pilares fundamentais do governo, considerando:

Bem sabe o Chefe do Governo que é o braço dinâmico o pujante da juventude que levanta, nos grandes e culminantes momentos, trincheira espiritual, que defende a nacionalidade, que preserva a raça, que salvaguarda a tradição. (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940, p.13).

Nesse sentido, observa-se que a juventude é descrita como elemento principal na preservação e na promoção dos valores e princípios defendidos pelo governo, sendo-lhe atribuída o compromisso de assegurar a continuidade dos ideais difundidos pelo regime. O discurso elaborado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda caracteriza-se por uma *retórica* persuasiva e carregada de apelo emocional, ao lançar mão de expressões como “braço dinâmico” e “pujante da juventude” para compor uma imagem de vigor e heroísmo, associando-se a juventude brasileira a uma missão quase sagrada de defesa dos valores nacionais. Tal discurso evoca uma dimensão espiritual e de defesa de valores intangíveis, como a “preservação da raça” e a “salvaguarda da tradição,” construindo-se, assim, uma ligação direta entre a juventude e a missão histórica de proteção e perpetuação dos ideais da nação, conferindo-lhe um caráter transcendental ao papel atribuído a esse grupo pelo regime.

A *legitimação* do poder exercido pelo “Chefe do Governo” reforça-se por meio da associação simbólica com a juventude, representada como o “braço dinâmico” do regime. Nessa construção discursiva, indica que o governo, personificado na figura de Vargas, estabelece uma relação intrínseca e natural com as forças jovens da sociedade, que se apresentam como as defensoras principais do projeto político delineado pelo Estado Novo. Ao destacar-se que a juventude é responsável por defender a “nacionalidade” e por “preservar a raça,” procura-se justificar as ações governamentais como imperativas e indispensáveis para a proteção e o

progresso do país, legitimando-se, portanto, as práticas autoritárias e centralizadoras que marcaram esse período.

No contexto em questão, a *representação* da juventude é idealizada, sendo delineada como a vanguarda encarregada de salvaguardar os valores nacionais e espirituais. Não se observam, entretanto, referências a eventuais divergências ou críticas no seio desse grupo, o que contribui para uma visão homogênea e instrumentalizada da juventude, moldada para atender e reforçar os interesses do Estado. O “Chefe do Governo” é retratado como uma figura de liderança paternalista, que compreende e orienta esse “braço dinâmico,” canalizando a energia e o entusiasmo juvenil para a consecução dos objetivos traçados pelo regime.

Assim sendo, constata-se que o discurso promovido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda articula a *polarização* entre o “nós” (a juventude e o governo) e “eles” (quaisquer elementos percebidos como ameaças à nacionalidade, à raça ou à tradição). Essa estrutura estabelece uma fronteira moral rigorosa que justifica a exclusão ou marginalização daqueles que não aderem aos valores e princípios promovidos pelo governo, consolidando uma perspectiva maniqueísta que apresenta qualquer forma de oposição ao regime como uma ameaça direta aos valores fundamentais da nação.

Nesse contexto histórico, identifica-se o seguinte trecho “essa é a primeira parte da grande tarefa a que se propôs o Sr. Getúlio Vargas. O seu patriotismo vigilante não se contenta em fazer grande o Brasil. Ele quer que o Brasil maior, amanhã.” (Departamento de imprensa e propaganda, 1940, p.10). Nesse sentido, o termo “Patriotista Vigilante” insere-se no *contexto* que se revela carregadas também de outras conotações emocionais, como “grande tarefa,” e “Brasil maior, amanhã”, isto é, uma *retórica* concebida com o propósito explícito de envolver o público e de legitimar as ações do governo, ao mesmo tempo que se busca inspirar sentimentos de orgulho e otimismo em relação ao futuro do país sob a liderança de Vargas. Essa abordagem retórica se mostra eficaz ao justificar medidas autoritárias como necessárias em prol de um suposto bem maior para a sociedade.

Observa-se, ainda, que o discurso se utiliza de questões para *legitimação* das ações de Vargas, apresentando seus esforços como uma missão de magnitude nacional. A construção da imagem de Vargas como líder que se mantém “vigilante” e que “não se contenta em fazer grande o Brasil” indica que suas intenções transcendem os objetivos convencionais, posicionando-o como um chefe singular e imprescindível para o desenvolvimento da nação.

A *representação* discursiva de Vargas é cuidadosamente elaborada, projetando-o como um defensor incansável do Brasil, comprometido em assegurar um futuro próspero para a nação. Ao descrever Vargas como alguém que “não se contenta,” se constrói uma imagem de determinação e de um compromisso quase heroico, posicionando-o como um líder protetor e visionário. Tal representação revela-se dinâmica ao consolidar a figura de Vargas como um governante a consecução da grandeza nacional.

Além disso, evidencia-se no discurso a *polarização*, estabelecendo uma dicotomia explícita entre aqueles que se alinham ao projeto nacionalista de Vargas e aqueles que dele discordam. A expressão “patriotismo vigilante” implica que somente os verdadeiros patriotas, aqueles que se mantêm vigilantes em seu patriotismo, estão de fato comprometidos com o bem-estar do Brasil. Essa construção discursiva, de maneira implícita, gera uma divisão entre os “patriotas” e os que não se enquadram nesse ideal, reforçando a dicotomia entre aliados e adversários do projeto nacionalista defendido por Vargas.

Essas características conectam-se diretamente ao uso do termo “Protetor das Classes Trabalhistas,” que reflete o *contexto* de Vargas como um líder com uma “vocação política” inquestionável e um compromisso profundo com o bem-estar social e a proteção dos trabalhadores. No trecho analisado, afirma-se que:

O presidente Getúlio Vargas, indiscutivelmente a maior vocação política do Brasil, tem, dos problemas culturais, uma visão ampla e muito sábia. Ela não é apenas o desvelado protetor das classes trabalhistas, o assistente magnânimo dos obscuros forjadores da grandeza nacional. (Gazeta de notícias, 29 dezembro de 1937, p.2).

Observa-se que essa construção *retórica* utiliza adjetivos como “indiscutivelmente” e “maior vocação política” para criar uma imagem idealizada de Vargas, reforçando a percepção de sua autoridade e sabedoria inquestionáveis. O uso do termo “protetor das classes trabalhistas” atua como uma metáfora que posiciona Vargas em um papel paternalista, complementado por expressões como “assistente magnânimo,” que indicam uma figura benevolente e cuidadosa em relação aos trabalhadores.

Além disso, a retórica presente no trecho se direciona à *legitimação* das ações governamentais, consolidando Vargas como um líder altruísta e benevolente, cuja autoridade se fundamenta no suposto compromisso com os interesses populares. Essa legitimação intensifica-se ao associá-lo a uma visão cultural ampla e sábia, apresentando-o como um líder dotado de entendimento superior e capacidade de governar com clareza e justiça, fortalecendo a narrativa de que seu governo estava em sintonia com os interesses do povo.

Consequentemente, a *representação* de Vargas lhe faz referência como líder iluminado e protetor, configurando-se como uma figura principal no desenvolvimento nacional e cultural do país. Além disso, evidencia-se uma polarização no discurso em que os trabalhadores são descritos como “os obscuros forjadores da grandeza nacional”, uma expressão que destaca seu papel de esforço e sacrifício, mas que simultaneamente os coloca em uma posição de subordinação, dependentes da liderança e proteção paternalista de Vargas. Essa construção simbólica reforça a ideia de uma hierarquia em que Vargas é visto como indispensável para garantir a prosperidade e o bem-estar das classes populares, legitimando sua autoridade e justificando seu papel como guardião dos interesses nacionais.

Nessa perspectiva, o termo “Assistente Magnânimo” insere-se no *contexto* que busca legitimar Vargas não apenas como um governante, mas também como um protetor das classes trabalhadoras e um líder ideal em termos sociais e culturais.

No trecho analisado destaca-se:

O presidente Getúlio Vargas, indiscutivelmente a maior vocação política do Brasil, tem, dos problemas culturais, uma visão ampla e muito sábia. Ela não é apenas o desvelado protetor das classes trabalhadoras, o assistente magnânimo dos obscuros forjadores da grandeza nacional. (Gazeta de notícias, 29 dezembro de 1937, p. 2).

A construção *retórica* do discurso enaltece a figura de Getúlio Vargas, utilizando-se de uma série de elementos discursivos para consolidar uma imagem idealizada e quase heroica do líder. O uso de expressões como “maior vocação política do Brasil,” “visão ampla e muito sábia,” e “assistente magnânimo” constitui um alicerce importante na tentativa de inspirar no público um reconhecimento de Vargas como um governante indispensável, benevolente e defensor das causas nacionais, articulando-se uma percepção de que seu papel transcende o de um mero líder político para o de um verdadeiro guardião do bem-estar nacional.

A *legitimação* do discurso constrói-se por meio da atribuição de qualidades superiores a Vargas, posicionando-o não apenas como um político habilidoso, mas como alguém que possui uma compreensão profunda e abrangente dos problemas culturais e sociais que permeiam o país. O objetivo é projetar Vargas como uma figura e para o progresso e a prosperidade nacionais, conferindo-lhe uma autoridade tanto moral quanto intelectual que justificaria suas ações e decisões políticas.

Além disso, a *representação* de Vargas no discurso se configura de maneira dual e complexa: enquanto ele é descrito com uma aura quase messiânica, as classes trabalhadoras são

retratadas como os “obscuros forjadores da grandeza nacional,” necessitados de sua proteção e orientação. Essa descrição reforça-se na ideia de Vargas como um líder paternalista, cujas ações são guiadas por um sentimento de cuidado e proteção para com os setores mais vulneráveis da sociedade, em uma relação quase de dependência simbiótica.

O discurso articula-se em uma *polarização* entre Vargas, o “protetor desvelado,” e as massas trabalhadoras, apresentadas como dependentes da liderança e intervenção do chefe do Estado. Essa construção discursiva implica que, sem a liderança vigilante de Vargas, as classes trabalhadoras estariam desamparadas, reforçando-se, assim, a narrativa da indispensabilidade de sua figura como guardião e condutor do destino nacional.

6 GLOSSÁRIO: ESTRUTURA POLÍTICA, IDEOLÓGICA E CULTURAL DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Ao explicitar o propósito e a natureza do minissistema proposto, observa-se que ele não deve ser confundido com um micro-tesauro um sistema conceitual em sentido estrito. Trata-se, na verdade, de um glossário funcional, voltado especificamente para a organização de conhecimento. Assim, ressalta-se que esse glossário pode servir de base para o desenvolvimento posterior de instrumentos mais complexos, como tesouros, dicionários e sistemas de classificação.

A análise foi fundamentada em um conjunto rigoroso de 45 descritores, selecionados a partir de uma abordagem metodológica detalhada e sistemática. Esses descritores, que constituem elementos centrais para a estrutura do minissistema em formato de glossário, que foram majoritariamente extraídos de reportagens publicadas em veículos de ampla circulação, incluindo manchetes, colunas de opinião e reportagens completas. A escolha criteriosa dessa fonte visou captar nuances discursivas e diferentes enfoques, permitindo uma compreensão abrangente sobre as representações relacionadas ao contexto investigado.

Além das fontes jornalísticas, a análise incorporou também os documentos oficiais do período do Estado Novo, os quais forneceram uma base sólida para o entendimento das políticas e diretrizes institucionais da época. As publicações INL, em particular, os livros destacaram-se por sua relevância, servindo como um canal estratégico para a difusão das estruturas ideológicas, políticas e culturais do regime sobre a imagem de Vargas. Os livros não apenas elucidam as estratégias de promoção cultural do INL, mas também revelaram os mecanismos de legitimação e controle social que o Estado Novo buscava implementar por meio da cultura literária.

Desse modo, a convergência entre fontes jornalísticas e documentos oficiais viabilizou o resultado do minissistema como um instrumento aqui apresentado da metodologia adotada, ao cruzar esses descritores. Além disso, cabe destacar que a clareza quanto ao propósito e aos limites desse sistema torna-se importante para uma compreensão plena de seu potencial como recurso organizacional.

Desse modo, o glossário proposto representa uma etapa no processo de sistematização, para permitir ao leitor perceber sua utilidade prática. Assim, ao posicionar o glossário como

um recurso de OC, reforça-se sua aplicabilidade enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de sistemas mais robustos de categorização e relação terminológica. Dessa maneira, tal iniciativa poderá promover uma estrutura organizada que facilitará futuras expansões conceituais para outros Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC's).

A estrutura do minissistema está dividida em:

1. **Descritor:** termo usado para representar um conceito na indexação no minissistema.
2. **Relações hierárquicas:**
 - **Termo Geral (TG):** termo mais abrangente que inclui o termo em questão.
 - **Termo Específico (TE):** termo mais restrito que deriva⁴ do termo em questão.
3. **Termo Associativo (TA):** termo relacionado que não possuem uma hierarquia direta, mas têm uma conexão conceitual importante.
4. **Nota de Escopo (NE):** uma definição que delimita o uso do termo.

A seguir apresenta-se um minissistema em formato de glossário dos resultados alcançados da pesquisa.

AMIGO DAS BOAS CAUSAS

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Benevolente, Protetor das classes trabalhistas

NE: característica de Getúlio Vargas como um defensor de causas justas e benéficas para a sociedade, reforçando sua imagem como um líder moral e benevolente.

⁴ **Observação:** De acordo com a Norma ISO 1087 (2000), um “conceito específico” é definido como um conceito que, numa relação genérica, possui um intensão mais ampla, o que permite essa flexibilidade associativa sem uma subordinação lógica estrita. Assim, as relações identificadas como Termo Genérico (TG) e Termo Específico (TE) indicam uma estrutura hierárquica de organização, embora essa hierarquia não seja necessariamente lógica. Isso significa que a relação entre os termos não implica, obrigatoriamente, um vínculo de tipo ou parte, mas uma associação contextual que contribui para a organização e compreensão do conhecimento dentro deste minissistema.

AMIGO DAS CRIANÇAS

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Líder paternalista, Figura protetora

NE: significação de Getúlio Vargas como uma figura paternalista e protetora das futuras gerações, cuidando do país como um pai cuida de seus filhos.

AMIGO DOS ESCRITORES

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Patrono das artes, Movimento Cultural Brasileiro

NE: representação de Getúlio Vargas como defensor da cultura e dos intelectuais, visando criar uma imagem de patrono das artes e da cultura nacional.

APOSTOLADO CÍVICO

TG: Mobilização social

TE: Consciência patriótica, Educação moral e cívica

TA: Espírito Nacional, Cultura ao Alcance do Povo

NE: estratégia de mobilização social para apoiar os valores e ideais do regime, estimulando a lealdade ao Estado e o engajamento cívico.

ASSISTENTE MAGNÂNIMO

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Benevolente, Protetor das classes trabalhistas

NE: representação que reforçava a imagem de Getúlio Vargas como um líder generoso e benevolente, comprometido com o bem-estar nacional e o desenvolvimento social.

BENEVOLENTE

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Assistente Magnânimo, Amigo das boas causas

NE: caracterização de Getúlio Vargas como um líder compassivo e dedicado ao bem-estar da nação, reforçando a sua legitimidade perante o povo.

BIBLIOTECAS POPULARES

TG: Instituto Nacional do Livro

TA: Cultura ao alcance do Povo, Democratização do Conhecimento

NE: iniciativa do Estado Novo para criar bibliotecas acessíveis à população, promovendo a democratização do conhecimento.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS

TG: Instituto Nacional do Livro

TA: Cultura Bibliográfica Nacional, Difusão do livro no Brasil

NE: projeto de criação e expansão de bibliotecas pelo Brasil como parte do projeto de difusão cultural do Estado Novo.

CHEFE DA NAÇÃO

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Chefe do Governo, Construtor do Brasil Moderno

NE: representação de Getúlio Vargas como a figura máxima de autoridade no país, responsável por guiar o Brasil rumo ao progresso.

CHEFE DO GOVERNO

TG: Chefe da Nação

TA: Líder Supremo, Autoridade Central

NE: Característica dada a Getúlio Vargas como autoridade suprema do Estado Novo, reforçando seu papel de comando e liderança centralizada.

CONSTRUTOR DO BRASIL MODERNO

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Modernização, Progresso

NE: representação de Getúlio Vargas como principal responsável pela modernização do Brasil, justificando suas políticas autoritárias em prol do progresso.

CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA

TG: Apostolado cívico

TE: Educação moral e cívica

TA: Espírito da leitura

NE: compromisso leal com a nação, considerado pelo governo como um ideal moral indispensável para todos os cidadãos.

CULTURA AO ALCANCE DO POVO

TG: Difusão Cultural

TE: Bibliotecas Populares

TA: Instituto Nacional do Livro, Educação bibliográfica

NE: esforço do Estado Novo para democratizar o acesso à cultura e ao conhecimento, promovendo o nacionalismo.

CULTURA BIBLIOGRÁFICA NACIONAL

TG: Educação nacional

TE: Difusão do livro no Brasil

TA: Movimento Bibliográfico Brasileiro

NE: desenvolvimento e promoção da produção literária nacional como fundamental para o progresso cultural do país.

DEVERES MILITARES

TG: Educação moral e cívica

TA: Patriotismo, Serviço Militar

NE: compromissos vinculados à educação moral e cívica, envolvendo a defesa do Estado e o cumprimento do serviço militar.

DEMOCRACIA AUTORITÁRIA

TG: Estrutura política do Estado Novo

TE: Poder Moderado

TA: Governo Disciplinar, Governo Patriótico

NE: sistema de governo que une elementos de democracia, como direitos políticos limitados e liberdade individual, com práticas autoritárias, como repressão política e concentração de poder.

DIFUSÃO CULTURAL

TG: Empreendimento Cultural

TE: Cultura ao Alcance do Povo

TA: Movimento Cultural Brasileiro

NE: promoção do conhecimento e da cultura como ferramentas para a nacionalização e controle social durante o Estado Novo.

DIFUSÃO DO LIVRO NO BRASIL

TG: Cultura Bibliográfica Nacional

TE: Obras bibliográficas populares

TA: Instituto Nacional do Livro, Movimento Bibliográfico Brasileiro

NE: movimento promovido pelo Estado Novo para ampliar a circulação de livros e promover a leitura como parte da cultura nacional.

EDUCAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

TG: Cultura ao alcance do Povo

TA: Instituto Nacional do Livro, Difusão Cultural

NE: iniciativa de ampliar o acesso à cultura por meio de bibliotecas e materiais de leitura acessíveis à população.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

TG: Educação nacional

TA: Consciência patriótica, Apostolado cívico

NE: disciplina fundamental do Estado Novo que visava inculcar valores patrióticos, ordem e devoção ao Estado.

EDUCAÇÃO NACIONAL

TG: Governo Disciplinar

TA: Instituto Nacional do Livro, Cultura Bibliográfica Nacional

NE: conceito promovido pelo Estado Novo para modernizar o sistema educacional brasileiro e fortalecer a identidade nacional.

EMPREENDIMENTO CULTURAL

TG: Projeto Cultural do Estado Novo

TE: Difusão Cultural, Instituto Nacional do Livro

TA: Movimento Cultural Brasileiro

NE: ações culturais do Estado Novo visando promover e legitimar a identidade nacional.

ESPÍRITO DA LEITURA

TG: Consciência patriótica

TA: Movimento Bibliográfico Brasileiro

NE: ideia de que a leitura era uma atividade cívica e patriótica que contribuía para a formação da consciência nacional.

ESPÍRITO NACIONAL

TG: Apostolado cívico

TA: Governo Patriótico, Consciência patriótica

NE: conceito que reforçava a unidade e o patriotismo como valores centrais do Estado Novo, justificando o controle social.

ESTRUTURA POLÍTICA DO ESTADO NOVO (TP)

TG: Governo de Getúlio Vargas

TE: Democracia autoritária, Governo Disciplinar, Governo Patriótico

TA: Mentalidade Nacional Brasileira, Poder Moderado

NE: conjunto de estruturas políticas e ideológicas que fundamentaram o regime do Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945, sob a liderança de Getúlio Vargas.

GOVERNO DISCIPLINAR

TG: Estrutura política do Estado Novo

TE: Educação nacional

TA: Ordem e Hierarquia, Consciência patriótica

NE: governo que se baseia em princípios de disciplina e controle rígido, visando orientar a conduta dos cidadãos e garantir a obediência às diretrizes nacionais.

GOVERNO PATRIÓTICO

TG: Estrutura política do Estado Novo

TE: Consciência patriótica

TA: Patriotismo, Espírito Nacional

NE: representa a defesa dos ideais nacionalistas e a promoção de uma cultura de lealdade ao país, exaltando os valores patrióticos e o amor à pátria.

GUARDIÃO DA MORAL NACIONAL

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Educação moral e cívica, Valores nacionais

NE: representação de Getúlio Vargas como o protetor dos valores morais e cívicos da nação, reforçando a centralidade da moralidade em seu governo.

HOMEM PATRIÓTICO

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Patriotismo, Defesa do Brasil

NE: atributo de Getúlio Vargas como orientador comprometido com o progresso e a felicidade do Brasil, demonstrando devoção à pátria.

IMAGEM DE GETÚLIO VARGAS

TG: Propaganda do Estado Novo

TE: Amigo das boas causas, Amigo das crianças, Amigo dos escritores

TA: Construção simbólica, Controle ideológico

NE: construção simbólica promovida pelo Estado Novo para retratar Getúlio Vargas como um líder benevolente e protetor, através da propaganda e controle ideológico.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

TG: Empreendimento Cultural

TE: Difusão Cultural, Movimento Bibliográfico Brasileiro

TA: Bibliotecas Populares, Bibliotecas Públicas

NE: órgão responsável por promover conteúdos bibliográficos alinhados ao regime, especialmente na educação e cultura, durante o Estado Novo.

LÍDER PATERNALISTA

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Amigo das crianças, Protetor das classes trabalhistas

NE: representação de Getúlio Vargas como um líder que cuida da sociedade com afeto e proteção, semelhante a um pai guiando seus filhos.

LIVRO NACIONAL

TG: Cultura Bibliográfica Nacional

TA: Movimento Bibliográfico Brasileiro

NE: literatura brasileira promovida como parte do patrimônio cultural nacional, reforçando o orgulho e a soberania cultural.

MENTALIDADE NACIONAL BRASILEIRA

TG: Nacionalismo

TE: Educação moral e cívica

TA: Cultura Bibliográfica Nacional

NE: conjunto de valores, crenças e atitudes promovidos pelo Estado Novo para unificar a identidade e ideologia nacional do Brasil.

MOVIMENTO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO

TG: Instituto Nacional do Livro

TE: Difusão do livro no Brasil

TA: Cultura Bibliográfica Nacional

NE: iniciativa do Instituto Nacional do Livro para organizar e promover a produção literária e o mercado editorial no Brasil.

MOVIMENTO CULTURAL BRASILEIRO

TG: Empreendimento Cultural

TA: Movimento Bibliográfico Brasileiro, Instituto Nacional do Livro

NE: esforço do Estado Novo para promover valores nacionalistas e criar uma identidade cultural coesa.

MOVIMENTO INTELECTUAL BRASILEIRO

TG: Movimento Cultural Brasileiro

TA: Produção cultural, Intelectuais alinhados ao regime

NE: conjunto de iniciativas culturais promovidas pelo governo para valorizar os intelectuais como parte do projeto nacional.

NACIONALISMO LITERÁRIO

TG: Movimento Cultural Brasileiro

TA: Livro nacional, Cultura Bibliográfica Nacional

NE: movimento que promovia a valorização da literatura nacional para fortalecer a identidade cultural durante o Estado Novo.

OBRAS BIBLIOGRÁFICAS POPULARES

TG: Difusão do livro no Brasil

TA: Instituto Nacional do Livro, Cultura ao Alcance do Povo

NE: livros publicados a preços acessíveis para democratizar o acesso à cultura, promovidos pelo INL.

PATRIMÔNIO LITERÁRIO NACIONAL

TG: Cultura Bibliográfica Nacional

TA: Livro nacional, Nacionalismo literário

NE: promoção da literatura nacional como parte da identidade cultural e da soberania do país.

PATRIOTISTA VIGILANTE

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Defesa Nacional, Comprometimento

NE: Descrição de Getúlio Vargas como um governante atento e dedicado à defesa dos interesses nacionais, promovendo vigilância e compromisso constante.

PODER MODERADO

TG: Democracia autoritária

TA: Concentração de poder, Coordenação política

NE: gestão do poder que procura balancear autoridade e coordenação, sendo apresentado como moderado para atenuar a percepção de autoritarismo.

POLÍTICA DO ESPÍRITO

TG: Empreendimento Cultural

TA: Controle cultural, Educação nacional

NE: Estratégia do governo do Estado Novo para controlar a produção cultural e educativa, consolidando o papel do Estado na formação da identidade nacional.

PROTETOR DAS CLASSES TRABALHISTAS

TG: Imagem de Getúlio Vargas

TA: Assistente Magnânimo, Políticas sociais

NE: característica de Getúlio Vargas como defensor dos direitos e necessidades das classes trabalhadoras, destacando suas políticas sociais e trabalhistas.

ESTRUTURA POLÍTICA DO ESTADO NOVO

TG: Governo de Getúlio Vargas

TE: Democracia autoritária, Governo Disciplinar, Governo Patriótico

TA: Mentalidade Nacional Brasileira, Poder Moderado

NE: conjunto de estruturas políticas e ideológicas que fundamentaram o regime do Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945, sob a liderança de Getúlio Vargas.

7 CONCLUSÃO

Ao concluir esta tese, intitulada “*A Organização Social do Conhecimento no Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil: da terminologia à ideologia*”, foi possível alcançar uma compreensão aprofundada sobre o papel desempenhado pelo INL na construção de uma estrutura de controle ideológico e de promoção de uma identidade cultural nacional durante o Estado Novo. A pesquisa focou-se em investigar como os termos e discursos promovidos pelo INL contribuíram para a OSC, especialmente no que diz respeito à promoção de obras bibliográficas e à materialidade discursiva nos jornais e livros da época.

Os objetivos traçados no início da pesquisa foram alcançados. A análise da materialidade discursiva, associada aos jornais e livros do período, possibilitou identificar como as estratégias linguísticas foram usadas para moldar o imaginário social. O estudo também destacou como a OC, no contexto do Estado Novo, estava intrinsecamente ligada à promoção de uma ideologia autoritária. A tese contribui, assim, para corroborar o entendimento de que a OC não é neutra, mas um processo que faz parte da questão político e cultural.

De outro modo, o INL atuou como um aparelho ideológico do governo, em Althusser (1985) o conceito de aparelho ideológico do estado é exposto pela relação imaginária dos indivíduos com o mundo real, ocasionando uma deformação nas suas percepções de condições reais da existência em que por meio das relações de produção, classe e ideologia se reverbera em suas condições de existência.

Nesse sentido, as produções e utilização da literatura e outras formas de documentação, foram meios para divulgar uma visão ideológica do Estado e do que significava ser brasileiro. Ao incentivar uma produção editorial controlada e uma política de divulgação que moldasse o cidadão segundo os valores do regime, o estado novo não apenas interveio na produção de obras, mas principalmente nas formas como essas obras eram distribuídas e interpretadas pela sociedade.

No que tange ao INL, o discurso oficial evidenciou sua atuação como uma ferramenta de controle e nacionalização cultural, enfatizando a criação de bibliotecas, a difusão de obras literárias e o fortalecimento da “educação moral e cívica”. A retórica empregada visava legitimar a intervenção estatal na cultura e posicionar o Estado como o grande responsável pela

“salvação” cultural da nação, reforçando a narrativa do progresso inevitável sob a liderança de Vargas.

Por isso, ao observar os termos e os discursos promovidos nos livros, jornais e documentos da época, fica evidente que o instituto utilizava um discurso estratégico e carregado de “termos ideológicos” para legitimar o regime. A análise crítica do discurso revelou o uso de elementos linguísticos que não apenas comunicavam ideias, mas construíam um ambiente no qual o controle social era sutilmente exercido por meio da cultura. Cada documento e obra promovida, cada biblioteca organizada e cada jornal que divulgava as ações do INL evidenciam a intersecção entre poder político e controle social.

Desse modo, as práticas discursivas promovidas pelo instituto tiveram um papel central na construção de uma narrativa nacional unificada. O INL, como um braço cultural do governo, utilizou-se dessa premissa ao produzir um discurso nacionalista que permeava textos literários, jornalísticos e didáticos sob seu controle. Os autores eram encorajados – e, em muitos casos, direcionados – a adotar um tom nacionalista, construindo a “nação” como entidade unificada, moralmente elevada e comprometida com o progresso.

Do mesmo modo, os textos contrastavam frequentemente o “velho Brasil” – associado ao atraso, corrupção e instabilidade – com o “novo Brasil” que emergia sob a liderança de Vargas, reforçando a ideia de que qualquer retorno ao passado seria um retrocesso, enquanto a adesão às políticas do Estado Novo era apresentada como a única forma de garantir o progresso. Além disso, o apelo emocional, especialmente no que se refere à juventude e ao futuro da nação, era utilizado para criar um vínculo emocional entre os jovens leitores e a nova ordem social.

Além disso, os jornais também figuram como uma peça-chave na disseminação e reforço dessas práticas discursivas. Como sugere Bourdieu (1989), os meios de comunicação de massa têm o poder de legitimar certas narrativas e deslegitimar outras. No caso dos jornais apoiados pelo INL, o papel da imprensa era retratar o regime de Vargas como promotor de uma “revolução social e moral”, criando uma imagem de progresso contínuo. As manchetes enfatizavam a modernização do país, enquanto os editoriais reforçavam a necessidade de uma população disciplinada e obediente.

A combinação dessas estratégias terminológicas e discursivas permitiu ao INL controlar não apenas o tipo de literatura e conhecimento produzido, mas também moldar as percepções públicas sobre a identidade nacional. O conceito de brasilidade, que emergiu durante o Estado

Novo, estava ligado à ideia de um país simultaneamente moderno e tradicional, disciplinado e progressista”. Essa narrativa foi essencial para garantir que o projeto político de Vargas fosse amplamente aceito pela população.

Assim, pode se constatar que a linguagem era mais do que uma ferramenta de comunicação: apresentava-se como um dispositivo de poder, um meio de controle da interpretação e, conseqüentemente, da realidade. A terminologia empregada não servia apenas para classificar obras e estava longe de ser um conjunto de palavras neutras, mas foi cuidadosamente selecionada e instrumentalizada pelo INL como uma forma de controle, para guiar o leitor em uma direção ideológica, conformando a sociedade às expectativas de um Estado “centralizador” e “modernizador”.

A OSC, como promovida pelo INL, esteve presente em cada decisão de estratégia política que envolvia a produção e a distribuição de jornais, documentos e livros. A utilização de termos como “democracia autoritária”, “mentalidade nacional brasileira” e “governo patriótico” evidenciou a forma como a retórica política buscava conciliar a repressão e a autoridade com uma ideia de progresso e unidade nacional. A polarização entre um “nós” patriótico e os “outros” dissidentes configurou-se como uma estratégia para marginalizar as críticas e reforçar a visão autoritária do governo como a única alternativa viável para garantir a ordem e o desenvolvimento do país.

A análise também aponta a presença de uma tensão entre a idealização de uma produção cultural autônoma e a dependência de publicações estrangeiras, especialmente no contexto do “movimento bibliográfico brasileiro”. A retórica exaltava o papel dos escritores e intelectuais como agentes do desenvolvimento cultural, porém, ao mesmo tempo, refletia uma realidade em que a produção editorial nacional ainda estava longe de alcançar a autonomia desejada.

Por outro lado, as “bibliotecas populares” e a “cultura bibliográfica nacional” foram descritas como iniciativas importantes para democratizar o acesso ao conhecimento, mas que enfrentaram desafios consideráveis, como a falta de recursos e a dificuldade de implementação em um país de profundas desigualdades regionais. As bibliotecas criadas pelo INL, os programas de incentivo à leitura e os projetos editoriais reforçaram o papel do Estado como organizador do acesso ao conhecimento. A promoção de literatura alinhada aos ideais do Estado Novo serviu como extensão das políticas educacionais e de moralização, pretendendo criar uma

imagem homogênea da sociedade brasileira, uma sociedade capaz de abraçar o progresso industrial e, ao mesmo tempo, manter a ordem e a coesão social mediante a valores patrióticos.

Dessa maneira, a pesquisa revela que o INL não apenas contribuiu para a difusão da cultura literária no Brasil, mas também para a construção de uma estrutura ideológica que visava disciplinar o pensamento e a imaginação dos cidadãos. A formação de uma identidade nacional coesa, conforme pretendia o Estado Novo, dependia não apenas da divulgação de conhecimento, mas da forma como esse conhecimento era organizado, mediado e apresentado ao público.

Portanto, o estudo permitiu compreender a dinâmica entre o controle político e a produção cultural, revelando como a OSC pode ser instrumentalizada para reforçar ideologias e moldar a sociedade por termos empregados cotidianamente nas mídias da sua modernidade. A experiência do INL é um exemplo de como as instituições culturais podem atuar como agentes de transformação social, influenciando as bases da educação, da identidade e da memória coletiva.

A OSC pelo INL se manifestou de diversas formas, seja pela padronização da linguagem utilizada nos materiais publicados, seja pela seleção criteriosa dos títulos que receberiam apoio estatal. Nesse sentido, o controle terminológico exerceu um papel fundamental na construção de uma narrativa unívoca sobre a história e a cultura brasileiras. Os títulos que exaltavam a figura de Getúlio Vargas contribuíram para criar um imaginário coletivo que legitimava o poder do governo e vinculava o progresso do país à figura do presidente.

Outro exemplo de ressignificação dessa terminologia foi o termo “patriotismo”. Nos materiais do INL, o patriotismo era reiteradamente associado à lealdade a Vargas e ao Estado. A literatura e os jornais financiados pelo instituto enfatizavam que ser um patriota significava seguir as diretrizes do governo, apoiar a modernização do país e rejeitar qualquer tipo de oposição política ou ideológica. Essa reinterpretação do termo tinha o objetivo de eliminar qualquer espaço para dissidências, já que qualquer crítica ao governo era tratada como uma traição ao país.

Além disso, o estudo oferece sentidos práticos sobre como políticas de controle da informação podem ser identificadas e analisadas. Em um momento em que o controle sobre a mídia e a manipulação da informação estão no centro de debates políticos globais, o estudo das

práticas do INL oferece lições valiosas para a compreensão de como o controle da produção cultural e editorial pode influenciar a opinião pública e moldar a identidade nacional.

Portanto, esta tese oferece contribuições substanciais tanto no campo teórico quanto no aspecto aplicado da ciência da informação. Do ponto de vista teórico, avança a compreensão sobre a relação entre discurso, poder e conhecimento, revelando como a OSC pode ser instrumentalizada por regimes autoritários para fins políticos. Em sentido aplicado, oferece um modelo metodológico e um glossário que podem subsidiar futuras investigações que queiram explorar o uso do discurso e da terminologia como ferramentas de controle ideológico. A combinação de análise crítica do discurso (ACD) e análise terminológica mostrou-se eficaz para desvendar as estratégias utilizadas pelo INL, permitindo uma compreensão mais profunda das relações entre poder e produção do conhecimento.

Também podem ampliar o escopo deste estudo para novas análises, incluindo outras instituições além do INL, que orquestram com o Plano de Governo estado-novista, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e seus efeitos na OSC. Outra área a ser explorada seria a aplicação de análises discursivas e terminológicas a outros períodos históricos, comparando o uso de estratégias semelhantes em diferentes contextos políticos e culturais. Também seria interessante estudar o impacto da OSC, em outros países da América Latina que passaram por regimes autoritários.

Com base no que foi identificado, surgem várias oportunidades para expandir esta linha de investigação. Uma das principais áreas para estudos futuros seria a investigação da recepção das políticas editoriais do INL pelo público. Como diferentes grupos sociais, especialmente aqueles menos representados no discurso oficial, reagiram às tentativas do governo de moldar suas percepções através da literatura e dos jornais?

Em termos práticos, a análise terminológica das obras publicadas pelo INL permitiu observar como a seleção e o uso de termos específicos contribuíram para a construção de um imaginário simbólico que reforçava a visão de modernidade proposta pelo Estado Novo. A escolha cuidadosa de palavras e expressões visava à criação de uma narrativa positiva sobre o regime, promovendo a ideia de um governo comprometido com o progresso e a educação do povo. Essa estratégia terminológica não apenas padronizava o vocabulário utilizado nas obras, mas também buscava controlar a interpretação dos leitores, direcionando-os para uma compreensão alinhada aos valores do regime.

Também revelou que o uso de termos como “nova ordem”, “educação moral e cívica”, e “nacionalismo” permeava tanto as obras literárias quanto os discursos públicos, criando uma narrativa unificada sobre o papel do cidadão no novo Brasil. Os termos carregam em si um significado que transcende a mera designação de objetos ou conceitos; eles se constituem em veículos de valores sociais, políticos e culturais. No caso do INL, termos como “nova ordem”, “educação moral e cívica”, “cidadão patriota” e “juventude do Estado Novo” eram repetidos incessantemente em jornais, livros e outros materiais produzidos pelo instituto.

As publicações do INL, assim como os jornais que propagavam seus feitos, estavam repletas de termos cuidadosamente selecionados que reforçavam uma ideologia de disciplina social e promoção da “brasilidade”. Ao definir o que deveria ser lido, o INL também definia o que deveria ser pensado e discutido em termos de cultura e sociedade. A análise revelou que o uso de termos como “educação moral e cívica” e “nacionalismo” permeava tanto as obras literárias quanto os discursos públicos, criando uma narrativa unificada sobre o papel do cidadão no novo Brasil.

Os resultados da pesquisa mostram a relevância do INL como uma instituição elementar na articulação de uma ideologia de Estado, que utilizou a OSC como um dispositivo estratégico para consolidar os valores do regime estadonovista. A análise crítica do discurso e a análise terminológica aplicadas aos documentos produzidos e disseminados pelo INL revelaram que a linguagem utilizada estava intimamente ligada à construção de uma narrativa social, política e cultural em consonância com os interesses de Vargas.

Além do controle terminológico, as práticas discursivas promovidas pelo INL foram centrais na construção de uma narrativa nacional unificada. O discurso nacionalista permeava os textos literários, jornalísticos e didáticos sob o controle do INL, e os autores eram frequentemente encorajados a adotar um tom nacionalista. A construção da “nação” como entidade unificada, moralmente elevada e comprometida com o progresso era uma constante nas obras publicadas. A juventude era retratada como o símbolo da renovação moral e política do Brasil, enquanto figuras históricas, como Getúlio Vargas, eram descritas como heróis que salvariam o país do atraso e da corrupção.

Reafirma-se a relevância de entender as políticas do Estado Novo e sua influência na OC no Brasil. Ao examinar o papel do INL como ferramenta de controle ideológico e cultural, este estudo oferece uma nova perspectiva sobre as interseções entre poder, cultura e informação,

iluminando como a linguagem e os documentos podem ser utilizados para moldar narrativas e influenciar a percepção social. O desafio que se coloca para o presente e o futuro é garantir que as instituições culturais sejam espaços de liberdade, diversidade e reflexão crítica, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

O legado do INL para a história intelectual e cultural do Brasil é, portanto, complexo. Pois, ao mesmo tempo, as narrativas mostram a organização institucional para expansão das bibliotecas em todo o país e a difusão dos livros para todas as classes, eruditas a populares. Ele nos mostra como a produção e a OC estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder e às disputas ideológicas que permeiam a sociedade. Ao estudar o papel do INL durante o Estado Novo, pode compreender como o conhecimento foi produzido, organizado, divulgado e disseminado de acordo com interesses do governo, e como ele pode ser instrumentalizado para promover uma única visão do governo. Essa reflexão leva a considerar a importância de ter a pluralidade de vozes e da diversidade de perspectivas na construção do conhecimento atualmente.

A experiência do INL mostra que, quando o conhecimento é controlado e direcionado por interesses políticos, ele perde parte de sua capacidade de promover a reflexão e o desenvolvimento social. Portanto, é fundamental que as instituições culturais e educacionais estejam comprometidas não apenas com a difusão do conhecimento, mas também com a promoção do pensamento crítico e da liberdade de expressão. A reflexão sobre o papel do INL no contexto do Estado Novo também convida a pensar sobre o futuro das instituições culturais e sua função na sociedade contemporânea. Embora o cenário atual seja marcado por novas tecnologias de comunicação e por uma maior diversidade de vozes e opiniões, o risco de instrumentalização do conhecimento ainda pode persistir

Por conseguinte, a tese oferece contribuições significativas para o campo da CI, particularmente para OC. Ao revelar como documentos e instituições e seus modos disciplinares foram utilizados como ferramentas de controle ideológico, o estudo amplia a compreensão sobre o papel dos registros documentais na construção do conhecimento e na difusão de ideologias políticas e no regaste da memória coletiva nacional. Além disso, a pesquisa contribui para a prática acadêmica ao mostrar como a análise crítica do discurso e a análise terminológica podem ser aplicadas de forma efetiva para estudar a interseção entre poder, cultura e informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barros. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. **ALFA: revista de Linguística**, v. 50, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1413>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **Tradterm**, v. 9, p. 211-222, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49087>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. L'événement en direct et en continu. L'exemple de la guerre du Golfe. **Réseaux**, Paris, n.76, p. 31-45, abr. 1996.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos deputados, 2011.

ARAÚJO, Marivânia Conceição. Considerações sobre o conceito de identidade social. **Cadernos de Metodologias e Técnicas em Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 08, p. 191-218, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10533/6838>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ARAÚJO NETO, Álvaro Souza de. Discurso e prática autoritária no Brasil: o combate à aliança nacional libertadora através da imprensa periódica regional. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, 3, **Anais...** Bahia: UNEB, 2007.

ARBOIT, Aline Elis. Representação do conhecimento como ato ideológico. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 4, n. 1, p. 154-166, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4129/3483>. Acesso em: 06 mar. 2024.

ANDERSEN, Jack. **Analyzing the role of knowledge organization in scholarly communication**: An inquiry into the intellectual foundation of knowledge organization. Copenhagen: Department of Information Studies, Royal School of Library and Information Science, 2004.

ANDERSEN, Jack. The public sphere and discursive activities: information literacy as sociopolitical skills. **Journal of documentation**, v. 62, n. 2, p. 213-228, 2006.

ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. Knowledge Organization: A Sociohistorical Analysis and Critique. **Library Quarterly**, v.76, n.3, p.300-322, jul. 2006. Disponível em:

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/511139?journalCode=lq>. Acesso em: 16 maio 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, IV, 2007. **Anais[...]** Santos - SP: Intercom, 2007. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800 - 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/139/2298/3866?inline=1. Acesso em: 26 fev. 2024.

BARITÉ, Mario et al. **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. Ediciones Universitarias, 2015.

BARITÉ, Mario. Terminología de urgencia y garantías para la representación temática: Elementos para el análisis de dominios de emergencia súbita (DES). **Informação & Informação**, v. 25, n. 3, p. 239-265, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41933/pdf_1. Acesso em: 04 mar. 2024.

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2006.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.

A BATALHA. Grande colete de livros. Rio de Janeiro, 17 setembro de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/175102/19582>. Acesso em: 13 out. 2024.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI/Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o desenvolvimento regional/Edições Omnia, 2006.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Cap. 12, p. 163-168. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4247836/mod_resource/content/1/Berger_%20A%20institui%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação brasileira no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004.

BRASIL. **A juventude no estado novo**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1937-1940].

BRASIL. **Getúlio Vargas**: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. 32 p.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Seção 7, p. 22365.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 29 dez. 1939. Seção 1, p. 29444. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/9645. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 27 dez. 1937. Seção 1, p. 25586.

BRASIL. Decreto-Lei n. 93 –de 21 de dezembro de 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro**. Rio de Janeiro, 21 dezembro de 1937, 116º da independência, 49º da República. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=5963. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 29 dez. 1939. Seção 1, p. 29444

BRASIL. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Da estrutura política. 1941. Rio de Janeiro. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/58956. Acesso em: 06 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Colaboração ao Instituto nacional do livro**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, p. 12. Disponível: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6079. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Orientação Constitucional Brasileira dos Livros**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938d. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6032. Acesso em: 09 jan. 2021. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6035. Acesso em: 09 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Plano de divulgação de obras para o Instituto Nacional do Livro**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938f. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6029. Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Plano de divulgação de obras: 2ª parte**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938g. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6039. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Plano geral de divulgação do Instituto Nacional do Livro**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6052. Acesso em 27 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Plano geral de divulgação: matéria para divulgação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6067. Acesso em 28 ago. 2024.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?**. Brasília: Briquet Lemos, 2016.

BROUGHTON, Vanda; HANSSON, Joacim; HJØRLAND, Birger; LÓPEZ-HUERTAS, Maria J. Knowledge Organization. In: **European Curriculum Reflections on Library and Information Science Education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005.

BUCKLAND, Michael. Documentality Beyond Documents. **Monist**, v. 97, n. 2, p. 179-86, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44012677>. Acesso em: 20 set. 2022.

BUCKLAND, Michael. The Physical, Mental and Social Dimensions of Documents. **Proceedings from the Document Academy**, v. 3, 2016. Disponível em: <https://ideaexchange.uakron.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1041&context=docam>. Acesso em: 20 set. 2022.

BUCKLAND, Michael. Document Theory. **Knowledge Organization** v.45, n.5, 2018. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/64d1v86q>. Acesso em: 20 set. 2022.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento?**. São Paulo: editora UNESP, 2016.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: editora UNESP, 2010.

CABRÉ, M. Teresa. **La Terminología: Teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Empuries, 1993.

CABRÉ, M. Teresa. **La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Documenta Universitaria; Multilingual edição, 2005.

CABRÉ, M. Teresa. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. Debate terminológico, n. 1, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/21286/12263>. Acesso em: 13 set. 2023.

CABRÉ, M. Teresa. Contexto e evolução da terminologia: de uma abordagem nominalista a uma teoria comunicativa. In: CATALÁ, Sara Álvarez; BARITÉ, Mário. (org.) **Teoría y praxis**. Uruguai: Universidad de la República, 2017.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói-RJ: EDUFF, 2001.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 27 dez. 1937. Seção 1, p. 25586.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/Capurro_Hjoerland.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Matheus Aguiar de; ORTEGA, Cristina Dotta. “A Mediação Documentária: Especificidade E Atualidade”. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 18, janeiro de 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15376/15890>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CELADEC. **Definição e conteúdo da documentação popular**. São Paulo: CPV, 1981. 11 p. (Programa de Documentação 1/81).

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do Jornalismo português e brasileiro**. Santarém: Jortejo, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.

CORREIO DA AMANHÃ. **Instituto do Livro**: essa organização, diretamente subordinada ao chefe do Estado, promoverá a educação cívica, moral e física do país. Rio de Janeiro, 9 mar. 1940.

CORREIO DA MANHÃ. **O interesse pelo livro no Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1943. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/16398. Acesso em: 12 out. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. **Incentivando a criação de bibliotecas no interior do país**. Rio de Janeiro, 22 dezembro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/4490. Acesso em: 13 outubro de 2024,

CORREIO PAULISTANO. **A necessidade de cultura**. São Paulo, 9 de abril de 1937. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_08/7332. Acesso em: 13 outubro de 2024.

CORREIO PAULISTANO. **O instituto do Livro**. São Paulo, 24 de abril de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/6041. Acesso em: 13 out. 2024.

CORREIO PAULISTANO. **Setecentas bibliotecas brasileiras**. São Paulo, 22 de dezembro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/4413. Acesso em: 12 out. 2024.

CORREIO PAULISTANO. **Farmácias do espírito**. São Paulo, 5 de agosto de 1945. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/34005. Acesso em: 13 out. 2024.

CORREIO PAULISTANO. **Bibliotecas**. São Paulo, 8 de outubro de 1942. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/12591. Acesso em: 13 out. 2024.

CORREIO PAULISTANO. **As letras como profissão**. São Paulo, 18 fevereiro de 1940. Disponível: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/540. Acesso em: 13 outubro. 2024.

CORREIO PAULISTANO. **Boletim bibliográfico**. São Paulo, 5 de maio de 1944. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/18736. Acesso em: 13 outubro de 2024.

CORREIO PAULISTANO. **A letras como profissão**. São Paulo, 18 de fevereiro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/540. Acesso em: 13 outubro de 2024.

CORREIO PAULISTANO. **A expansão das bibliotecas em todo o país**. São Paulo, fevereiro, 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_09/0. Acesso em: 13 outubro de 2024.

COURBIERES, C. La question documentaire à l'épreuve du numérique : le recours aux fondamentaux. **Sciences de la Société**, Paris, n.75, p.40-51, oct., 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed FGV, 1999.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. **Knowl.Org**. v. 20, n.4, 1993. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-1993-4-211.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência Da Informação**, v.7, n.2, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>. Acesso em: 05 dez. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowl. Org**. v. 33, n. 1, 2006, p. 11-19.

DIÁRIO CARIOCA. **Livros para o povo**. Rio de Janeiro, 16 agosto 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/2173. Acesso em: 12 out. 2024.

DIÁRIO CARIOCA. **Novos instrumentos do trabalho escolar**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1941. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/5331. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

DIÁRIO CARIOCA. **O ensino no Brasil no quinquênio**. Rio de Janeiro, 10 janeiro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/82. Acesso em: 13 out. 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Homens das letras**. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pescq=%22dire%C3%A7%C3%A3o%20das%20literaturas%22&pagfis=0. Acesso em: 13 outubro em 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Biblioteca demonstrativa do Instituto nacional do livro**. Rio de Janeiro, 20 de abril, 1945.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: A. Colin, 1953.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FROHMANN, Bernd. Cyber ethics: bodies or bytes? **International Information & Library Review**, v. 32, p. 423-435, 2000.

FROHMANN, B. Revisiting 'what is a document'. **Journal of Documentation**, United Kindom, v.66, n.2, p.291-303, 2004.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: Encontro Nacional De Pesquisa em Ciência da Informação, 7., 19 a 22 nov. 2006, Marília. [Anais...] Marília: ANCIB ; UNESP, 2006.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 9, n. 14, 2012. p. 227- 249. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GABINETE DO MINISTRO. Gabinete Ministro Gustavo Capanema: relatório das atividades do mês nos dois primeiros anos do Estado Novo. 1939. Rio de Janeiro. Novo Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_PI/3560. Acesso em: 26 maio 2022.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**: complementos e índices. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2011.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Avances en organización del conocimiento en España: los II encuentros sobre organización del conocimiento en los sistemas de información y documentación. In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier(ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Libreria General, v.1, 1997.

GARCIA, Nelson Jahr. **Propaganda**: ideologia e manipulação. São Paulo: RocketEdition, 2005.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Com o Instituto do Livro, o Estado Novo organiza, em bases magníficas, a cooperação intelectual, para maior expansão e aperfeiçoamento da cultura brasileira**. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1937. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_06/15312. Acesso em 12 out. 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Livros estrangeiros e nacionais**. Rio de Janeiro, 26 maio 1944. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_07/19018. Acesso em: 13 out. 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Movimento intelectual dos grandes escritores**. Rio de Janeiro, março de 1943. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_07/0. Disponível em: 13 outubro de 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Instituto nacional do livro. Rio de Janeiro, 29 dezembro de 1937. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_06/15365. Acesso em: 13 outubro de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**, v. 1, p. 49-62, 2006.

GÓMEZ, M. N. G. Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89557>. Acesso em: 08 maior 2023.

GOUADEC, Daniel. **Terminologie**: constitution des données. Paris: AFFNOR, 1990.

GUERREIRO NETO, Guilherme. O jornalismo como instituição social. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXV, 2012. **Anais [...]** Fortaleza-CE: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1793-1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; FONSECA, Vitor. Informação a serviço do estado burocrático: o caso do governo Vargas (1930-1945). In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília, SP: UNESP, 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.) **Organização e representação do conhecimento** na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

GUIMARÃES, J.A.C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: FUJITA, M. S. L.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). **Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & informação**, v. 22, n. 2, p. 84-98, maio/ago. 2017. HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2016.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua historia. São Paulo: EDUSP, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: editora revista dos tribunais, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**: Uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: centauro, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito** – parte 1. Petropolis: Vozes, 1992.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, pp. 606-621, 1998. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EUM0000000007183/full/html>. Acesso em: 23 set. 2022.

HJØRLAND, Birger. Classification. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003a.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007107>. Acesso em: 28 fev. 2024.

HJØRLAND, Birger. **Social organization of knowledge**. 2007. Disponível em: https://arkiv.iva.ku.dk/kolifeboat/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowl. Org.**, v. 30, n. 2, 2003b. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowl. Org.**, v. 35, n.2, 2008.

HJØRLAND, Birger. Bibliography (field of study). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, 2024. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/bibliography>. Acesso: 07 nov. 2024.

ISO. **Terminology work - vocabulary**: ISO 1087. Geneva: ISO, 2000.

JAMBEIRO, Othon, *et al.* **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2014.

O JORNAL. **Movimento bibliográfico**. Rio de Janeiro, 31 de março de 1945. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/32369. Acesso em: 13 outubro de 2024.

O JORNAL. **O movimento intelectual Brasileiro**. Rio de Janeiro, 5 janeiro de 1941. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/4785. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. **Bibliotecas Municipais em todo os Estados**. Rio de Janeiro, 16 agosto, 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/4624. Acesso em: 12 out. 2024.

JORNAL DO BRASIL. **Cruzada do livro nacional**. Rio de Janeiro, 14 junho de 1937. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_06/15312. Acesso em 12 out. 2024.

JORNAL DO BRASIL. **Bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/254. Acesso em: 12 out. 2024.

JORNAL DO BRASIL. **Instrução para a organização das bibliotecas municipais**. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1942. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/11462. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO BRASIL. **O ensino supletivo e o instituto do livro**. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1944. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/49337. Acesso em: 13 outubro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. **A função das bibliotecas na vida dos povos**. Rio de Janeiro, 2 de março de 1941. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/8390. Acesso em: 13 outubro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. **Difundir escolas e criar bibliotecas**. Rio de Janeiro, Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_06/0. Acesso em: 13 outubro de 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. **Psicologia do Livro e apologia do livro**. Rio de Janeiro, 22 de setembro, 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_13/3499. Acesso em: 13 ago. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. **Publicações**. Rio de Janeiro, 9 outubro de 1941. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_13/8977. Acesso em: 13 outubro de 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. **Getúlio Vargas amigos dos escritores**. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1941. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_13/6904. Acesso em: 13 outubro de 2024.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2018.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: CONGRESO ISKO, 2011, Ferrol. **[Anais]**. A Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/11621/CC_132_art_23.pdf;jsessionid=7538307FA0A6F46FBEA5F857AC0F5930?sequence=1 . Acesso em: 20 fev. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian. (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Ann. Rev. Info. Sci. Tech.**, v.43, p. 1-55, 2009. Disponível em: <https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1002/aris.2009.1440430116>. Acesso em: 20 set. 2022.

LUND, Niels Windfeld. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. *Journal of Documentation*, 7 set. 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220411011066817/full/html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

A MANHÃ. **Livros, publicações e bibliotecas populares**. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/12020>. Acesso em: 12 out. 2024.

A MANHÃ. **O que o Instituto Nacional do Livro já realizou pela cultura brasileira**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/18988>. Acesso em: 12 out. 2024.

A MANHÃ. **Nacionalismo literário**. Rio de Janeiro, 4 de março de 194. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/14777>. Acesso em: 13 out. 2024.

A MANHÃ. **A força do Livro no mundo do pensamento e de sensibilidade**. Rio de Janeiro, 26 abril de 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/15524>. Acesso em: 13 out. 2024.

A MANHÃ. **O código penal brasileiro**. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/17754>. Acesso em: 13 outubro de 2024.

A MANHÃ. **Importante trabalho de difusão cultural**. Rio de Janeiro, 14 agosto de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/27530>. Acesso em: 13 outubro de 2024.

A MANHÃ. **Biblioteca modelo**. Rio de Janeiro, 19 dezembro de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/0>. Acesso em: 13 outubro de 2024.

A MANHÃ. **As realizações do Instituto nacional do livro**. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/20074>. Acesso em: 13 outubro de 2024.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliography and the Sociology of Texts**. London: British Library, 1986.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio; CAFÉ, Lúgia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENANCIB, IX, 2008, São Paulo. **Anais** [...]. Local: ANCIB/ENANCIB, 2008.

MENDES, Luciana Corts. O movimento bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade. **InCID:Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 7, n. esp, p. 134-151, 2016. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118780>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MEYRIAT, Jean. Pour une compréhension plurisystème du document (par intention). **Sciences de la Société**, Toulouse, n. 68, p. 11-28, 2006.

MENDONÇA, Frâncio. **História do Brasil**. Santa Catarina: Clube dos autores, 2009.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

A NOITE. **Debate entorno do livro nacional**. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1938. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_03/56186. Acesso em: 12 out. 2024.

A NOITE. **Enciclopédia Brasileira para o Brasil**. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/5013. Acesso em: 12 out. 2023.

A NOITE. **A cultura ao alcance do povo**. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1944. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/29173. Acesso em: 12 out. 2024.

A NOITE. **O livro, uma grande industrial**. Rio de Janeiro, 15 outubro de 1946. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/42723. Acesso em: 13 outubro de 2024.

A NOITE. **Difundindo a cultura nacional no estrangeiro**. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/34091. Acesso em: 13 outubro de 2024.

A NOITE. **Elevação do espírito do homem**. Rio de Janeiro, 15 de outubro, 1940. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/0. Acesso em: 13 outubro de 2024.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125–151, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/80013>. Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. Guadalajara, México: Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario, 2007.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 23 fev. 2024.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro - teoria e prática. Brasília: Briquet Lemos, 2018.

PÁDUA, Aline Ferreira. **A Notícia**: um retrato do jornalismo rio-pretense nos anos 1950. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, FAAC, Bauru, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/4b522b20-f68b-4997-8209-698da26a3c2e>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio, 1999.
PARADA, Mauricio. **Educando corpos e criando a nação** –cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estão Novo.Rio de Janeiro: Apicuri/PUC, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e representações Sociais: Perspectivas teóricas e metodológicas”. **Intexto**, n. 12, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4190>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In:OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018.

RAYWARD, W. B. (Ed.). **European modernism and the information society**: informing the present, understanding the past. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 1-25.

REIS, Antônio Simões dos. **Movimento bibliográfico**. Revista Cultura Política. Rio de Janeiro, 1941.

SAGER, J.C.. Prólogo: la terminologia, ponte entre varios mundos. In: CABRÉ, M.T. **La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona : Ed. Antártida ; Empúries, 1993. p.11-17.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_7810a51cca_0000015436.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006. [1916].

SCHNEIDERS, P. Bibliografische ondernemingen rond 1900 (deel1): Eenheid in verscheidenheid. **Cahiers de la documentation –Bladen voor documentatie**, [Bruxelles], n. 2, p. 36-51, 2012a. Disponível em: https://www.abd-bvd.be/wp-content/uploads/2012-2_Schneiders_deel1.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

SCHNEIDER, Paul. Bibliografische ondernemingen rond 1900 (deel 2): De beweging als cultuurhistorisch verschijnsel. **Cahiers de la documentation –Bladen voor documentatie**, [Bruxelles], n. 3, p. 31-45, 2012b. Disponível em: <http://docplayer.nl/12372850-Bibliografische-ondernemingen-rond-1900-deel-2-de-beweging-als-cultuurhistorisch-verschijnsel-1.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo**: um auto-retrato. Brasília: UNB, 1982.

SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; SILVEIRA, Valéria de Oliveira. Proposta metodológica para a elaboração de um dicionário de termos contextualizados da teoria geral da administração direcionado ao ensino médio técnico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, v. 3, n. 1, 2013, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: SILEL, 2013.

SEIXAS, Lia. Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital. In: XIII Encontro da Compós, 2004, São Bernardo do Campo. **Anais[...]**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Mnemosyne infor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 135-143, jan./abr. 2014.

SILVA, Marconi Oliveira da. Jornalismo e representação do mundo. **Comunicação & Informação**, v. 8, n. 1, p. 19-25, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24591>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Recuperar a Memória, Fazer História**. Debates Regionais, João Pessoa, n.3p. 11-19, 1996.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMIRAGLIA, Richard P. **The Elements of Knowledge Organization**. Editora: Springer, 2014.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Editora: Letras Contemporâneas, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis- RJ: Vozes, 1998. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/images/john_b._thompson_-_a_midia_e_a_modernidade_uma_teoriasocial_da_midia-vozes_1998.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAN DER LAAN, Regina Helena. Teoria comunicativa da terminologia (TCT) e tesouros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, nº 21., 2005, jul. Curitiba. **Anais [...]**. Porto Alegre: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10293/000551310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 nov. 2024.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: Cláudia Peixoto de Moura, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, v. 1, p. 153-174.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira nos anos de 1920 e 1930. In: L.M. FARIA FILHO (org.). **Modos de ler/formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, p. 87-116.

XIFRA-HERA, Jorge. **A Informação**: análise de uma liberdade frustrada. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1975.

WHITLEY, R. R. **The Intellectual and Social Organization of the Sciences**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

WOLEDGE, G. "Bibliography" and "Documentation": words and ideas. **Journal of Documentation**, v.39, n.4, p.266-279, 1983.